Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Sexta-feira, 20 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.559 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **2€**



Artigo científico
O gato mais citado do mundo chama-se *Larry*

Ciência e Ambiente, 36



Incêndios
Em Águeda, Sandra e Fausto apanharam o susto das suas vidas, mas fogos já dão tréguas

Destaque, 2 a 6

Futebol
Benfica entra a ganhar na Liga dos Campeões com triunfo no "inferno" de Belgrado

Desporto, 45

Yuval Noah Harari
A inteligência artificial pode "significar o fim da democracia"

Ípsilon

STEVE RUSSELL/TORONTO STAR VIA GETTY IMAGES

Duplicou o número de estudantes que reportam problemas de saúde mental

Inquérito a 10.600 alunos do ensino superior mostra aumento desde 2020/21. Cheques-psicólogo são disponibilizados ainda este mês **Sociedade, 16**

Novas medidas no OE podem pôr Portugal em colisão com regras europeias

Finanças Públicas Entidade liderada por Nazaré da Costa Cabral deixa alertas Economia, 30 e Editorial

Direito de resposta
"Esclarecimentos sobre o serviço *prime* da eDreams"

Economia, 32

Orçamento
PS coloca ónus de eleições em Marcelo e Montenegro

Política, 12

ISSN-0872-1556

Fogo destruiu o carro de Sandra mas ela secou as lágrimas e já sonha com o novo



Fogos começam a dar tréguas e é tempo de fazer contas aos prejuízos. A povoação do Carvoeiro, em Águeda, é uma das muitas onde a destruição é visível. Nas casas e na paisagem

Reportagem

Mariana Oliveira Texto
Adriano Miranda Fotografia

A carcaça do carro de Sandra jaz quase em frente à porta de casa. Estamos na povoação do Carvoeiro, no município de Águeda. Sobranceira à A-25, a moradia de betão, intacta, contrasta com o negro que tingiu tudo à volta. O eucaliptal em frente está carbonizado.

Olha-se para dentro da viatura e não há volante. Dos assentos restam apenas esqueletos metálicos. Os vidros, estilhaçados, misturam-se com a terra do chão. Dos pneus não há vestígios e as jantes derreteram.

Sandra Amaral, 51 anos, e o companheiro, Fausto, de 63, apanharam o susto de uma vida. Mas ontem recuperavam como muitos outros, num momento em que os incêndios começaram a dar tréguas ao país.

A precaução ainda mobilizava centenas de operacionais, que eram visíveis aqui e ali em Sever do Vouga. Mas já não se viam chamas e no posto de comando secundário, naquele município (o principal estava localizado em Oliveira de Azeméis), transpirava-se calma. Lá se iam registando pequenos reacendimentos, mas nada que afligisse demasiado quem liderava as operações.

Isso mesmo era visível no pavilhão desportivo de Pessegueiro do Vouga, que por estes dias servia de área de descanso e alimentação para os operacionais que combatiam os fogos.

Margarida Tavares, 28 anos, é uma das responsáveis por aquele centro logístico, onde se preparavam seis refeições diárias (pequeno-almoço, reforço da manhã, almoço, lanche, jantar, reforço da noite). Explica ao PÚBLICO como tudo se passa, enquanto mostra os magotes de donativos que ali desaguaram. Na noite anterior já conseguira dormir, mas os incêndios trocaram-lhe as voltas. "Tinha tudo marcado para ir de férias para Espanha, mas não fui. A minha filha de dois anos ia-se estrear a andar de avião."

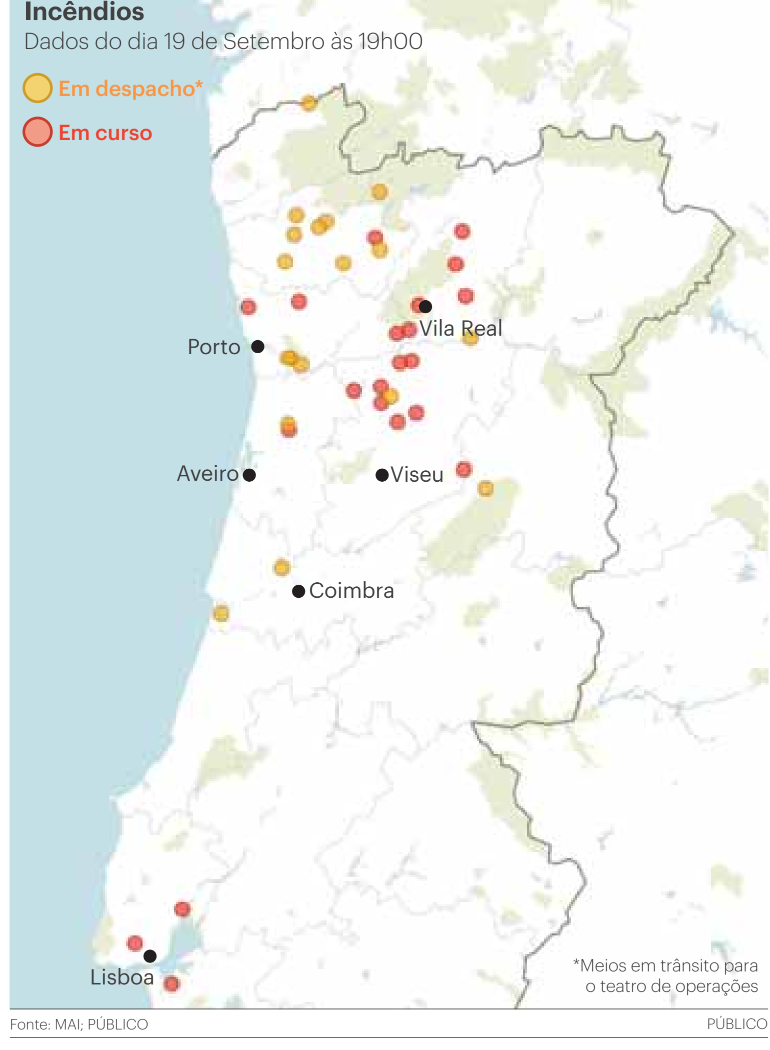
O companheiro é bombeiro e anda nos fogos desde sábado. Ela, civil, fica-se pelo centro logístico, onde as coisas também começam a acalmar. "Ontem [quarta-feira] servimos 350 refeições, hoje [quinta-feira] já só preparámos 244." Por volta das 20h, o Comandante Nacional de Emergência e Protecção Civil, André Fernandes, confirmava que os incêndios do distrito de Aveiro (Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga, Águeda e Albergaria-a-Velha), estavam "completamente dominados".

Estes fogos, que já se tinham interligado, terão destruído quase 18 mil hectares, segundo o Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais (EFFIS, na sigla inglesa), que usa uma rede de satélites para fazer uma estimativa das áreas ardidas. Para todo o continente, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas contabilizava, de forma provisória, 122 mil hectares ardidos este ano.

Apesar da calmia, ontem às 22h30 ainda havia na página da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil nove incêndios activos destacados como "significativos". Outros seis estavam incluídos no mesmo rol, mas já "em fase de resolução".

Regressamos ao Carvoeiro. Sandra e Fausto tinham saído no domingo à noite para uma festa e regressaram à 1h30. Sabiam que havia fogo a uns quilómetros, mas por ali não havia sinal dele. "Tudo parecia tranquilo. Não havia pingo de vento. Não cheirava sequer a incêndio", conta Sandra, num pequeno terreiro à entrada da casa. Foram dormir descansados.

Quando acordaram na segunda, o filme era outro. Alguém mudara o canal e não os avisara de nada.



Fonte: MAI; PÚBLICO
PÚBLICO





Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas contabilizava ontem, de forma provisória, 122 mil hectares ardidos este ano

"Quando nos apercebemos, eram sete e meia da manhã, estava tudo a arder. Estávamos cercados pelas chamas", explica Fausto, num discurso pausado. Sem terem para onde fugir, o casal e um filho de Fausto tomaram a única opção que lhes restava. "Fechamos tudo e resguardamo-nos em casa", conta o sexagenário que há uns dias tinha regressado de forma definitiva de 20 anos de emigração na Suíça.

Acreditam que lhes valeu o facto de não haver vegetação à volta da casa. Fausto tinha mandado limpar tudo quando ainda estava fora e quando chegou da Suíça voltou a insistir num novo corte.

Perante as chamas, Sandra ainda ligou para o 112. Mas não houve tempo de ninguém chegar. Quando o pior passou saíram de casa. Ligaram a um vizinho, que tem uma casa de férias ao lado, para o avisar do que se estava a passar e, nessa altura, testemunharam o início dessa moradia a arder.

Quem o recorda é o vizinho, João, um empresário da construção civil reformado, que ia a caminho de férias para Lisboa. "Demos a volta e viemos para aqui", explica. Não foi fácil chegar. Várias auto-estradas estavam cortadas.

Entretanto, valeu-lhes o vizinho, que manteve a mangueira ligada e salvou parte da casa.

A determinada altura os bombeiros chegaram e ajudaram. O fogo parecia ter dado tréguas e Sandra e Fausto decidiram fazer uma pausa para comer qualquer coisa. "Quando voltámos estava novamente a arder."

Apesar do esforço, não evitaram que uma das fachadas da habitação ficasse seriamente danificada. A cave, onde uma única divisão funcionava como cozinha e sala, parece ter saído de uma guerra. O alpendre ficou ainda pior. As janelas desse lado partiram todas. E lá dentro, mesmo do lado contrário onde o fogo se passeou, vê-se uma televisão deformada pelo calor e um micro-ondas contorcido.

João não tem coragem de se queixar do vizinho que tem o terreno contíguo à sua casa. "Tinha limpado tudo em Junho, mas entretanto a vegetação cresceu. Tinha um metro de altura. Mas as pessoas não podem andar sempre a cortar", reconhece.

"Nem um parafuso"

Discurso diferente tem relativamente à Câmara de Aveiro, que conta ser dona de um terreno que fica ao lado da sua casa principal, em Aveiro. "Limpei durante 15 anos o meu terreno e o deles. Há três anos cansei-me. Já escrevi a toda a gente da autarquia desde o presidente, à protecção civil, à polícia municipal e à presidente da junta", conta. "Até agora nunca limparam nada."

Ainda não fez contas ao prejuízo da casa do Carvoeiro, mas ontem já recebeu o perito da companhia de seguro para avaliar os danos.

Quem anda numa azáfama semelhante é o dono da Kit Banho, uma empresa de mobiliário de casa de banho que ardeu totalmente na zona industrial das Talhadas, em Sever do Vouga, que prefere resguardar o nome. A dimensão dos danos é que não tem qualquer comparação.

"Não dá nem para aproveitar um parafuso. Ainda estamos a acordar deste pesadelo", desabafa o empresário, que tem 25 funcionários ao serviço. O fogo destruiu por completo os dois pavilhões onde a empresa funcionava. O telhado cedeu e parte das paredes também. Quem espreita para o interior vê um conjunto de maquinaria calcinada e até duas carrinhas de transporte carbonizadas. "Há três ou quatro meses tínhamos comprado uma máquina de 140 mil euros", exemplifica o dono da Kit Banho. "As carrinhas eram novas."

Mesmo assim recusa baixar os braços. Já pensa em alugar um pavilhão para manter a empresa operacional. E sonha em daqui a um ano ter tudo de novo a funcionar em Talhadas.

Também Sandra já secou as lágrimas e só pensa em tirar o defunto Fiat Tipo da frente da casa onde mora. Quer enterrar aquela má memória. Para já, o casal desenrasca-se com o carro emprestado por um familiar. Sandra está desempregada, mas ainda com esperança de que a voltem a chamar como auxiliar para a escola de Albergaria-a-Nova. No horizonte dos sonhos, já há um novo carro. À tarde, ela e Fausto tinham marcado a visita a um *stand*.

Ministra responde a críticas

Margarida Blasco diz que evitou "intervenções desnecessárias"

Carolina Amado

A ministra da Administração Interna quebrou o silêncio que mantinha desde o passado fim-de-semana, quando uma vaga de incêndios começou a consumir milhares de hectares de área florestal nas regiões Norte e Centro de Portugal. Margarida Blasco disse que cumpriu o que aconselham as "boas práticas": evitar "intervenções desnecessárias e inadequadas".

Em declarações ao país ontem, na Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANEPC), vincou que "é do conhecimento público que as boas práticas aconselham a que não haja intervenções desnecessárias nem presenças desadequadas no teatro de operações e no contexto comunicacional". Durante os últimos dias, o fundamental era "informar e prestar esclarecimentos e recomendações às populações" e essa foi uma tarefa cumprida pelo comando operacional da Protecção Civil, considerou.

Antes de prestar esclarecimentos sobre a actuação do Governo e do ministério que tutela, as primeiras palavras da governante foram de pesar para os familiares das vítimas mortais e de agradecimento a todos os que "contribuíram no teatro de operações para mitigar as consequências devastadoras destes dias". "Tivemos o maior dispositivo de combate a incêndios alguma vez mobilizado no nosso país", declarou.

Segundo dados da Protecção Civil, entre 14 e 18 de Setembro foram registadas 1044 ignições no território português, incluindo 416 em período nocturno. Nesse período, durante o qual o Governo aponta para 94.146 hectares de área ardida, foram mobilizados 37.772 operacionais e 10.639 veículos. Foram ainda realizadas 827 missões aéreas.

Questionada sobre possíveis falhas na prevenção dos incêndios, a ministra contornou a pergunta feita por jornalistas na sede da ANEPC, em Oeiras, e remeteu respostas para mais tarde. "Ainda temos fogos neste momento. No final, faremos um relatório, aprenderemos, e estaremos à vossa disposição para esclarecer se houve falhas."

"O Governo acompanha de perto e desde a primeira hora a evolução das condições meteorológicas e de risco de incêndios rurais" e tem agido para "aumentar a prevenção e a vigilância, potenciar meios de combate a incêndios e dar uma resposta económica, social e humana à catástrofe dos incêndios rurais", acrescentou, tecendo elogios à "resiliência e força do povo português".

No seu ponto de situação, com dados relativos às 19h, o comandante nacional de Emergência e Protecção Civil André Fernandes referiu que se mantinham em curso 21 fogos, combatidos por mais de 2100 operacionais, 630 viaturas e 25 aeronaves.

O complexo de incêndios que lavrava entre a Área Metropolitana do Porto e a região de Aveiro — Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga, Águeda e Albergaria-a-Velha — foi ontem "completamente dominado e estabilizado", acrescentou. O número de vítimas mantém-se em 166, com a Protecção Civil a contabilizar cinco vítimas mortais, 12 feridos graves, 78 feridos ligeiros e 71 assistidos no teatro de operações. Outras duas pessoas morreram de doença súbita durante os incêndios.

O Governo declarou situação de calamidade nos municípios afectados e ontem foi publicado o decreto que o formaliza. O diploma prevê que o grupo de trabalho, coordenado pelo ministro adjunto e da Coesão Territorial, e com a participação dos membros do Governo de várias áreas, terá como objectivo identificar e coordenar a execução das medidas excepcionais e apoios a atribuir às populações, empresas, associações e municípios afectados. Os apoios prevêem, por exemplo, a "recuperação de habitações permanentes, próprias ou arrendadas, danificadas ou destruídas pelos incêndios" e reparação e reconstrução de infra-estruturas.



Registaram-se mais de mil ignições, disse a ministra

Impacto na saúde

Incêndios duplicaram recorde de emissões de carbono em Setembro

Clara Barata

A concentração de partículas finas PM 2,5 no Norte do país deve continuar elevada pelo menos até 25 de Setembro

As emissões de carbono dos incêndios florestais dos últimos dias em Portugal são quase duas vezes maiores do que as registadas em Setembro de 2003, que detinha, até agora, o pior resultado para os meses de Setembro de cada ano desde que há registos: 1,9 megatoneladas (milhões de toneladas) de carbono, até 18 de Setembro. O recorde anterior era de mil megatoneladas, anunciou o serviço de observação da Terra da União Europeia Copérnico.

Este é o pior valor para Portugal em 22 anos de dados do Serviço de Monitorização da Atmosfera do Copérnico. O total estimado das emissões de carbono pode ser usado como um indicador para avaliar a intensidade dos incêndios.

E, mesmo que a chuva que está prevista ajude a apagar os incêndios, aquilo que se espera é que a qualidade do ar se degrade ainda mais nos próximos dias no Norte de Portugal, em resultado dos incêndios.

As plumas de fumo que têm origem nos incêndios rurais têm estado a dirigir-se para o oceano Atlântico, mas o que se prevê é que nos próximos dias haja uma recirculação que traz o fumo e as partículas de poluição de volta para terra, para o Norte da Península Ibérica, viajando através do golfo da Biscaia para o Oeste de França.

"Os nossos dados mostram que há um claro aumento das emissões relativas aos incêndio e aos impactos do fumo na composição da atmosfera e na qualidade do ar, o que reflecte a intensidade com que rapidamente se desenvolveram estes incêndios devastadores no Norte de Portugal", comentou o cientista Mark Parrington, do Serviço de Monitorização da Atmosfera do Copérnico, citado num comunicado de imprensa.

A concentração de partículas finas PM 2,5 no Norte de Portugal deve continuar elevada pelo menos até ao dia 25 de Setembro, em resultado dos incêndios, continuando a neblina poeirenta.

Estas partículas são minúsculas, com diâmetro mais reduzido do que 2,5 micrómetros, e têm significativos riscos para a saúde. Por serem tão pequenas, conseguem penetrar bem fundo no sistema respiratório e até no fluxo sanguíneo e estão associadas a problemas como bronquite, ataques de asma e doenças cardíacas, além de outras doenças crónicas, no caso de a exposição ser prolongada.

Prevê-se igualmente uma grande quantidade de partículas PM 10, ou seja, de 10 micrómetros ou menos de diâmetro, que têm igualmente efeitos sobre a saúde respiratória, cardíaca e circulatória.

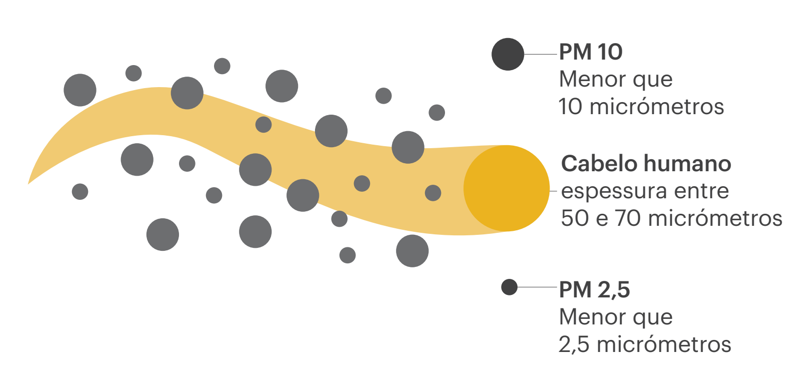
Nos anos de grandes incêndios, as florestas, que normalmente são sumidouros (absorvem) de dióxido de carbono da atmosfera, contribuindo para atenuar o aquecimento global e as alterações climáticas, podem deixar de absorver carbono. Isso já aconteceu, por exemplo, em 2003 e 2005, devido aos graves incêndios florestais desses anos, e também em 2017. Neste último ano, o dos incêndios de Pedrógão em Junho e mais tarde, em Outubro, as emissões dos incêndios corresponderam a 12% do total das emissões do país.

Também as imagens compostas pela plataforma Windy.com com os dados disponibilizados pelo programa Copérnico mostram uma enorme esfera avermelhada de concentrações máximas de dióxido de carbono que se estende de Arcos de Valdevez a Coimbra; e de Freixo de Espada à Cinta até ao oceano, ao largo do Porto.

É uma nuvem pesada de dióxido de carbono, dióxido de enxofre e dióxido de azoto que explica a fraca qualidade do ar que se regista nestas regiões.

Enquanto o resto do país regista uma concentração de dióxido de carbono que ronda os 150 ppbv (partes por mil milhão por volume, uma unidade de medida que mede a concentração de uma substância), na região norte ela chega perto dos 7000 ppbv. Essa é a concentração medida, por exemplo, entre Castelo de Paiva, Cinfães e Arouca. Em Águeda, um dos pontos quentes do combate às chamas nos últimos quatro dias, a concentração de dióxido de carbono também ultrapassa as 1700 ppbv. **com Marta Leite Ferreira**

Quão pequenas são as partículas finas de poluição?



Fonte: PÚBLICO

DR



O nível de concentração de dióxido de carbono em Portugal

Breves

Decreto do Governo

"Manifestação de pesar": hoje é Dia de Luto Nacional

O Governo aprovou ontem um decreto que declara Dia de Luto Nacional para hoje, "como manifestação de pesar e solidariedade do povo português pela perda irreparável de vidas humanas e em homenagem às vítimas dos incêndios que deflagraram em vários pontos do Centro e Norte de Portugal desde 16 de Setembro". No arranque da conferência de imprensa depois do Conselho de Ministros, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, começou por deixar uma palavra de homenagem: "Sentimos um grande pesar e dor." A Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil contabiliza cinco mortos nos incêndios, excluindo da contagem dois que morreram de doença súbita.

Balanço

Pelo menos 40 famílias desalojadas em Albergaria-a-Velha

O incêndio no concelho de Albergaria-a-Velha deixou desalojadas pelo menos 40 famílias e causou danos em seis empresas, informou ontem aquela autarquia do distrito de Aveiro. Num primeiro balanço feito à Lusa, o presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha, António Loureiro, disse que até às 13h00 os serviços camarários já tinham contactado 39 famílias que foram afectadas pelos incêndios. "Destas 39 famílias, 34 estão em casa de familiares, duas em casa de amigos, uma numa casa cedida e duas famílias em parte da casa que não ardeu", referiu o autarca, adiantando que há ainda uma outra família que se encontra hospitalizada.



Alerta amarelo

IPMA prevê aguaceiros e trovoadas para hoje

Pedro Sales Dias

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) prevê "aguaceiros", "trovoadas" e "rajadas convectivas" para hoje.

O instituto diz que a alteração das condições atmosféricas poderá alterar os ventos em vários locais e que a precipitação forte poderá aumentar o risco associado a "potenciais escorrências" em locais que ficaram sem coberto vegetal na sequência dos incêndios dos últimos dias.

"A instabilidade atmosférica prevista para esta tarde [ontem] cria condições ao nível local para que os incêndios em curso possam originar nuvens do tipo pirocúmulo, que têm potencial para alterar o regime de ventos no local", acrescentou.

"Esta sucessão de eventos, com a ocorrência de precipitação forte, nos próximos dias, em regiões que ficaram vulneráveis após os incêndios recentes, com a consequente perda de coberto vegetal, aumentam o risco associado a potenciais escorrências", esclarece o IPMA no mesmo comunicado, emitido ontem à tarde.

Os distritos de Aveiro, Braga, Porto e Viana do Castelo vão mesmo estar hoje sob aviso amarelo devido à cocorrência de chuva por vezes forte e à trovoada.

De acordo com o IPMA, o aviso amarelo é emitido quando se prevê uma "situação de risco para determinadas actividades dependentes da situação meteorológica".

Os aguaceiros de hoje poderão ser fortes nas regiões do Norte e Centro, em especial no Minho e Douro Litoral e nas zonas montanhosas, podendo ainda ocorrer trovoada, embora com baixa probabilidade, detalha o IPMA.

Consequência dos incêndios e dadas as condições de vento, a qualidade do ar mantém-se comprometida, devido à "pluma de cinzas de enormes dimensões que, para além da expansão sobre o Atlântico, atingiu a zona Norte da Península Ibérica, com impacto na qualidade do ar".

Com a rotação prevista do vento para o quadrante oeste durante o fim-de-semana, "uma parte desta pluma a oeste do território continental irá ser advectada [deslocada no sentido horizontal] novamente para as regiões Norte e Centro". **com Lusa**



A COR DA EXCELÊNCIA

Este é o nosso selo verde. Desde 2015, é a nova marca da nossa excelência relojoeira. Nada o distingue de qualquer outro selo oficial. No entanto, as inscrições e cores tornam-no único. A sua tonalidade verde atesta os padrões superlativos de qualidade e desempenho que todos os elementos dos nossos relógios têm de cumprir: precisão, estanquidade, autonomia, fiabilidade e durabilidade. Este simples selo testemunha a épica jornada de produção nas nossas oficinas, do desenho inicial aos testes antes do envio. De todos os componentes dos nossos relógios, o selo não é o mais difícil de produzir, mas é totalmente nosso e o seu valor é imenso. Porque representa o nosso compromisso incondicional.

#Perpetual



TORRES.PT
BOUTIQUE ROLEX AV. LIBERDADE 159, 1250-141 LISBOA | TEL. 211 160 960 - ROLEX@TORRES.PT
EL CORTE INGLÉS AV. ANTÓNIO AUGUSTO AGUIAR, 31 - PISO 0, LISBOA | TEL. 211 163 320 - ELCORTEINGLES@TORRES.PT
CASCAIS ALAMEDA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA 147, CASCAIS | TEL. 210 131 717 - CASCAIS@TORRES.PT



Dirigentes

Do SIRESP às secretas: os números 1 não existem ou estão na corda bamba

Joana Mesquita

Desde que tomou posse, o actual Governo mudou uma série de altos dirigentes na administração pública, mas na área da segurança interna há vários cargos que estão, neste momento, sem responsáveis máximos ou cujos titulares podem estar perto de abandonar funções sem que o executivo tenha ainda escolhido substitutos.

Numa altura em que os incêndios voltaram a assolar o território, a empresa que gere o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), está sem presidente, depois de o responsável pelo cargo ter abandonado a função em Março. Mas há mais casos.

Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança liderado por vogais

A empresa que gere o SIRESP, rede de comunicações de emergência do Estado, está a ser liderada por vogais da direcção, civis e sem experiência, avançou ontem o *Diário de Notícias*. Em Março, o brigadeiro Paulo Viegas Nunes abandonou a presidência da SIRESP, SA, mas o novo presidente ainda não foi nomeado pelos Ministérios da Defesa e da Administração Interna. De acordo com o *DN*, o executivo só pretende nomear o sucessor de Paulo Viegas Nunes quando receber os resultados de uma auditoria à anterior gestão da empresa, pedida pelo Governo de António Costa à Inspecção-Geral de Finanças.

Com vários incêndios espalhados pelo território nacional, o SIRESP tem sido mais utilizado nestes últimos dias, uma vez que os fogos deitaram abaixo vários postes de comunicações. Uma fonte no terreno disse ao *DN* ter estado sem a rede de comunicações de emergência "durante 30 horas".

Sistema de Segurança Interna com interino

Desde a saída de Paulo Vizeu Pinheiro, que abandonou o cargo de secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SSI) para assumir funções como representante de Portugal junto da Aliança Atlântica, a estrutura passou a ser liderada interinamente por Manuel Vieira, então chefe de gabinete de Vizeu Pinheiro. O embaixador Paulo Vizeu Pinheiro cessou funções a 22 de Agosto, depois de em Março ter sido designado por António Costa, então primeiro-ministro, representante português na NATO.

No dia seguinte, o Governo publicou em *Diário da República* um despacho que cria um novo cargo que formalmente não existia e nomeia Manuel Vieira, anteriormente chefe de gabinete de Vizeu Pinheiro, secretário-geral adjunto do Sistema de Segurança Interna.

Foi este responsável o primeiro a falar na conferência de imprensa sobre a fuga de cinco reclusos da prisão de Vale de Judeus. Segundo o que o PÚBLICO apurou, esta é, contudo, uma solução temporária até à designação de um novo secretário-geral, o que poderá acontecer no final deste mês.

MÁRIO CRUZ/LUSA



TIAGO PETINGA/LUSA



RODRIGO ANTUNES/LUSA



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

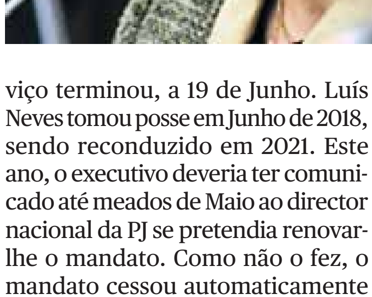


Paulo Viegas Nunes, Paulo Vizeu Pinheiro, Luís Neves e Graça Mira Gomes

Numa altura em que os incêndios voltaram a assolar o território, a empresa que gere o SIRESP está sem presidente

Polícia Judiciária em gestão corrente

Luís Neves, director nacional da Polícia Judiciária, está em gestão corrente e, por isso, com competências limitadas, desde que a sua comissão de serviço terminou, a 19 de Junho. Luís Neves tomou posse em Junho de 2018, sendo reconduzido em 2021. Este ano, o executivo deveria ter comunicado até meados de Maio ao director nacional da PJ se pretendia renovar-lhe o mandato. Como não o fez, o mandato cessou automaticamente em Junho.



Ainda não é certo se o Governo pretende reconduzir ou substituir Luís Neves e se tem algum prazo para tomar uma decisão, sendo que no final de Setembro chega ao fim a comissão de serviço de vários directores nacionais adjuntos da PJ. A nomeação do novo director nacional da PJ tem de ser feita através de um despacho conjunto do primeiro-ministro, Luís Montenegro, e da ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice.

SIRP sem confiança política



Desde Junho de 2023 que Luís Montenegro retirou confiança política à secretária-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), a embaixadora Graça Mira Gomes. Em causa estava a forma como foi recuperado o computador de Frederico Pinheiro, levado do Ministério das Infra-Estruturas depois de ter sido exonerado do cargo de adjunto de João Galamba, à data ministro das Infra-Estruturas. Numa carta enviada ao então primeiro-ministro António Costa, Montenegro exigiu a demissão de Mira Gomes. Costa afastou a hipótese, mas Montenegro alertou que, caso a demissão não acontecesse, a direcção do SIRP deixaria de contar com o apoio do PSD. Ainda antes, em Maio de 2023, o agora primeiro-ministro tinha defendido, num telefonema com António Costa, que a chefe das "secretas" deveria ser substituída, já na sequência do caso Galamba. Depois da tomada de posse, o gabinete de Montenegro recusou comentar se irá substituir a secretária-geral, mas o PÚBLICO sabe que os dois já estiveram reunidos e abordaram o assunto. O cargo é de confiança política e, por isso, a chefe das "secretas" pode estar a prazo.

Espaço público

IRS Jovem: são precisas mais certezas

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



Se quer manter a medida, o Governo deve apresentar dados mais sólidos sobre como ela vai travar a emigração entre os jovens. Não chega saber quanto vai custar

A medida do IRS Jovem apresentada pelo Governo em Maio levou ontem mais um golpe político com a actualização das perspectivas orçamentais para os próximos anos apresentada pelo Conselho das Finanças Públicas (CFP).

O que fez este órgão independente foi quantificar o impacto que a medida terá no saldo orçamental e na despesa líquida, o novo indicador para onde Bruxelas olha quando quer saber se os países estão a cumprir as regras europeias que garantem contas públicas equilibradas.

Ao dizer que Portugal entra em défice em dois anos apenas com esta medida – e sem que sejam planeadas compensações (aumentos de receita e descida de despesa) –, os peritos orçamentais adensaram as preocupações em torno da medida. Quando anunciou um IRS mais baixo para os jovens até aos 35 anos, Luís Montenegro admitiu que o impacto era "grande" e quantificou-o em mil milhões, mas os novos cálculos do CFP tornam ainda mais evidente o custo da medida.

Além disso, o contexto político agora é outro. Embora tenha implementado o IRS Jovem, o PS não concorda com o novo modelo proposto pelo actual Governo, que considera injusto. E faz disto um ponto de honra nas negociações para o Orçamento do Estado.

Além do ambiente político, a medida sofreu já um golpe quando o Fundo Monetário Internacional disse duvidar da sua eficácia em relação ao seu objectivo – o de evitar que os jovens emigrem.

E esta é, aliás, a crítica mais dura que se pode fazer: porquê avançar com uma medida que custa tanto aos cofres públicos quando não está garantido que alcance o seu objectivo?

O fenómeno da emigração jovem tem sido analisado por especialistas. Os números são preocupantes e pedem que se olhe para as causas. O emprego, os salários, principalmente no início de carreira, e a valorização das condições de trabalho são as razões apontadas para uma saída que compromete a demografia do país.

Por isso, se o Governo quer manter a medida e garantir uma adesão maior à sua escolha política – esta quinta-feira o ministro da Presidência afirmou que esta é "uma prioridade importante para o Governo" –, não deverá ficar-se por apresentar a factura e exibir um acto de fé sobre os seus benefícios para travar a emigração jovem. Deve apresentar dados mais sólidos sobre como ela vai ter esse efeito. Aos contribuintes não chega saber quanto vai custar. Era positivo haver mais certezas de que serve o fim para que foi criada.

CARTAS AO DIRECTOR

Incendiar?!

O texto de António Marujo na edição de ontem faz todo o sentido. Todos os canais televisivos a dar o dia inteiro imagens e reportagens dos incêndios só tem contribuído para instigar comportamentos miméticos em quem, por algum motivo ou mente desequilibrada, já terá tendência para tal. E isto, como repete o jornalista, é padrão com tragédias, desde a ponte de Entre-os-Rios a incêndios e desastres ou acontecimentos invulgares. Os canais televisivos passam horas infindas, monotematicamente, a repetir imagens e reportagens idênticas. E, já agora, para quê os pré-avisos de que as condições meteorológicas dos dias seguintes serão altamente favoráveis a incêndios? Os incendiários são certamente provocados para o crime que lhes dá gozo ou interesse. Tais pré-avisos de "época de incêndios" (que expressão estúpida!) tiveram algum resultado positivo? Os dramas e tragédias de tantas famílias merecem uma paragem para reflexão por parte dos responsáveis pelos noticiários.

J. Sousa Dias, Ourém

Que tal um pouco de proactividade?

No último mês, o sismo (de pequena magnitude), a fuga de prisioneiros e os incêndios florestais expuseram (novamente) a impreparação do país e dos cidadãos para estes fenómenos. Ao invés de nos lembrarmos ciclicamente dos problemas, não é melhor ideia prepararmo-nos antecipadamente para eles? Podemos esperar e mitigar secas, o desperdício de água potável quando ela é cada vez mais escassa, cheias e tornados. A construção descontrolada em zonas costeiras, o mau isolamento térmico das casas, as falhas nos transportes públicos e a sinistralidade rodoviária são também crónicos. Além disso, há crises silenciosas, como a solidão dos idosos, o consumo excessivo de álcool e a dependência de ecrãs entre os jovens, que devem ser atacados. Todos estes problemas são fáceis de prever e, mais tarde ou mais cedo, (re)surgirão. Exigem soluções estruturais e não só reactivas, quer do Estado quer de cada um. Seria bom não continuarmos a reagir em sobressalto, adoptando uma abordagem proactiva aos problemas.

Tomás Júdice, Lisboa

O fado dos incêndios

Sistematiza-se aqui um rol de factores explicativos do fado de grandes partes de Portugal arderem quase todos os anos. Factores que se entrelaçam e complementam: não há apoios/estímulos capazes de influenciar os proprietários a plantar árvores autóctones e/ou de folha caduca; o eucalipto e o pinheiro rendem algum pouco dinheiro, não há circuito comercial que absorva madeira de qualidade, o negócio está na importação, apesar de termos geografia e geologia óptimas para, entre outras, castanheiro, carvalho, faia, nogueira e cerejeira; a maioria dos portugueses não tem consciência ecológica nem gosto ou brio e culto pela própria paisagem natural; a maioria daqueles que, ainda que por inércia e ignorância, se rendem ao eucalipto não tem meios para limpar os terrenos; Portugal não tem capacidade para implementar e fiscalizar leis feitas por políticos que não conhecem a realidade, ainda que, casualmente, proíbam o culto da pólvora florestal (por exemplo, todos os anos são e serão plantados milhões de eucaliptos de forma totalmente indiscriminada); abundam coincidências malignas em muitas ignições, pelo que é plausível que haja muita gente a ganhar nas "indústrias" apensas; as polícias e a justiça não têm competência e capacidade para busca cabal e punição efectiva de quem incendeia ou manda incendiar; os contextos geográficos dos grandes incêndios distam quase sempre das duas maiores concentrações de eleitores do país.

Para memória futura, fica a perspectiva, infelizmente realista, de que daqui a 10, 50 e 100 anos, este problema em Portugal continuará praticamente como hoje.

Rui Maia, Modivas

O mau exemplo americano

Numa semana complicada para todos nós e como se não bastasse a tragédia dos fogos florestais, fomos surpreendidos por um episódio de violência juvenil escolar extrema e semelhante aos que se tornaram banais nos EUA. Já esteve para acontecer há uns tempos, mas a insipiência e o nervosismo de um estudante universitário não permitiram a sua concretização.

Com este início de grave consumação da agressividade latente na maioria dos jovens de hoje, que mais não é do que a preocupante expressão das condições sociais em que vivem e nas quais a cultura do civismo e as boas práticas familiares não existem, temo que passe a haver mais casos. Perante tal cenário, apelo às entidades escolares e governativas um posicionamento atento e judicial rigoroso – que presumo não será fácil –, para evitar, tanto quanto possível, a repetição deste caso.

Celerino Dias, Viana do Castelo

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

Triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito
Albert Einstein, físico

O NÚMERO

85

Gripe e covid-19: pessoas com mais de 85 anos só podem ser vacinadas nos centros de saúde. Campanha de vacinação arranca hoje nos centros de saúde e nas farmácias comunitárias

Os incorporadores

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Até aqui, tenho pensado que só me fizeram bem as grandes humilhações da minha vida. Habituei-me a separar a dor da humilhação do favor que a humilhação nos faz, aparando-nos as vaidades e as pretensões e as manias de que somos diferentes, de forma a tornar-nos humildes outra vez, tal qual éramos quando o mundo era grande e nós éramos pequenos - e não havia nada que não metesse medo ou fôssemos capazes de compreender.

A humilhação desbasta-nos. Tira-nos as vestes e os apetrechos e põe-nos nus: cheios de vergonha e de frio, mas, por outro lado, prontos para começar a comprar roupa outra vez. Era assim que pensava. Mas, durante uma humilhação recente, dei comigo a estranhar a conveniência, quando comecei a antever como é que ia aproveitar aquela experiência, nem que fosse para escrever.

Se calhar, não é a humilhação que nos fortalece e que, por assim dizer, nos põe prontos para outra. Se calhar, é o ser humano que, depois de sofrer um vexame que foi incapaz de evitar, também se vê incapaz de não o aproveitar. Assim, à nossa capacidade salvífica para a adaptação – que muitos teimam em classificar como um talento – temos de somar outra capacidade – e esse, sim, é um talento – a que podemos chamar a incorporação.

Para além de qualquer proveito que tenham as más experiências, nós temos o condão de incorporá-las na nossa vida, de forma a fazerem parte da nossa história. Temos tanto jeito para fazer isto que temos dificuldade em reparar nele.

Imagine-se que, com a pressa de chegar à feira, faço uma curva à Oscar Piastri, a carrinha vira-se e vão-se-me os berlindes todos pela ribanceira abaixo. Incorporo imediatamente esse acidente e, a partir daí, há um antes e um depois do acidente, em que o antes é populado por inconsciência, ganância e exibicionismo e o depois torna-se o lugar da sageza, da ponderação e do planeamento.

Adapto-me à perda dos berlindes, mas ponho-os a render através da incorporação: pagaram o lugar na minha narrativazinha.

ZOOM BRASIL

JORGE SILVA /REUTERS



Não é só pelos incêndios que a situação é preocupante na Amazónia: a zona atravessa a pior seca desde que há registos, o que baixou o nível da água dos rios e lagos da bacia amazónica para mínimos históricos, como acontece no lago Tefé



publico.pt




Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • **assinaturas@publico.pt**

Os *smartphones* nas escolas? E no jornalismo? E na política?



Francisco Mendes da Silva

Espreitei *In Vogue: The 90's*, o novo documentário sobre a indústria da moda nessa década revolucionária. Os planos de Anna Wintour, imperialmente sentada à secretária, trouxeram-me à memória a choradeira que há uns meses irrompeu nas redes sociais quando a superpoderosa editora do grupo Condé Nast despediu uma série de jornalistas da *Pitchfork*, a bíblia *online* da crítica musical, tendo a crueldade de comunicar pessoalmente a decisão sem sequer tirar os seus sempiternos óculos de sol.

Talvez esta confissão não faça maravilhas pela minha reputação, mas a imagem de Wintour a despedir pessoas por detrás daquela misteriosa fachada – os óculos escuros que começam onde a franja termina, escondendo qualquer expressão facial na parte superior do rosto – não me provoca apenas uma repugnância ética. Também sou incomodado por um certo fascínio estético, admito. E até, pior do que isso, por alguma *Schadenfreude*.

Pois que haveria aqui o patrão de fazer, se o público ao qual a *Pitchfork* se dirigia deixou de se dedicar à leitura? A geração que compõe grande parte desse público "migrou" (como se diz agora) para o Tik Tok e para os *"reels"* do Instagram. Passou a receber a informação sobre música em doses homeopáticas, em vídeos curtos, flagrantes e superficiais. Já não tem predisposição para passar 15 minutos a ler uma densa meditação sobre como a produção do Ariel Rechtshaid no último dos Vampire Weekend ecoa a chiadeira caótica do metro de Nova Iorque.

A Internet surgiu como ameaça à sobrevivência dos meios de comunicação preexistentes. Entretanto, começou também a destruir-se a si mesma. Porque o problema não é o meio: são os seus produtos predilectos – e a devastação neurológica que eles estão a provocar.

Gosto muito pouco de tremendismos e ainda menos da ideia de que a explicação do mundo pode estar encerrada num único livro. Mas este Verão andei entretido – e aflito – com *A Geração Ansiosa*, de Jonathan Haidt, um dos livros do momento. Tinha ouvido Haidt dizer que estamos perante a "maior destruição de capital humano na História da Humanidade", em risco de "colapso civilizacional", e o problema é que o livro tem mesmo dados tenebrosos e uma ressonância empírica no que vemos à nossa volta. É muito difícil não ficar convencido e assustado.

Uma forma de resumir a tese é esta: os seres humanos são criaturas biológicas cujo programa evolutivo tem uma fase intermédia, a puberdade, em que o cérebro – esse músculo fundamental – é reprogramado para a fase adulta; a exposição exagerada dos seres humanos à informação e ao modo de funcionamento dos *smartphones* (e aparelhos similares), pelo menos durante a primeira parte da puberdade, perturba seriamente este processo natural de crescimento neurológico, impedindo que estes evoluam para adultos com as competências e defesas indispensáveis a uma existência saudável no mundo que os espera.

Há dois efeitos preocupantes. Um é o entorpecimento das competências sociais. Uma criança ou um adolescente que passa mais tempo agarrado a um ecrã do que sujeito aos riscos da interacção física com outras pessoas, e que privilegia a comunicação textual das redes (sempre mais ambígua e descontrolada do que a comunicação olhos nos olhos), tenderá a transformar-se num adulto mentalmente mais frágil, mais propenso à solidão e à ansiedade, incapaz de relativizar as críticas e os contratempos, e de suportar e gerir os conflitos. Será por isso, aliás, um adulto menos criativo e menos livre, porque o nosso grau de criatividade e de liberdade depende do estofo de que dispomos para desvalorizar a censura dos outros.

Outro problema é a fragmentação da atenção que a Internet induz, em especial as redes sociais, com a sua informação rápida, simplista e hiperestimulante. No início da adolescência, essa exposição à constante e supersónica sucessão de estímulos das redes dificulta o desenvolvimento do córtex pré-frontal, a parte do cérebro responsável pelo controlo da atenção e do raciocínio. O que se reflecte negativamente na capacidade de realizar funções executivas.

A fragmentação da atenção poderá ser uma epidemia de efeitos gravíssimos. O mundo é uma realidade complexa, que precisa de tempo para ser compreendida mesmo nas tarefas quotidianas aparentemente mais insignificantes. Não precisamos de ser juízes, cientistas ou mecânicos: toda a nossa vida exige processos de planeamento e deliberação. Mas estamos a construir gerações inteiras de pessoas cerebralmente impreparadas para se concentrarem na compreensão de um sistema, na leitura e interpretação de um texto, na elaboração de uma tese académica, na resolução de um conflito, no aperfeiçoamento de um talento, na criação de uma empresa, na realização ou apreciação de uma obra de arte.

Jonathan Haidt demonstra que, em média, estes efeitos se fazem sentir desproporcionadamente nas gerações nascidas a partir de 1995 ou 1996, aquelas que já tiveram os *smartphones* (que Haidt apelida de "bloqueadores de experiências") como presença assídua no início da puberdade.



Gosto muito pouco de tremendismos e ainda menos da ideia de que a explicação do mundo pode estar num só livro. Mas este Verão andei entretido – e aflito – com *A Geração Ansiosa*

Não duvido de que as sociedades se têm de organizar para deixarem de promover este estado de coisas. A proibição dos telemóveis nas escolas – ou, pelo menos, a recomendação nesse sentido que o Governo português emitiu – é uma decisão natural. O Estado tem a obrigação de não validar comportamentos que a ciência lhe diz serem comportamentos de risco. Isso não o transforma num "Estado ama-seca". Ninguém impede as famílias de, fora da escola, fazerem o que bem entenderem. Mas o Estado deve transmitir-lhes o que sabe e o que pensa sobre o assunto. E de, no seu reduto, actuar em conformidade.

Convém é acrescentar à conversa que este movimento contra os telemóveis no ambiente escolar é contraditório com a tendência a que assistimos na esfera de outros supostos tutores do espaço público. A começar pelos jornalistas e pelos políticos, que também têm vindo a ceder vertiginosamente à superficialidade dos conteúdos feitos para as redes sociais.

Quando ouço um jornalista ou um político dizer que é preciso cativar o público das redes, com aqueles vídeos breves de legendas garrafais, fico logo em polvorosa. Pelos vistos acham que a salvação da república está na aceitação de que o futuro será dominado por esse embrutecimento colectivo, essa inaptidão geral para o debate, para o exercício do civismo, para a articulação lógica de argumentos, premissas, conclusões, chavetas, *nuances*. Não está. Está, pelo contrário, no combate à ditadura do imediatismo, da frivolidade e da ignorância.

Advogado. Escreve à sexta-feira

DANIEL ROCHA



O amigo genial



Susana Peralta

A vice-presidência do Tribunal Constitucional não pode ser um lugar cativo para quem vê as suas asas cortadas para voos mais altos

Gonçalo de Almeida Ribeiro foi nomeado, em 2016, juiz-conselheiro do Tribunal Constitucional. Em 2023, foi eleito vice-presidente do tribunal. A carreira fulgurante do juiz, que ascendeu ao mui exclusivo Palácio Ratton com tenros 32 anos, já fez correr muita tinta em Portugal. Na altura, a revista *Sábado* proclamou "um génio no Tribunal Constitucional"; nada menos.

A poucos meses do final do mandato de nove anos, o juiz almeja, com toda a legitimidade, continuar a sua brilhante carreira no Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE): "Prestes a entrar no meu último ano como juiz do Tribunal Constitucional, sinto-me preparado e motivado para ser juiz do Tribunal de Justiça", como referiu na audição parlamentar em julho, na qual chegou mesmo a referir-se ao TJUE como "um chamamento".

O artigo 255.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) afirma que "é criado um comité a fim de dar parecer sobre a adequação dos candidatos ao exercício das funções de juiz ou de advogado-geral do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral, [os dois tribunais que compõem o TJUE] antes de os Governos dos Estados-membros procederem às nomeações".

Soubemos esta semana que o Comité 255, que adotou carinhosamente o nome do artigo, deu parecer desfavorável à nomeação de Almeida Ribeiro, que manifestamente não cumpre um dos requisitos, a saber: "O painel considera que menos de 20 anos de experiência em funções de alto nível, para candidatos a juiz ou advogado-geral do Tribunal de Justiça, (...) seriam improváveis de serem considerados suficientes. Assim, o painel presume que não poderá dar um parecer favorável a candidatos que não cumpram este requisito de experiência mínima. A presunção pode ser levantada se os candidatos demonstrarem capacidades legais excecionais".

Desde 2010, o Comité 255 emitiu 243 pareceres, 113 dos quais relativos a renovações de mandato, todos com parecer favorável, e 130 relativos a primeiros mandatos, 28 dos quais com parecer desfavorável (sem contar com o de Almeida Ribeiro). Portanto, o Comité 255 chumba mais de um em cada cinco novos candidatos a posições no TJUE. Nem sequer se pode argumentar que Almeida Ribeiro tenha sido uma exceção.



RUI GAUDÊNCIO

Antes de conhecermos o parecer do comité, a deputada Ana Mendes Godinho tinha confrontado o juiz com o incumprimento deste requisito, durante a audição parlamentar de julho, que precedeu a sua indicação pelo Governo português. Gonçalo de Almeida Ribeiro recorreu a dois argumentos para defender a sua candidatura.

O primeiro desvaloriza os critérios do Comité 255: "Penso que é importante distinguir os requisitos que constam do artigo 253.º do TFUE dos critérios que o Comité do artigo 255.º tem aplicado (...) Os únicos dois requisitos que o tratado impõe são aqueles que eu mencionei: um requisito de independência e um requisito de capacidade". De facto, o artigo 253.º diz que os candidatos devem ser escolhidos "de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas, nos respetivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais". Mas o artigo 255.º do TFUE também menciona expressamente que cabe ao comité aferir o respeito por estes critérios.

O segundo argumento do juiz entra pela porta entreaberta pelo próprio Comité 255: "O comité também diz que esse critério é presuntivo e portanto perante um candidato cuja experiência profissional seja substancialmente equivalente ou até superior aos tais 20 anos de experiência profissional ao mais alto nível, o critério é afastado". Não sem antes reconhecer a imodéstia da avaliação em causa própria, prossegue Almeida Ribeiro, "não é muito fácil conceber que como jurista, professor de Direito Constitucional, juiz do Tribunal Constitucional e vice-presidente do Tribunal Constitucional eu pudesse ter mais anos de experiência profissional que constituíssem um real valor acrescentado ao meu *curriculum*." E acrescenta: " (...) eu diria que o [meu] percurso profissional, quer na vertente académica, quer na vertente judicial, (...) me coloca numa zona muito segura quanto à satisfação dessa exigência que o comité muito sabiamente tem colocado aos candidatos que perante ele se apresentam. Entendo que preencho os requisitos e o critério será no meu caso aplicado da forma que descrevi, que é a única que é razoável."

Ora, ao contrário do juiz, o Comité 255 concebe que mais anos de experiência constituiriam um real valor acrescentado ao *curriculum* de Almeida Ribeiro. Ou, se preferirmos, não aplicou o critério da única forma razoável que o juiz entendia adequar-se ao seu caso. O que sobra a Almeida Ribeiro? Recorrendo, de novo, às suas palavras na audiência: "Naturalmente que eu podia cessar funções no Tribunal Constitucional e ser professor universitário por mais uns anos. Certamente que isso me daria ainda mais maturidade."

Tal saída – arrisco-me a sugerir "a única que é razoável no caso" de Almeida Ribeiro – foi poupada ao juiz pelo Parlamento, que decidiu, *in extremis*, corrigir o número de juízes-conselheiros que devia eleger na próxima quarta-feira. Eu explico: a conferência de líderes tinha agendado para dia 25 a votação da substituição de José Teles Pereira, cujo mandato já terminou, e de Gonçalo de Almeida Ribeiro, cujo mandato expira em meados de 2025. Parece que não era só o juiz que estava convicto da "única e razoável" decisão do Comité 255 de dar um parecer favorável à sua nomeação. Confrontada com a alegada falta de razoabilidade do comité, a conferência de líderes fez publicar nova agenda, corrigida, com a eleição de apenas um juiz-conselheiro.

Ou seja: Gonçalo de Almeida Ribeiro já não vai ser substituído. É que o juiz não se demitiu, como evidenciou na audição parlamentar: "Posso dizer com orgulho que, se for nomeado e se essa nomeação se confirmar, cessarei funções como juiz constitucional (...) com a sensação de pleno dever cumprido". Mais afirma Almeida Ribeiro que, durante os seus anos no Palácio Ratton, "sobretudo" interiorizou "as exigências e os princípios do serviço público e da abnegação institucional".

A verdadeira abnegação institucional exigiria candidatar-se ao TJUE depois de se demitir do Tribunal Constitucional (TC), ao invés de condicionar a demissão do TC à confirmação da sua nomeação para o TJUE. Isso, sim, seria colocar os interesses da instituição à frente dos seus objetivos (repito: legítimos!) de carreira. Foi pena nenhum deputado ou deputada lhe ter feito tal pergunta. Houve quem colocasse as perguntas certas, como Ana Mendes Godinho, que já citei. Mas nem todos usaram os quatro minutos ao seu dispor para temas mais importantes do que a perguntinha da abnegação institucional. António Pinto Pereira, do Chega, salientou as origens familiares do juiz, na melhor tradição bafienta do burgo – "Além do mais, é filho de um colega meu, académico de prestígio da minha casa, o ISCSP, da Universidade de Lisboa, e também da Nova, o professor Manuel de Almeida Ribeiro".

A vice-presidência do Tribunal Constitucional não pode ser um lugar cativo para quem vê as suas asas (justa ou injustamente) cortadas para voos mais altos. A Assembleia da República já prestou um péssimo serviço à dignidade do Tribunal Constitucional quando não confrontou o juiz com a sua pretensa abnegação institucional em julho, e presta agora um pior ao caucionar desta forma tão descarada o lugar cativo de Gonçalo de Almeida Ribeiro.



A verdadeira abnegação institucional exigiria candidatar-se ao TJUE depois de se demitir do Tribunal Constitucional

Professora de Economia na Nova SBE. Escreve à sexta-feira

PS tenta passar o ónus de eleições antecipadas para Marcelo e Montenegro

De quem é a culpa se houver chumbo do Orçamento do Estado e Marcelo Rebelo de Sousa convocar eleições? Esta será a tensão política que vai marcar a discussão do OE entre socialistas e Governo

Ana Sá Lopes e Helena Pereira

"Só não haverá Orçamento se o Governo não quiser." António Mendonça Mendes, dirigente do PS que tem sido porta-voz nas questões orçamentais, responde assim ao cenário de o Presidente da República estar já decidido a optar por eleições em caso de chumbo do Orçamento do Estado para 2025.

Traduzindo por miúdos: o PS já anunciou duas condições que caberá, na óptica dos socialistas, ao Governo cumprir. Falta, agora, a apresentação de propostas que o PS também quer incluir no Orçamento do Estado, mas será preciso que regressem as negociações do Orçamento. Recorde-se que o Governo interrompeu a agenda por causa da crise dos fogos.

A narrativa socialista é a seguinte: o PS não quer fazer um Orçamento a meias, faz meia dúzia de exigências e se o Governo quiser ter um Orçamento aprovado aceita as condições do PS. Se não aceitar, é porque prefere o chumbo e eventual convocação de novas eleições. São estes os argumentos com que os socialistas tencionam convencer a opinião pública de que não foram os responsáveis por uma eventual crise política.

Quanto à notícia de que Marcelo Rebelo de Sousa já decidiu convocar eleições em caso de chumbo, ontem avançada pelo *Correio da Manhã*, Mendonça Mendes reagiu: "Só haverá eleições se o primeiro-ministro ou o Presidente da República quiserem." Ou seja, tal como o PCP e o Bloco de Esquerda sugeriram aquando do chumbo do Orçamento de 2022, há sempre a possibilidade de o Governo apresentar à Assembleia da República um segundo orçamento. A optar por eleições, consideram os socialistas, Marcelo será o responsável por uma nova dissolução do Parlamento.

Ao contrário do que fez em 2021, quando anunciou para toda a gente ouvir que dissolveria o Parlamento caso o Orçamento fosse chumbado, desta vez o Presidente – embora pressionando recorrentemente para a aprovação do Orçamento – tem-se escusado a dizer em público que convocará eleições.

No entanto, Marcelo já disse publicamente que não queria que se governasse em duodécimos. Ora, a única alternativa – para lá da apresentação de um segundo orçamento – à dissolução da Assembleia e da convocação de eleições é precisamente governar em duodécimos.



DANIEL ROCHA

Marcelo Rebelo de Sousa tem defendido a aprovação do Orçamento, invocando a necessidade de estabilidade

A 16 de Julho, Marcelo foi claro, afirmando que governar em duodécimos no ano de 2025 é mais grave do que teria sido em 2022. "Já em 2021 entendi que o Orçamento era fundamental e naquela ocasião lembro-me de que, no Conselho de Estado, houve maioria esmagadora, com poucas excepções, favorável a esse entendimento. Agora, há mais razões do que havia", disse Marcelo, há dois meses e meio, em Carcavelos, no fim do Fórum Euro-África.

Mas o Presidente da República foi mais duro contra a possibilidade de governar com duodécimos depois de Pedro Nuno Santos, secretário-geral do PS, ter sugerido no dia 1 de Setembro que, em caso de chumbo do Orçamento, o PS disponibilizava-se a aprovar um orçamento rectificativo de maneira a que os aumentos salariais em várias carreiras da função pública fossem avante.

Em reacção a Pedro Nuno Santos, Marcelo "desancou" na possibilidade de governar em duodécimos: "A solução de duodécimos não tem a força, a pujança nem a imagem de estabilidade que tem um Orçamento do Estado, cá dentro e lá fora." Mais: "O problema não se resolve com um orçamento rectificativo, que é sempre uma iniciativa do Governo. Como é que um Governo que vê um Orçamento chumbado apresenta um orçamento rectificativo proposto por quem chumbou? Não é uma coisa muito fácil", disse, a 5 de Setembro.

Marcelo já recusou a hipótese de um orçamento rectificativo e fez questão de dizer que governar em duodécimos seria mais grave que em 2022

Para Marcelo, a única hipótese aceitável é a aprovação do Orçamento. Em caso contrário, ao rejeitar a governação em duodécimos de forma tão visceral, o Presidente da República prepara o caminho para eleições antecipadas. Ou, no mínimo, para pressionar quem, em princípio, vai ter mais riscos com eleições antecipadas a deixar passar o Orçamento.

Na Comissão Nacional do PS, que se realizou no sábado passado, o deputado Paulo Pisco lembrou ao secretário-geral que as pessoas comuns já estão fartas de eleições e que o PS pode sair penalizado do processo. Pedro Nuno Santos foi muito duro, respondendo que não se move por "calculismo" e que não seria "o medo de eleições" que motivaria o sentido de voto.

Do lado do Governo, Paulo Rangel foi cauteloso ao comentar ontem uma eventual dissolução do Parlamento. Em entrevista ao PÚBLICO-Renascença, sublinhou que as circunstâncias em política não se repetem e que a situação de 2024 não é igual à de 2021. De qualquer modo, a ordem no PSD é para estar preparado para eleições, pois os sociais-democratas acreditam que é possível lutar por um melhor resultado do que a vitória tangencial das legislativas de Março.

Governo põe fim a trégua com PS e mostra-se impaciente: "Digam-nos o que querem"

Liliana Borges

Ministro da Presidência endureceu o discurso e queixa-se de que socialistas mantêm o "suspense": "Continuamos à espera"

"Ninguém sabe o que o PS quer." Foi com esta mensagem que, repetidamente, o ministro da Presidência endureceu o discurso em relação às tentativas de negociação do Orçamento do Estado (OE) para 2025 entre o executivo e os socialistas. No final do Conselho de Ministros de ontem, o segundo desta semana, António Leitão Amaro pôs fim ao tom moderado que o executivo tem tido desde a última ronda de negociações e pressionou o PS a concretizar as suas propostas.

O governante – que integra o grupo de três ministros que se reuniu com os partidos – insiste que é ao PS que cabe dar o próximo passo no caminho para a negociação do Orçamento do Estado. Segundo Leitão Amaro, alguns partidos (não disse quais) já entregaram propostas, mas o PS continua a não desfazer o mistério em relação às medidas que quer ver na proposta orçamental para garantir a viabilização do OE. "O grande suspense, para esse efeito, vem da parte do PS, que ninguém sabe o que quer" para o OE, afirmou Leitão Amaro.

Na semana passada, a líder parlamentar do PS, Alexandra Leitão, disse que, até existir uma nova reunião com o Governo, os socialistas não iriam apresentar nenhuma proposta. "Nessa reunião discutiremos o que entendermos discutir", declarou. Até lá, o PS não iria divulgar as suas propostas porque "não foi isso que ficou combinado, nem entendido, nem subentendido".

"Drama, dúvida, incerteza"

Porém, quase uma semana depois, o executivo pôs fim às tréguas e deixou claro que está impaciente. "Nós estamos aqui, por mais que outros queiram inserir drama, dúvida, incerteza, instabilidade. Se outros preferem drama, instabilidade, nós estamos aqui com disponibilidade. Digam-nos o que querem. Digam-nos o que querem e o que pensam", desafiou Leitão Amaro. "Nós estamos à espera e continuamos à espera", repetiu.

Questionado sobre se a responsabilidade para agendar um novo encontro ou conversa estava do lado do Governo, o ministro garantiu que "o PS não está à espera de nada do Governo". "Fizemos os contactos todos que podíamos fazer, não apenas para marcar duas rondas de reuniões, que já aconteceram, como para vários contactos posteriores, para mais reuniões e encontros de diversos tipos", garantiu o ministro.

MIGUEL A. LOPES/LUSA



António Leitão Amaro diz que cabe ao PS dar o próximo passo

No sábado, na reunião da comissão nacional, o secretário-geral do PS regressou ao "praticamente impossível" para avisar que será difícil para os socialistas viabilizar um OE que "espelhe quase na totalidade o programa eleitoral" da AD, do qual o partido discorda. Na resposta, o ministro argumentou que o executivo já incluiu na sua proposta as medidas "que o Parlamento aprovou sem a concordância do Governo", designadamente aquelas que foram aprovadas "pelo PS e Chega juntos", como a isenção de portagens nas ex-Scut ou a versão socialista da descida de IRS. Além disso, acrescentou, o Governo está disponível para fazer cedências nas suas próprias medidas.

Na semana passada, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, afirmou que haveria "um contacto [com o PS] até ao final da semana" para que ambos definissem como "continuar este processo negocial". Os socialistas mostraram-se "disponíveis para uma reunião" e disseram "aguardar a [sua] marcação".

Segundo o Governo, a resistência está toda do lado dos socialistas. "O único partido com o qual não é possível dizer se sim ou não é o PS, porque ninguém sabe em Portugal o que é que o PS quer", afirmou Leitão Amaro. É que, embora vá dizendo "o que não quer", como o IRS Jovem e a descida de IRC, o PS não diz o que quer. "E nós perguntamos, então, mas isso significa o quê? Temos que esperar, temos que ver, temos que analisar", lamentou o ministro.

E se há duas semanas o primeiro-ministro tranquilizava os mais impacientes e dizia que o calendário ainda oferecia muito tempo às negociações, a aproximação do prazo-limite para a entrega da proposta do OE2025 (agendado para 10 de Outubro) recuperou a pressão. Enquanto reitera a disponibilidade para esperar, o executivo também avisa que o limite não é imposto por si, mas pelo "tempo das decisões".

Bloco de Esquerda e PCP acusam executivo de "passividade" e "hipocrisia" no caso do navio com explosivos para Israel

Fernando Costa

A coordenadora do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua, deixou ontem críticas à "passividade" do Governo em relação ao navio com bandeira portuguesa que, confirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros, transporta material explosivo para Israel.

Em declarações aos jornalistas na Assembleia da República, a líder bloquista considerou que a não retirada do pavilhão português ao navio "implica uma violação das convenções que Portugal assina e subscreve de prevenção de genocídio, bem como de todas as determinações da justiça internacional relativamente ao risco de genocídio na Palestina pelo Governo israelita".

Mariana Mortágua lembrou que na última quarta-feira foi aprovada, na Assembleia Geral das Nações Unidas, uma declaração "que Portugal subscreveu", que "insta todos os Estados signatários a impedir empresas e cidadãos de ocuparem ou exercerem actividades em territórios ocupados ilegalmente por Israel" e que diz que "os Estados devem embargar as armas para Israel".

Para a líder do BE, o Estado português estará a tomar posições contraditórias em relação à situação. "Portugal não pode votar a favor das resoluções da ONU que protegem o povo palestiniano, que significam o embargo de armas para Israel para prevenir o genocídio, e ao mesmo tempo deixar que o navio com uma bandeira do nosso país carregue explosivos que são utilizados em armamentos que estão a matar mulheres e crianças na Palestina", criticou, acusando o Governo de "hipocrisia". Mariana Mortágua afirmou também que a petição lançada pelo BE que pede a retirada da bandeira portuguesa ao navio já conta com "milhares de assinaturas" e vai ser entregue na próxima semana.



BE e PCP criticam Paulo Rangel

Em entrevista ao PÚBLICO e à Renascença, publicada ontem, Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros, admitiu que, ainda que o navio não se dirija a Israel, este é um dos três destinos para o material explosivo que segue a bordo. "Metade do material vai para a Polónia e para a Eslováquia, metade do material vai para Israel. É a informação que temos", disse Rangel. O ministro acrescentou que o material se destina a "empresas de fabrico de armamento", mas sublinhou que existe "uma cláusula que exclui as armas de destruição maciça". Explicou também que "é uma questão jurídica muito complexa" e defendeu que "não há nenhuma razão jurídica efectiva à data para retirar o pavilhão ao navio".

Também o ministro da Presidência se referiu ontem a este caso. Questionado após o Conselho de Ministros, Leitão Amaro disse que o Governo está a "analisar a possibilidade jurídica" de retirar a bandeira portuguesa ao navio. "Trata-se de um navio alemão que não navega para Israel, mas para portos no Adriático [com material] para empresas que – só depois de muito escrutínio – ficámos a perceber que o que era, no início, material de uso duplo era mesmo material para empresas que fornecem armas", esclareceu.

Falando também sobre este caso, o secretário-geral do PCP disse ontem que "já não se aguenta a hipocrisia" do Governo sobre o conflito na Palestina, acusando o ministro Paulo Rangel de uma "manobra" sobre este caso. Paulo Raimundo diz que o Governo "tem as mãos manchadas da situação que está a ocorrer na Palestina". Para o líder comunista, não basta reconhecer a situação. "O importante é agir em conformidade com isso, não basta reconhecer. De que é que nos vale o reconhecimento? Qual é a acção? Qual é a medida concreta? O que é que vai impedir? Não vale a pena dizer que vai trocar a bandeira", criticou, citado pela Lusa.

Há mais de uma centena de leis por regulamentar desde 2003

Só nos últimos dois anos, há 30 leis por regulamentar e não é juridicamente possível obrigar o Governo a fazê-lo. Laxismo, motivações ideológicas, orçamento são explicações possíveis

Maria Lopes

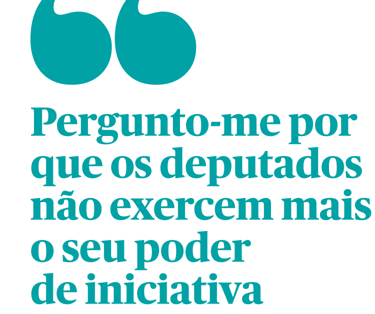
O tema ganhou relevância com o diploma da morte medicamente assistida – que o Governo de António Costa deixou por regulamentar e o executivo de Luís Montenegro quer deixar em suspenso, usando o argumento de que há um pedido de fiscalização pendente no Tribunal Constitucional. Mas a falta de regulamentação desta lei, que já levou mais 250 personalidades a avançar com uma carta aberta a pedir a concretização do diploma, está muito longe de ser caso único.

A Assembleia da República tem o poder constitucional de legislar e de vigiar pelo seu cumprimento e, por isso, ano após ano, a Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar faz um relatório de progresso de escrutínio da actividade do Governo. De acordo com o mais recente, no final de Março deste ano havia, acumuladas, 120 leis totalmente ou parcialmente por regulamentar desde 2003. Só desde 2016, são 82 – e se se contar apenas desde o início de 2023, são 30. Do total, apenas 20 ainda estavam dentro do prazo previsto para serem regulamentadas – algo que, actualmente, já foi ultrapassado em alguns casos – e 15 não tinham prazo imposto para isso. O prazo de todas as outras já tinha sido ultrapassado (em vários anos).

Mas não é só a despenalização da eutanásia que entra na qualificação do que vulgarmente se chama uma lei "coxa", isto é, uma lei que entrou em vigor – ou, pelo menos, houve um diploma que foi promulgado e publicado em *Diário da República* – mas não pode ser aplicada porque lhe falta a regulamentação.

Se essa é a mais controversa, o mesmo acontece com algumas dezenas de outras leis como a do esquecimento, que permite que antigos (ou actuais) doentes deixem de ter essa menção, por exemplo, no processo de um contrato de crédito ou seguro; a vertente da procriação medicamente assistida (PMA) para a gestação de substituição (as chamadas "barrigas de aluguer" cuja regulamentação o Presidente vetou); as ordens profissionais; a doação de alimentos e o uso de produção local; o incentivo ao abate de veículos em fim de vida; o estatuto de apátrida; as novas regras para a posse de drogas; o banco de terras; a comparticipação de tratamentos termais; a extinção das sociedades Polis; e o incentivo ao abate de veículos em fim de vida previsto no OE2024.

A estas somam-se, por exemplo, o plano de identificação de imóveis com amianto, o regime de protecção de animais do circo, normas dos estatutos do Ministério Público e dos Magistrados Judiciais, o exercício da profissão de criminólogo, a criação da rede de teatros e cineteatros, a lei de combate ao desperdício alimentar, algumas regras da lei do clima, e a carta para participação pública em saúde. O Estatuto do Bolseiro de Investigação data de 2003, e já foi alvo de três revisões entretanto, mas 13 anos depois continua por regulamentar o acesso pelos bolseiros a cuidados de saúde, embora todo o restante regime esteja em vigor.



Pergunto-me por que os deputados não exercem mais o seu poder de iniciativa legislativa

Jorge Miranda
Constitucionalista

Não há forma de obrigar o Governo a regulamentar leis. Só há instrumentos de natureza política

Jorge Reis Novais
Constitucionalista

Ao PÚBLICO, o politólogo António Costa Pinto diz ser necessário "estudar cada caso para ver onde ficou encalhado o processo legislativo" para perceber o "significado político" de cada um.

Para além da habitual tese de que não se regulamenta por questões ideológicas, o investigador do Instituto de Ciências Sociais acrescenta que podem ser medidas que "representam compromissos parlamentares – por exemplo para se conseguir aprovar um orçamento – ou outros compromissos políticos do Governo e que depois não avançam". Pode haver factores conjunturais como as restrições orçamentais, com bloqueios do ministro das Finanças. Ou seja, "um cálculo político e orçamental que faz com que uma lei fique no papel" apesar de ter sido uma moeda de troca com algum partido por um sentido de voto. E até pode tratar-se de uma matéria em que o Governo não está totalmente confortável com o desenho final da lei – incluindo por questões financeiras – e há aqui um "papel equivalente ao veto de bolso".

"Ou, ainda, uma terceira razão, que se poderia classificar quase de incompetência, mas em que podemos falar de ausência de decisão" pelos ministros e secretários de Estado. Costa Pinto admite que na lista de leis mais recentes "até há questões que não têm carácter ideológico e não são polémicas", pelo que serão fruto do que chama "persistência da ineficácia".

Impossível obrigar Governo

E não se pode obrigar o Governo a regulamentar as leis? "Juridicamente, não há nada a fazer. Não há forma de obrigar. É uma questão de ordem política", admite ao PÚBLICO Jorge Miranda, considerado o "pai" da Constituição. "Pergunto-me por que os deputados não exercem mais intensamente o seu poder constitucional e fundamental de iniciativa legislativa", aponta Jorge Miranda, para quem os parlamentares deveriam trabalhar mais os diplomas que produzem, assumindo maior responsabilidade pelas regras legais, em vez de deixarem tantas questões







DANIEL ROCHA

Assembleia da República escrutina a aregulamentação das leis aprovadas pelos deputados. Desde 2016 há 82 em falta, 30 desde o início de 2023



NELSON GARRIDO

Não será pela polémica do tema, mas o combate ao desperdício alimentar é uma das leis sem regulamentação

para os executivos regulamentarem. Com excepção do orçamento, ressalva, "onde o Governo tem que ter uma palavra com maior peso".

"Não há forma de obrigar o Governo a regulamentar leis. Só há instrumentos de natureza política, de pressão pública", afirma o constitucionalista Jorge Reis Novais.

Pegando no facto de haver tantas matérias por regulamentar pelo executivo de António Costa em oito anos, e em especial no exemplo da despenalização da eutanásia, Jorge Reis Novais considera o PS "culpado" deste cenário. E atira também ao actual Governo, a quem acusa de hipocrisia por "não ter coragem" de assumir que é contra a eutanásia, e, "por isso, prefere não regulamentar dizendo estar à espera do Constitucional". "É legítimo ser contra; não é legítimo adiar assim", vinca. Reis Novais argumenta que o adiamento da lei da eutanásia é mais grave do que o das restantes que estão por regulamentar, por se tratar de um diploma que vem acabar com uma "situação que actualmente é crime".

"Lei do esquecimento"

Deco e associações de doentes queixam-se à Provedoria de Justiça

Ana Cristina Pereira

A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – Deco e diversas organizações de doentes fizeram ontem queixa à Provedoria de Justiça: continua por regulamentar a lei que consagrou o "direito ao esquecimento" no acesso ao crédito e aos seguros associados, para pessoas que superaram ou controlaram doença grave.

A jurista da Deco Margarida Moura começa por exaltar o espírito da lei. "É muito importante para que as pessoas deixem de ser alvo de discriminação por terem tido problemas de saúde que já superaram ou por terem uma doença que está controlada."

Margarida Moura lembra que o diploma entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2022. A regulamentação dependeria de um acordo entre o Estado, as organizações de doentes e as associações representativas de instituições financeiras e seguradoras. Não sendo possível alcançar um acordo, o Governo faria um decreto-lei.

Decididas a acabar com a discriminação, já antes as organizações de defesa dos doentes se prepararam para protestar. Não o fizeram porque a Lei do Orçamento do Estado para 2024 instituiu seis meses para se chegar a acordo. Extinguido o prazo, não há sinal do decreto-lei.

Sem isso, não vinga a proibição de aumentar o prémio de seguro, excluir garantias de contratos de seguro, recolher de informação de saúde relativa à situação de risco agravado de saúde ou de deficiência, decorridos determinados prazos após (ou de) tratamentos. Entretanto, pessoas que sobreviveram a um cancro ou vivem com doenças como VIH/sida, diabetes ou hepatite C enfrentam dificuldades, por exemplo, para contratar um seguro de vida associado ao crédito para habitação.

"Temos doentes que invocam o direito ao esquecimento e esbarram na falta de regulamentação", diz Carla Barbosa, da Liga Portuguesa contra o Cancro. Algumas seguradoras avançaram por moto próprio, mas outras não. "Não há uniformização."

A Liga tem conhecimento de quem se tenha deparado com falta de disponibilidade da seguradora para contratar o seguro – "A seguradora faz uma avaliação do risco



"Lei do esquecimento" continua por regulamentar

benefício e decide não contratar". Também conhece quem tenha conseguido fazer a contratação de seguros, mas estes excluem da cobertura determinadas patologias e há um agravamento no prémio.

"Portugal está na vanguarda", sublinha. "Apenas França, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo adaptaram legislação semelhante. Fomos o quinto na Europa. Há um movimento para que este direito se torne extensível a todos os países que fazem parte da União Europeia. Agora, não basta prever direitos na lei. É preciso pôr em prática. E para isso precisamos da regulamentação."

A Provedoria de Justiça não pode forçar o Governo a tratar do decreto-lei. "Pode recomendar ao Governo que cumpra o seu dever", atalha Carla Barbosa. "Neste momento as forças governamentais estão em incumprimento. Fazer queixa à Provedoria de Justiça é uma forma de alertar, de fazer pressão."

Numa nota conjunta enviada ontem às redacções explica-se que a regulamentação deverá definir a informação obrigatória a divulgar pelas instituições de crédito e seguradoras sobre o direito ao esquecimento. E fixar "uma grelha de referência que permitirá definir termos e prazos mais favoráveis do que os definidos na lei, para cada patologia ou incapacidade, em linha com o progresso terapêutico, os dados científicos e o conhecimento sobre o risco de saúde, de crédito ou segurador que cada patologia ou incapacidade represente".

Número de estudantes que reportaram problemas de saúde mental duplicou

Transtorno de ansiedade e depressão são os problemas mais reportados pelos estudantes. Cheques para consultas de psicologia e nutrição começam a ser disponibilizados no final de Setembro

Cristiana Faria Moreira

Entre os 10.600 participantes no *Inquérito às Condições Socioeconómicas e Académicas dos Estudantes do Ensino Superior*, 9% admitiram sofrer de um problema de saúde mental – o dobro face ao reportado no anterior inquérito, aplicado no ano lectivo 2020/21. Fazem parte do universo de cerca de 420 mil inscritos em instituições portuguesas de ensino superior (não foram incluídos estudantes de doutoramento), públicas e privadas, no ano lectivo 2022/23.

Representa um aumento "de uma forma flagrante" – cerca de cinco pontos percentuais – em relação ao inquérito de 2020/21, no qual a percentagem de estudantes que reportaram lidar com algumas questões de saúde mental rondava os 4,4%. "Esta tendência, mais acentuada no pós-pandemia, acompanha aquilo que tem sido verificado noutros estudos" e é "acompanhado também por muitos outros países participantes" no projecto europeu Eurostudent, que visa a análise e a comparação das condições de vida dos estudantes do ensino superior, nota a investigadora Susana da Cruz Martins, professora no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e coordenadora deste inquérito no país.

"Em parte, [estes resultados] vêm na sequência dos contextos vivenciados com a pandemia de covid-19, de medidas que obrigaram a restrições nas relações sociais, que tiveram como propósito a contenção do vírus, mas que trouxe efeitos negativos com origem no isolamento e distanciamento social muito sentidos nesse período", reflecte.

Estes 9% de alunos fazem parte dos cerca de 30%, que dizem ter algum tipo de incapacidade ou problema de saúde prolongado. "Os estudantes que reportam que os problemas de saúde mental afectam os seus estudos são, de forma mais reforçada, os que sofrem de transtorno de ansiedade e depressão. Em sentido contrário, e apesar de muitos estudantes darem conta que padecem desses problemas, as suas percepções desvalorizam mais o impacto da psicose e de comportamentos aditivos no desenvolvimento das suas formações", refere o estudo.

Além disso, sentem que os apoios que existem para fazer face às suas dificuldades, não respondem, na verdade, às suas necessidades: quase dois terços (59%) consideram serem totalmente insuficientes, sendo que apenas um quinto declara que os apoios são (totalmente) suficientes.



NUNO FERREIRA SANTOS

Ordem dos Psicólogos entende que é preciso uma resposta mais robusta no SNS

Numa perspectiva de reforço dos apoios, os estudantes do ensino superior terão, a partir de Outubro, acesso a consultas de psicologia e de nutrição através da atribuição de um cheque-psicólogo. A medida, aprovada pelo Governo em Maio, inclui um pacote de 100 mil consultas de psicologia e ainda 50 mil de nutrição.

Há duas semanas, na assinatura dos protocolos com as ordens dos nutricionistas e dos psicólogos, a ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro Lopes, avançou que os cheques estarão disponíveis a partir de 30 de Setembro e que o pedido de consulta será feito no *site* Gov.pt.

9% admitiram sofrer de um problema de saúde mental – o dobro do registado no anterior inquérito

Das públicas às privadas, todas as instituições de ensino superior terão aderido à medida, diz a ministra, e os cheques serão distribuídos em função do número de alunos. Partirá delas operacionalizar a forma como os estudantes serão referenciados para terem acesso às consultas, que serão garantidas por uma bolsa de profissionais, constituída por 297 psicólogos e por 208 nutricionistas.

As situações que os jovens poderão ver atendidas por esta rede de psicólogos integram as chamadas "perturbações comuns", que vão da ansiedade (perante os exames, por exemplo) a "alguns tipos de depressão". "Nas universidades onde existem psicólogos, a referenciação deve sempre partir dos serviços", explica o bastonário da Ordem dos Psicólogos, Francisco Miranda Rodrigues. Que salienta, contudo, que esta deve ser "uma resposta complementar e temporária" e que é preciso uma resposta "mais robusta, desde logo no SNS".

Desigualdades profundas

Voltando ao estudo, os autores lembram ainda que, tal como reportam outros relatórios europeus, "muitos dos problemas que afectam o bem-estar [dos alunos] são causados ou exacerbados pelas desigualdades profundamente enraizadas no sector". E, em Portugal, os estudantes "vivem num contexto de grande desigualdade", dos maiores da Europa em termos financeiros, mas que se reflecte também na desigualdade de género, na discriminação racial, por deficiência e na homofobia.

Entre os que responderam ao inquérito *online* que está na base deste estudo, 8,1% dizem sentir-se mais discriminados em relação ao género e ao peso (7,9%), sendo a nacionalidade (6,6%) e os rendimentos financeiros (7,2%) também alvos relevantes de discriminação.

O aprofundamento destas desigualdades poderá também contribuir para alguns casos de abandono, como alertavam alguns dirigentes associativos do superior no arranque do concurso nacional de acesso. "A literatura mostra-nos que o abandono é sempre multifactorial. O caso mais comum de abandono é a carência socioeconómica, associada a uma má adaptação ao ensino superior [com maus resultados que levam à perda da bolsa], o que obviamente não nos pode deixar indiferentes", notava o presidente da Federação Académica do Porto, Francisco Porto Fernandes.

Candidaturas ao novo concurso de professores arrancam hoje

Clara Viana

Publicado aviso de abertura do concurso extraordinário. Objectivo: colocar 2309 professores nas escolas mais carenciadas de docentes

Os professores contratados que pretendem concorrer ao concurso extraordinário de vinculação poderão fazê-lo já a partir de hoje. O prazo para a apresentação de candidaturas prolonga-se por mais quatro dias úteis, conforme estipulado no aviso de abertura do concurso, publicado ontem em *Diário da República*.

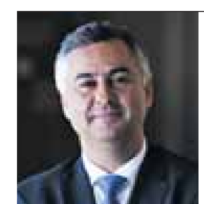
A colocação dos docentes deverá será concretizada na segunda quinzena de Novembro. Com o concurso extraordinário, os professores serão vinculados a Quadros de Zona Pedagógica (QZP), que agrupam vários concelhos. Só depois, no âmbito de outro concurso (mobilidade interna), serão afectos a escolas localizadas nos QZP em que vincularam. Se já estiverem a dar aulas, os candidatos colocados no novo concurso deverão “manter-se em funções até à efectivação da sua substituição”.

O objectivo é colocar 2309 professores nas escolas com maior carência de docentes. Para o efeito, foram contabilizados 160 agrupamentos dos 234 que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) identificou como tendo tido, em 2023/2024, alunos sem aulas durante um período de dois meses ou mais.

Os agrupamentos abrangidos pelo novo concurso localizam-se entre Santarém e o Algarve, com cerca de 72% das vagas abertas concentradas nas regiões de Lisboa e Setúbal.

A portaria com as vagas para o concurso abre lugares para docentes de todas as disciplinas à excepção de Ciências Agropecuárias do ensino secundário, com o número de vagas a oscilar entre um (Alemão) e 222 (Educação Especial). Informática, Matemática e Português são as outras disciplinas com mais vagas abertas, o que equivale a dizer com mais falta de professores.

O novo concurso será alargado também a candidatos que só têm habilitação própria, ou seja, que não são detentores de um mestrado em ensino que lhes garanta uma habilitação profissional necessária para ingressarem na carreira. É o primeiro concurso que abre as portas à entrada de candidatos com habilitação própria – mas com condições. A saber: o ingresso na carreira será provisório, só se consolidando “o vínculo no prazo máximo de quatro anos após a abertura dos primeiros cursos correspondentes às condições de profissionalização”.



O ministro da Educação disse desconhecer o número de assistentes operacionais nas escolas

O aviso de abertura do concurso abre ainda a porta a estrangeiros, desde que sejam portadores do “documento de autorização para o exercício de funções docentes em Portugal”, no âmbito de uma directiva europeia de 1988. Os brasileiros que queiram concorrer terão, pelo seu lado, de apresentar o documento de autorização para o mesmo efeito previsto no Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal de 1966 ou no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, de 2000.

Durante o debate no Parlamento sobre o início do ano lectivo, requerido pelo PCP, o ministro revelou que, apesar do excedente orçamental alcançado pelo Governo PS, o seu ministério arcou com “um défice de 200 milhões de euros para pagar salários aos professores”. “Isto sem contar com a recuperação do tempo de serviço”, especificou. A este montante junta-se o “défice de 100 milhões de euros” na Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Questionado sobre a necessidade de se aumentar o número de assistentes operacionais, actualmente sob a tutela das autarquias, o ministro fez ainda esta revelação surpreendente: “O ministério não consegue dizer qual o número de assistentes operacionais. Esse dado não existe.” O ministro apresentou este facto como sendo revelador do estado da “monitorização do processo de descentralização da Educação”. “Já contactámos a Associação Nacional de Municípios Portugueses para fazermos uma avaliação” deste processo e para “rever o enquadramento do pessoal não-docente”, adiantou.

Sociedade

MAI deve quase três milhões aos polícias por gratificados que não paga desde Janeiro

Sónia Trigueirão

Ministério diz que tem havido "diminuição dos montantes transferidos" pela Santa Casa. Instituição diz que cumpre o estipulado

Os agentes da PSP e militares da GNR não recebem os serviços de policiamento gratificado no futebol de formação e camadas jovens desde Janeiro. Ao que o PÚBLICO apurou, estão em causa, entre as duas forças de segurança, quase três milhões de euros.

Os "serviços remunerados", como estão definidos em portaria, são um trabalho extra que deve ser realizado fora do horário de serviço e o valor que está em dívida e que deveria ter sido transferido pela secretaria-geral do Ministério da Administração Interna (MAI) para a PSP e para a GNR (que, por sua vez, somam o valor aos salários dos seus profissionais) provém de verbas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e é referente a uma percentagem das receitas dos jogos sociais.

Em resposta ao PÚBLICO, fonte do MAI alega que estes atrasos decorrem da diminuição das verbas transferidas por parte da Santa Casa. "Reconhecemos que, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tem havido diminuição dos montantes transferidos, para tal pagamento, devido à diminuição das receitas de jogo". Na mesma resposta, o MAI diz que "está a acompanhar a situação junto da Santa Casa da Misericórdia através da secretária-geral do Ministério da Administração Interna para que os pagamentos sejam repostos o mais rapidamente possível".

Por seu turno, a SCML garantiu ao PÚBLICO, que "de acordo com o que está convencionado, tem efectuado escrupulosamente, todos os meses, a distribuição das verbas dos jogos sociais aos beneficiários, incluindo ao MAI". Mais: segundo a SCML, "o pagamento é feito sempre até ao dia 20 de cada mês, em função dos valores previstos".

Do lado dos sindicatos e associações que representam os profissionais das forças de segurança, as reacções são de indignação. Armando Ferreira, do Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol), considera a situação "inadmissível e lastimável". "É incompreensível como se deixam as pessoas com remunerações em atraso quase dez meses e por serviços que tiveram de fazer, muitas vezes, contrariados e nos seus dias de folga", afirmou o sindicalista, sublinhando que são várias as queixas de polícias que já chegaram ao Sinapol de todo o país. "Acho que só do Algarve é que não recebi queixas", sublinhou.

Também o presidente da Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR), César Nogueira, confirmou ao PÚBLICO a falta de pagamento dos serviços de policiamento gratificado no futebol, sublinhando que há mais serviços que não estão a ser pagos aos militares da GNR. "Não pagaram os remunerados relativos, por exemplo, aos cortes de estrada que são entidades privadas que pagam e por antecipação, segundo a lei. Este valor está em atraso desde Junho", referiu.

Armando Ferreira, do Sinapol, considera a situação "inadmissível. "É incompreensível como se deixam as pessoas com remunerações em atraso quase dez meses e por serviços que tiveram de fazer, muitas vezes, contrariados e nos seus dias de folga"

Para César Nogueira, estes atrasos "não se compreendem". "Podem arranjar mil e uma desculpas, mas as próprias instituições, seja a PSP e a GNR – eu falo pela GNR – facilitam e deixam que o MAI atrase os pagamentos", afirmou, acrescentando que a "própria portaria prevê que os eventos só se realizem com o pagamento antecipado do policiamento".

"Claro que depois pode haver acertos porque o evento pode demorar mais tempo do que o que está definido", explicou. Porém, estar quase 10 meses sem pagar é, para César Nogueira, "abusivo". "Onde anda esse dinheiro?" questiona, lembrando que, "para a maioria dos profissionais que fazem estes serviços, este dinheiro faz diferença para compor o salário no fim do mês". César Nogueira entende que "o próprio comando da GNR deveria reclamar o valor", uma vez que "tem o dever de tutela".

Já no início de Agosto, segundo noticiou o *Correio da Manhã*, a Associação Sindical dos Profissionais da Policia (ASPP/PSP) reclamara o pagamento destes gratificados desportivos, tendo considerado um "desrespeito" os agentes terem de exigir um pagamento que lhes é devido por serviços prestados no ano passado.

Aliás, o mesmo sindicato garantia que já tinha enviado um ofício ao director nacional da PSP, Luís Carrilho, a questionar "a razão pela qual o pagamento de serviços remunerados aos eventos desportivos, realizados a nível nacional, desde final do ano de 2023, ainda não tinham sido abonados aos profissionais da PSP e para quando estaria previsto o embolso devido". Ainda segundo o *Correio da Manhã*, em Agosto, uma fonte oficial do MAI adiantou que "o anterior Governo tinha autorizado duas transferências de verbas da Santa Casa, que se destinavam a cobrir dívidas de 2023, e uma pequena parcela de 2024 e este Governo já tinha autorizado uma transferência em Maio de 2024, que cobria uma parte do valor em dívida aos elementos policiais em Janeiro deste ano".

A mesma fonte informou que já estaria a despacho naquela data, portanto em Agosto, "a transferência da última *tranche* financeira realizada pela Santa Casa", que seria "em breve consolidada em pagamentos aos elementos das forças de segurança". No entanto, chegados quase ao final de Setembro, centenas de polícias, quer da GNR, quer da PSP, continuam a reclamar o valor dos "gratificados" desportivos.

PAULO PIMENTA



Há quae dez meses que os agentes da PSP e da GNR aguardam pelo pagamento dos chamados "serviços gratificados"

ENCONTROS COM FUTURO

CONVERSA

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

De forma a promover o debate e a reflexão sobre a Sustentabilidade, o PÚBLICO e a REN organizam um ciclo de conversas sobre o estado da arte do ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiente, Social e Administração) e o futuro destes critérios na gestão das empresas. A 2.ª edição dos **Encontros com Futuro**, dá continuidade ao debate iniciado em 2023 e leva a discussão até outro nível. As duas primeiras datas decorreram em Lisboa, sendo a última conferência dia 25 de Setembro em Serralves, no Porto.

INSCRIÇÕES OBRIGATÓRIAS ATRAVÉS DO QRCODE

OU ATRAVÉS DO EMAIL:
EVENTOS@PUBLICO.PT





25 de Setembro

Fundação de Serralves, Porto

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

Dia Nacional da Sustentabilidade
Numa perspectiva mais ampla do ESG, olhamos para a sustentabilidade corporativa e avaliamos o papel essencial e transversal da economia circular no ESG.



FIONN FERREIRA
EMPREENDEDOR, FORBES 30 UNDER 30
ORADOR PRINCIPAL



MAFALDA SARMENTO
INVESTIGADORA DA ÁREA DA SUSTENTABILIDADE, UCP
COMENTÁRIO

9H00 RECEPÇÃO
9H30 ORADOR PRINCIPAL
Fionn Ferreira, Empreendedor, Forbes 30 under 30
10H00 COMENTÁRIO
Mafalda Sarmento, Investigadora da área da Sustentabilidade, UCP
10H15 COFFEE BREAK
10H30 DEBATE
Pedro Norton de Matos, Founder Greenfest , Bluefest Portugal and Academia G
Alice Khouri, Head of Legal Helexia Portugal. Fundadora Women in ESG Portugal
Bruno Esgalhado, Partner at McKinsey & Company
12H00 ENCERRAMENTO

Moderação: **David Pontes,** director do PÚBLICO



EVENTO APOIADO. CONSULTE PUBLICO.PT OU O QR CODE PARA SABER MAIS SOBRE CONTEÚDO APOIADO NO PÚBLICO

ORGANIZAÇÃO



REN

Sociedade

Paralisação dos advogados oficiosos não está a surtir efeito

Ana Henriques

Recusas de serviço urgente não têm afectado tribunais, apesar da elevada adesão. Bastonária fala em centenas de diligências adiadas

A recusa dos advogados oficiosos de aceitar serviço urgente durante este mês de Setembro não está a surtir o efeito desejado: o seu impacto tem sido quase nulo, asseguram não só o Ministério da Justiça como também dirigentes de várias comarcas judiciais contactados pelo PÚBLICO.

Quando lançou este protesto – que formalmente não é uma greve, uma vez que se trata de uma profissão liberal – destinado a pressionar o Governo para aumentar o pagamento das defesas oficiosas, a bastonária dos advogados, Fernanda Pinheiro, assumiu que o seu objectivo era fazer parar os tribunais. E os números fornecidos por esta ordem profissional não deixam dúvidas de que a adesão foi maciça: dos nove mil advogados que costumam representar quem não tem possibilidade de pagar a um advogado particular, apenas 1284 acederam a fazer serviço urgente durante o mês de Setembro.

Ainda assim, os dados que têm vindo a ser fornecidos desde o início do mês pela tutela relativamente às chamadas escalas presenciais, durante as quais estes profissionais ficam no tribunal à espera do serviço que possa aparecer, dão conta de um número ínfimo de diligências adiadas. O Ministério da Justiça não tem apresentado qualquer balanço das situações fora dos maiores centros urbanos, onde as escalas de prevenção não são presenciais.

A libertação, no início do mês, de um suspeito de coacção sexual de menores em Famalicão, por falta de advogado oficioso para o defender, foi o único caso que até agora ganhou alguma relevância. "Mas no dia seguinte voltou a ser detido e ficou em prisão preventiva", porque nessa altura já havia um profissional para o defender, explica a administradora da comarca de Braga, Irene Amorim. Até agora, a funcionária não registou nenhum outro caso de relevo.

O cenário repete-se noutras comarcas do país, sejam de maior dimensão – Porto, Lisboa – ou de menor, como Portalegre, Setúbal e Faro. "Se houve adiamentos de diligências, não foram problemáticos", descreve o juiz que dirige a comarca de Setúbal, António José Fialho. "Zero. Não houve nenhuma diligência adiada", garante por seu turno a sua colega do Porto, Ausenda Gonçalves.



RUI GAUDÊNCIO

Boicote reivindica actualização dos valores pagos aos "oficiosos"

As funcionárias que administram as comarcas de Lisboa e de Portalegre afinam pelo mesmo diapasão: "Tem estado tudo a correr normalmente." O mesmo tem sucedido em Faro: "Aqui felizmente não tem havido problema nenhum. Os sete ou oito advogados que se inscreveram para fazer oficiosas em Setembro têm dado conta do serviço", diz o presidente da comarca de Faro, Henrique Pavão, admitindo que o eventual surgimento de vários detidos ao mesmo tempo possa desencadear problemas.

Em Coimbra registou-se ontem um incidente: perante a falta de quatro advogados numa diligência destinada a interrogar um arguido e a realizar também um debate instrutório, houve um juiz que recorreu a advogados que não estavam escalados para o serviço urgente neste dia, mas que se voluntariaram para o fazer. A bastonária diz que vai apresentar queixa do magistrado ao Conselho Superior da Magistratura, por desrespeito da lei, e também abrir processos disciplinares aos colegas que acederam a fazer o serviço. "O juiz limitou-se a cumprir o seu dever, garantindo a realização da diligência", assegura o presidente da comarca, Carlos de Oliveira, que também não tem notícia de perturbações no serviço devido à greve.

Mas, para a bastonária, incidentes como o que sucedeu em Coimbra, onde houve advogados que se queixaram à respectiva Ordem dos colegas que quiseram prestar serviço voluntário, ajudam a explicar a falta de impacto do protesto. "Tem sido à custa da violação dos direitos dos arguidos, que nalguns casos não têm contado com a presença de advogado, e do sistema de acesso ao direito. Ou seja, à custa de ilegalidades."

O departamento que lida com o chamado sistema de acesso ao direito na Ordem não tem estado a atender as chamadas dos tribunais a pedir defensores oficiosos. "Até 19 de Setembro houve 515 chamadas por atender", contabiliza Fernanda Pinheiro. Que, contrariando os números divulgados pela tutela – embora geograficamente circunscritos ao Porto e a Lisboa –, fala em "centenas de diligências adiadas".

Para o ministério, este protesto surge "a destempo", uma vez que o programa do Governo prevê a revisão do sistema das defesas oficiosas, tendo-se comprometido a apresentar à Ordem um projecto nesse sentido no início do mês que vem. A bastonária quer, no entanto, garantir que o aumento é decidido a tempo do Orçamento do Estado de 2025.

Vítimas de abusos dizem que "cansaço" está a levar algumas a desistir de indemnização da Igreja

Pedidos podem ser feitos até ao fim do ano. Vítimas discordam de que a avaliação dos montantes a pagar seja feita caso a caso

Algumas vítimas de abuso sexual no contexto da Igreja Católica em Portugal "estão a desistir" de pedir indemnização, considerando que estão a querer derrotá-los "pelo cansaço", disse ontem à Lusa um responsável da Associação Coração Silenciado.

António Grosso, da associação que reúne vítimas de abuso sexual na Igreja, adiantou ter conhecimento de "algumas pessoas que já não estão para ir à comissão de avaliação, que vão desistir", por considerarem que "isto já é muita chatice, nunca mais se resolve".

Em causa, desde logo, o facto de as vítimas que já haviam relatado o seu caso à Comissão Independente (CI) para o Estudo dos Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica Portuguesa, presidida pelo pedopsiquiatra Pedro Strecht, serem obrigadas a contar de novo o que passaram, no âmbito do processo desenvolvido pelo Grupo Vita, criado pela Conferação Episcopal Portuguesa (CEP) em 2023.

Por outro lado, as vítimas estão contra a não atribuição de uma indemnização igualitária em termos de montantes, isto é, discordam de que a avaliação dos montantes a atribuir seja feita caso a caso. "Tudo podia ser reduzido a uma solução singela e simples de uma compensação financeira igualitária. Porque se é o próprio presidente da CEP que diz que o sofrimento não tem preço,



Pelo menos 4815 pessoas terão sido alvo de abuso na Igreja

como é possível estabelecer uma tabela de preços?", questionou.

António Grosso qualificou como "muito lamentável" a polémica que esta semana se instalou entre a coordenadora do Grupo Vita e os membros da CI. Tudo começou com um artigo de opinião de Rute Agulhas, no jornal *Expresso*, na terça-feira, no qual colocava em questão a validação de 512 casos pela comissão liderada por Strecht. "O que significa 'validados'? Esta é a verdadeira questão que, até ao momento, parece por todos ser ignorada. Porque, segundo o que é reportado no já referido relatório, realizaram-se apenas 34 entrevistas com vítimas. Ora, e em relação a todas as demais, o que foi efectivamente validado? Em rigor, nada, pois estamos a falar de inquéritos anónimos preenchidos por pessoas com quem nunca se esteve. Sabemos que noutros países várias pessoas já reconheceram ter preenchido os inquéritos anónimos como forma de testar o sistema, o que corresponde a falsas alegações. E sabemos que o mesmo aconteceu no nosso país", escreveu Rute Agulhas.

O grupo liderado por Pedro Strecht, que validou 512 testemunhos de abusos ocorridos entre 1950 e 2022, estimando um número mínimo de 4815 vítimas, já contestou tais alegações, mas, numa nota emitida ontem, o Grupo Vita voltou a sustentar que a validação das situações que a CI afirma ter feito não é passível de ser feita "apenas com base em relatos escritos anónimos". Até ao fim do mês, a Associação Coração Silenciado prevê tomar posição sobre as indemnizações, cujos montantes serão cobertos pelo fundo que resulta "do contributo solidário de todas as dioceses".

Público | ASA | Tanguy e Laverdure

UMA ATERRAGEM NO NINHO DAS CEGONHAS



©Dargaud 2024

COMPRE AQUI

loja.publico.pt

COLECÇÃO **TANGUY E LAVERDURE**

De Jean-Michel Charlier e Albert Uderzo

LIVRO 4 - ESQUADRILHA DE CEGONHAS

Prepare-se para pousar no emocionante 4.º volume desta série épica, onde os nossos protagonistas chegam à base de Longvic, casa da lendária Esquadrilha das Cegonhas. Aqui, descobrem que os segredos franceses atraem a atenção de uma nação disposta a tudo para os obter. Com a participação do pai de Tanguy, será Laverdure que, ao seguir pistas intrigantes, poderá ajudar a desmascarar os espiões.

*Colecção de 8 livros. PVP unitário: 11,90 €. Preço total da colecção: 95,20 €. Periodicidade semanal à quarta-feira, entre 28 de Agosto e 16 de Outubro de 2024. Stock limitado.

Governo alarga acesso a médico de família a 75 mil utentes de Cascais e Sintra

Liliana Borges e Ana Maia

A medida foi anunciada no final do Conselho de Ministros. Protocolo implica uma despesa de seis milhões de euros



DANIEL ROCHA

São mais de 110 mil os utentes de Cascais e de cinco freguesias de Sintra que não têm médico de família

O Governo anunciou ontem que irá expandir o acesso aos cuidados de saúde primários a 75 mil utentes residentes em Sintra e Cascais que actualmente não têm médico de família atribuído. "Estes 75 mil adultos e crianças podem aceder a cuidados de saúde primários e medicina familiar" a partir do Hospital de Cascais, que integra o SNS em parceria público-privada, e com o qual foi feito um protocolo para assegurar esta resposta, explicou o ministro da Presidência. Estes utentes pertencem às Unidades Locais de Saúde (ULS) Amadora-Sintra e Lisboa Ocidental.

A despesa será de seis milhões de euros até ao final do ano, detalhou o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, no final do Conselho de Ministros de ontem. "Segundo avaliação da UTAP, uma unidade técnica do Estado para fazer a avaliação dos custos, [esta solução] implica menos 24 euros por doente, em preço comparado se fossem serviços [prestados] por outras alternativas", disse.

Poucas horas depois, o comunicado do Conselho de Ministros esclareceu que a poupança de 24 euros resulta de um custo apurado por utente de "80 euros por acto nesta modalidade" de parceria com o Hospital de Cascais, "face a 104 euros para os mesmos actos se realizados em centros de saúde". Ainda segundo o comunicado, estes utentes pertencem "a grupos com níveis de necessidade e de risco prioritários, de acordo com os critérios das Unidades de Saúde Familiar [USF] modelo B".

Sem avançar com uma data concreta, o ministro adiantou que "este regime começa a funcionar até ao final de 2024". Mas "com a perspectiva do seu prolongamento", tendo por base uma avaliação que confirme o "acesso destes utentes" a cuidados de saúde, a "poupança na despesa" e a "qualidade do acesso".

"É uma medida fundamental, sobretudo para estes 75 mil utentes que não eram tratados pelo actual sistema nacional de saúde", disse, salientando que o aumento do acesso é feito "com respostas dentro do SNS". Neste caso, "por contratualização" de listas de utentes das ULS Amadora-Sintra – "a maioria" – e Lisboa Ocidental "com um hospital que integra o SNS em regime de PPP [parceria público-privada]". "Não temos nenhum dogma nem trauma ideológico", acrescentou Leitão Amaro, referindo-se ao facto de este ser um hospital gerido em PPP. Quanto ao protocolo, previsto no Plano de Emergência para a Saúde, o ministro assegurou que "protege a capacidade existente nas outras unidades do SNS", ao garantir que o Hospital de Cascais "não pode recrutar, para servir estes 75 mil utentes, médicos que tenham tido vínculo a estas duas ULS nos últimos três meses".

O ministro da Presidência lembrou que o Governo está a recorrer a várias soluções para aumentar o acesso dos cidadãos a cuidados de medicina geral e familiar. Recentemente, foi anunciada a criação de 20 USF modelo C, que podem ser geridas pelos sectores privado e social. "Sabemos, como soubemos quando anunciámos as USF modelo C, que a aposta no reforço do acesso, ainda que através de soluções de complementaridade, pode receber a discordância de alguns. Mas merece a concordância dos utentes que passam a ter acesso a esses cuidados de saúde e dos contribuintes que pagam menos do que pagariam com outra alternativa", argumentou o ministro.

1,6
milhões de utentes estavam sem médico de família, segundo os dados de Agosto do Portal da Transparência do SNS

24
euros por doente é a poupança anunciada pelo Governo com a solução adoptada, por comparação com os mesmos actos feitos em centros de saúde

"Pesada herança"

O reforço da resposta de medicina geral e familiar, em parceria com o Hospital de Cascais, está previsto no Plano de Emergência da Saúde, apresentado no final de Maio. No documento, afirma-se que o objectivo desta medida é "criar capacidade adicional de prestação de cuidados de saúde primários" a utentes sem médico de família residentes nos concelhos de Sintra e de Cascais.

São duas áreas "inseridas numa das regiões com maior escassez de médicos de família", salientou o Governo no plano, que especificava terem sido identificados, "no concelho de Cascais e em cinco freguesias do concelho de Sintra", mais de 110.000 utentes sem médico de família".

Uma situação agravada "pelo facto de os respectivos centros de saúde, no âmbito da reorganização do Serviço Nacional de Saúde, terem ficado integrados na ULS Lisboa Ocidental e na ULS Amadora-Sintra, com obrigatoriedade de articulação com o Hospital de Cascais, não se garantindo a pretendida integração de cuidados com organização das respostas em saúde em função das pessoas".

No país, o número de utentes sem médico de família vai muito além da resposta agora conseguida. Segundo os últimos dados do BI dos Cuidados de Saúde Primários, em Agosto 1,6 milhões de utentes não tinham clínico. A larga maioria – um milhão – na região de Lisboa e Vale do Tejo. São quase 30% dos utentes desta região.

Questionado sobre este universo e sobre o calendário de alargamento da resposta a estes utentes, o ministro da Presidência lembrou que esta "foi uma das pesadas heranças" deixadas pelo anterior Governo. Para minimizar o problema, acrescentou Leitão Amaro, o executivo tem "lançado várias medidas diferentes e complementares". "Muitas delas têm a ver com a reorganização dos cuidados de saúde do SNS com entidades que existem" e também com a "criação das USF modelo C". E, agora, com "uma nova medida usando a capacidade do SNS, mas em modalidade de PPP".

"Só queremos servir quem não está servido", afirmou.

Vacinação começa hoje

Gripe e covid-19: maiores de 85 anos limitados aos centros de saúde

Daniela Carmo

A campanha de vacinação sazonal (2024-2025) contra a covid-19 e a gripe vai iniciar-se hoje nas unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e nas farmácias comunitárias. Para o esforço de vacinação, gratuita para a população elegível, a Direcção-Geral da Saúde (DGS) já fez saber que foram adquiridas vacinas em número suficiente para todos os cidadãos elegíveis que demonstrem interesse em vacinar-se. A população é elegível não só pelo factor idade (a partir dos 60 anos), mas também são tidos em conta critérios como doenças de risco associadas e a profissão, entre outros.

Há quase cinco milhões de vacinas contra a gripe e a covid-19 disponíveis: de acordo com a DGS, "foram adquiridos 2,1 milhões de vacinas contra a covid-19 (Portugal continental e regiões autónomas) e 2,5 milhões de vacinas contra a gripe para Portugal continental (2,1 milhões de dose-padrão e 360 mil vacinas de dose elevada)", sem indicar o valor do investimento.

Apesar disso, como o PÚBLICO noticiou, as farmácias comunitárias que participam nesta campanha sazonal de vacinação vão receber três euros por cada vacina administrada. O Governo estimou gastar 7,6 milhões de euros neste processo.

Este ano há mudanças a considerar. A vacinação contra a gripe com dose reforçada foi alargada a todas as pessoas com 85 ou mais anos, além das pessoas residentes em lares de idosos, similares e na rede nacional de cuidados continuados integrados (RNCCI).

Recorde-se, a este propósito, que as pessoas neste grupo etário serão vacinadas apenas em regime de centro de saúde. À agência Lusa, a DGS esclareceu na quarta-feira que a exclusão da vacinação em farmácias a pessoas com 85 anos ou mais se deve a "questões de logística" face à disponibilidade de vacinas contra a gripe de dose elevada e número de postos.

"De acordo com o número de doses de vacina de dose elevada disponibilizado, e o número de pontos de vacinação existentes (cerca de 3000), por questões logísticas optou-se pela concentração da vacinação nas unidades de saúde, permitindo que cada uma destas unidades disponha de um maior número de doses para responder à procura esperada", explicou a DGS.



A população é elegível pelo factor idade (a partir dos 60 anos, mas tendo também em conta doenças

De acordo com a autoridade nacional de saúde, "foram adquiridas cerca de 360 mil vacinas de dose elevada, suficientes para responder à procura esperada".

O esclarecimento surgiu depois de o ex-ministro da Saúde Manuel Pizarro ter defendido num artigo de opinião, publicado no PÚBLICO na quarta-feira, que a mudança é "uma discriminação incompreensível contra as pessoas com 85 anos ou mais, que não se poderão vacinar nas farmácias".

A vacinação nas unidades do SNS é recomendada e gratuita para pessoas com 60 ou mais anos, profissionais e residentes em lares, similares e unidades da RNCCI e pessoas com patologias de risco. A vacinação nestes estabelecimentos de saúde é ainda recomendada a grávidas e profissionais dos serviços de saúde (públicos e privados) e de outros serviços prestadores de cuidados de saúde, estudantes em estágio clínico, bombeiros envolvidos no transporte de doentes, prestadores de cuidados a pessoas dependentes e profissionais de distribuição farmacêutica, pessoas em situação de sem abrigo e estabelecimentos prisionais.

Já nas farmácias comunitárias, está recomendada a vacinação para utentes entre os 60 e 84 anos de idade e profissionais de saúde das farmácias.

Tal como aconteceu nos outros anos, a vacinação vai começar pelas pessoas com doenças de risco, profissionais de saúde e residentes em lares e população prisional, chegando de seguida aos cidadãos a partir dos 60 anos. As vacinas serão adaptadas às variantes em circulação.

O grande desafio vai ser o de convencer mais pessoas a vacinarem-se contra a covid-19, numa altura em que a adesão à vacinação está a diminuir em todo o mundo, e Portugal não é excepção. Os dados da última campanha de vacinação sazonal comprovam-no: apenas 56,1% da população elegível pela idade (a partir dos 60 anos) decidiu vacinar-se contra a covid-19, uma redução generalizada em todas as faixas etárias relativamente à época anterior, enquanto a adesão à vacinação contra a gripe se manteve, com uma taxa de cobertura de 66,3%. **com Lusa**

Faltam transportes em Coimbra e problema mantém-se até ao final do ano

A falta de motoristas no serviço de transportes urbanos de Coimbra tornou-se insustentável. O ano lectivo começou com os horários de Agosto, e assim se vai manter, pelo menos até final do ano

Paula Sofia Luz



PAULO PIMENTA

Foram suprimidas várias carreiras dos SMTUC, o que, com a abertura do ano escolar, está a gerar grandes contrangimentos

O ano lectivo começou em Coimbra com sérios constrangimentos nos transportes públicos. E assim se vai manter pelo menos até final de Dezembro. A falta de motoristas obrigou os SMTUC (Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra) a reduzir a oferta, num corte sem precedentes.

Na semana passada a câmara discutiu e votou, por maioria (com os votos contra do PS e abstenção da CDU), uma proposta que suprime várias carreiras dos autocarros urbanos até final do ano, e que entre 18 de Dezembro deste ano e 3 de Janeiro de 2025 (período de férias escolares) vigore a oferta equivalente à do mês de Agosto, essa já bastante deficitária.

"É o caos. Ainda estou a tentar adaptar-me e não sei como é que vou fazer", disse ao PÚBLICO Cristina Sousa, que todos os dias apanha um autocarro junto à Estação Nova de Coimbra para a zona do Olivais, onde trabalha, como empregada doméstica. Depois de um período de férias, nesta segunda-feira foi apanhada de surpresa com um aviso na paragem: "Não havia autocarro e informavam-nos de que poderia haver perturbações no serviço. Tive que ir a pé, num percurso que demora 30 a 40 minutos." Avisou os patrões e conseguiu uma boleia para os dias seguintes. Mas na próxima semana volta a estar por sua conta.

A proposta que o presidente José Manuel Silva levou à reunião de câmara aponta para alterações nos horários das linhas 52, 52M, 52P e 52T no período da manhã e a suspensão das linhas 201, 202 e 203, à conta da entrada em funcionamento do projecto-piloto de transportes para Cernache. Além disso, a informação técnica diz respeito às linhas 4, 7, 7T, 18, 19R, 19T, 21R, 21T, 22, 32, 34T, 47, 50T, 52P e 103. Já nas linhas 16, 16G, 19, 19R, 19T, 21A, 24T, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 36, 38T, 43, 43T, 103 e 244, mantém-se a oferta equivalente à programação das férias escolares entre 16 de Setembro e 17 de Dezembro.

"Perante a situação vivida pelos SMTUC, é necessário um ajustamento da oferta aos meios disponíveis e que esta seja fiável e adequada às necessidades da população, garantindo que há oferta de transportes públicos para os horários de entrada e saída dos alunos nos estabelecimentos de ensino, mas também para as deslocações entre casa e trabalho", defende a proposta entretanto aprovada pela câmara municipal.

O presidente considera que não havia outra saída, no imediato, mas continua a olhar para o problema com outra solução. "Naquilo que depende de nós, tudo temos feito, e aplicámos a opção aos motoristas dos SMTUC, no sentido de valorizar a sua carreira, mas sabemos que o impacto é limitado. O conselho de administração (CA) dos SMTUC continua a procurar outras soluções, nomeadamente em contactos com o IEFP. Está em cima da mesa o pagamento da carta e outras formações pelos SMTUC e a realização de cursos específicos pelo IEFP para se conseguir formar e contratar mais motoristas", afirmou José Manuel Silva. O autarca já colocou em cima da mesa a possibilidade de empresarialização dos SMTUC, "o que permitiria valorizar justamente os respectivos trabalhadores, e apraz-nos registar que os trabalhadores estão disponíveis para analisar esta possibilidade. Por isso peço ao CA dos SMTUC que dê prioridade e acelere a realização de estudos que fundamentem este processo para que sejam ouvidos os trabalhadores e os sindicatos", adiantou o presidente durante a reunião de câmara.

Do lado da oposição, há outro entendimento. "Nós propusemos que fosse retirada essa proposta por forma a rever o reajustamento dos horários. Da análise que fizemos eram cortes cegos, muito radicais. E agora vê-se: cortes inaceitáveis que estão a deixar muita gente sem transportes", afirma Regina Bento, vereadora do PS, para quem "haveria outra forma de fazer as coisas". "Consideramos que é inaceitável os SMTUC funcionarem durante o período escolar com horários de férias, e nas férias de Natal com horários de Agosto", afirma.

"Na nossa óptica, haveria outra forma de fazer as coisas, nomeadamente ganhar alguns turnos olhando para algumas carreiras que têm sobreposições e fazendo aí alguns cortes. Além disso, teria sido importante ouvir as escolas, os agrupamentos e as juntas de freguesia, no sentido de validarem os novos horários, com vista a fazer alguns ajustamentos, equilibrando as coisas, sem deixar as pessoas sem transporte."

Quem quer ser motorista?

A verdade é que, nos últimos tempos, os serviços abriram dois concursos à procura de 32 motoristas, mas apenas conseguiram contratar oito. "Não vejo porque é que se admiram. Isto é uma bola de neve que só tem tendência a agravar-se", afirma ao PÚBLICO Carlos Cristina, presidente da comissão de trabalhadores (CT) dos SMTUC. Aquele porta-voz dos motoristas lembra que "há uns anos, quando havia um concurso para dez, concorriam 300. Agora está um concurso para dez e concorreram quatro. Não há matéria humana para conduzir os autocarros", sublinha. "É por isso que eu digo que isto é uma bola de neve. Se não houver motoristas, não há autocarros."

O quadro de pessoal dos SMTUC suporta 300 motoristas. Nesta altura "faltam 32 para colmatar as falhas", frisa Carlos Cristina, enquanto lembra que "há trabalhadores que têm 40 ou 50 dias de férias por gozar". O presidente da CT atira aos partidos do arco da governação, que num passado recente chumbaram, na Assembleia da República, dois projectos apresentados pelo BE e pelo PCP para reposição da carreira dos motoristas. "Ao fazer isso, o Parlamento não tornou a carreira atractiva e por isso é natural que cada vez menos pessoas se interessem por esta carreira de motorista", sustenta Carlos Cristina.

Os motoristas cumprem 35 horas semanais e auferem o salário mínimo nacional – de acordo com o contrato colectivo de trabalho da Administração Local –, "com todas as formações inerentes à sua profissão. Para um jovem que queira hoje ter a carta de motorista, 4000 euros não chegam", lembra Carlos Cristina.

Uma aula para idosos sobre brinquedos sexuais para derrubar tabus

Daniela Tavares

Ao longo de cinco dias, a comunidade sénior do Porto foi convidada a participar em 12 acções para debater temas actuais


DR
Idosos da Corujeira (Porto) debateram temas pouco habituais

A sala do Centro de Dia e Convívio da Corujeira está cheia. Utentes que já têm por hábito ocupar os seus dias naquelas instalações ocupam os seus lugares. Preparam-se para mais uma actividade, mas desta vez o tema é diferente e desafiante. É uma aula e hoje será sobre saúde mental e sexualidade. Temas que a Câmara Municipal do Porto quer ver alargados a toda a comunidade. Sem barreiras ou tabus. A sessão é uma das 12 que se inserem na Semana Sem Idade, uma iniciativa que conta com a participação do projecto *Reformers*.

"Não somos iogurtes para termos prazo de validade" é o mote que exibe uma tela de desenrolar que se impõe no canto da sala. Junto dele, os perto de 20 idosos aguardam por mais uma aula. Já é habitual a presença das formadoras da *Reformers* e já não é inédito serem confrontados com temas que marcam os dias de hoje e que não têm idade.

Na quarta-feira, Lídia Araújo, psicóloga, reproduz a interacção do *Preço Certo* para falar de questões relacionadas com a saúde mental e a sexualidade. "Isso já não é para nós, já somos velhos para isso", ouve-se de imediato, mas, rapidamente, a alusão ao programa televisivo capta a atenção da sala. Os utentes são divididos em duas equipas e o jogo começa.

De uma forma descontraída e animada, são abordados temas que muitas vezes são considerados tabus. Os participantes tentam adivinhar o preço de certos objectos. Mas que objectos são estes? Está dado o mote para que se demonstre como funcionam alguns brinquedos sexuais. A curiosidade vem ao de cima e os tabus vão abaixo. "Também existe preservativo feminino? Eu realmente estou muito atrasada", diz uma utente, provocando o riso geral. A boa disposição reina. A (des)informação também, mas rapidamente Lídia e a restante equipa tratam de clarificar dúvidas.

A Semana Sem Idade arrancou no dia 16 deste mês e termina hoje, tendo ocorrido em vários pontos da cidade do Porto. Ao longo destes dias, vários têm sido os temas abordados nas diferentes sessões: idadismo, literacia digital, saúde mental, sexualidade, violência e bem-estar e qualidade de vida.

Fernando Paulo, vereador da Coesão Social da Câmara Municipal do Porto, declara ao PÚBLICO que "todos os temas são importantes porque não têm idade, são assuntos que se devem tratar por tu". A semana, conta, arrancou com "um momento lúdico, de dança, de socialização, de partilha... momentos que os nossos seniores tanto gostam", momento esse que contou com mais de uma centena de participantes, que se juntaram na Quinta S. Romão, em Paranhos, para um arraial. "É importante para nós, enquanto município, que eles sintam que são parte desta cidade", acrescenta.

Contra os preconceitos

Temas como sexualidade nunca são fáceis de abordar por serem ainda um tabu na sociedade dos dias de hoje. Nesta geração, em que "os tempos eram outros", falar sobre estas questões pode ainda ser mais difícil. Sara Baldaias, gestora do projecto, dá conta disso mesmo. "No início houve um bocadinho essa resistência, que nós já esperávamos, porque a verdade é que há muitos mitos relacionados com a sexualidade, há uma série de preconceitos, mas isto foi trabalhado ao longo das sessões, de uma forma tão tranquila e tão natural, que agora estas são um sucesso", sublinha.

"Há muitos mitos relacionados com a sexualidade, há uma série de preconceitos, mas isto foi trabalhado ao longo das sessões"

E prova disso é o testemunho de Felisbela Mota, que, com 80 anos, lamenta que, "na altura em que era nova", nada disto existisse. "Acho que devia existir mais literatura sobre estes temas, mais aulas abertas como esta". Confessa que, em casa, ao percorrer os canais da televisão, já se tinha deparado com algumas "daquelas coisas" que foram ali mostradas e que, agora, já percebe a sua utilidade. Foi um caminho contra a ignorância e o preconceito que teve de ser percorrido.

Que o diga Lídia Araújo, psicóloga responsável pela sessão. "No início, as sessões começaram por temas como a auto-estima, as emoções, os sentimentos, para hoje já conseguirmos abordar o tema dos brinquedos sexuais, do sexo não ser apenas penetração. Todas estas questões, que são muito importantes, não foram trabalhadas logo desde o início porque isso iria assustá-los", explica ao PÚBLICO, dizendo que o tema da sexualidade em geral é sensível em grande parte das faixas etárias e que há necessidade de se começar a desmistificar.

Até ao final da semana mais temas foram abordados. Todos os assuntos contam sempre com uma parte mais teórica, onde são apresentados conceitos e ideia, sendo seguidos de uma parte mais prática, com *workshops* e aulas. Ontem o mote foi a violência, com uma aula de pintura sobre o mesmo, abordando questões psicossociais e formas de as atenuar. Hoje, último dia da iniciativa, serão dadas algumas ferramentas para ajudar na preparação da reforma, com aulas artes manuais e culinária. **Texto editado por Ana Fernandes**

A Mossad não plantou explosivos nos *pagers*, fabricou-os para os vender ao Hezbollah

Israel terá criado três empresas de fachada num plano posto em marcha antes de a milícia xiita ter decidido usar bipes. Duas vagas de explosões fizeram 37 mortos

Sofia Lorena

Um dia depois de milhares de bipes usados pelo Hezbollah terem explodido por todo o Líbano, a empresa de Taiwan cujo nome é visível nos aparelhos garantiu que eles são feitos por uma empresa húngara à qual cedeu a utilização da marca – a BAC Consulting KFT. Mas no escritório de Budapeste onde esta está sediada não parece trabalhar ninguém e a sua alegada presidente diz ser "apenas a intermediária". A confusão é muita, mas a explicação pode ser simples: a BAC será uma das empresas de fachada criadas por Israel para produzir estes *pagers* e fazê-los chegar ao Líbano, num plano posto em marcha há vários anos.

A partir de conversas com "12 actuais e antigos funcionários da defesa e dos serviços secretos", o diário norte-americano *The New York Times* escreveu ontem que os israelitas estiveram por trás das explosões que fizeram 12 mortos (antes de uma segunda vaga, na quarta-feira, desta vez de *walkie-talkies*, ter matado 25 pessoas) – o que já ninguém negava. Mas o que três destas pessoas, todas dos serviços secretos "que foram informados sobre o ataque", disseram ao jornal é mais surpreendente.

A BAC Consulting, que a taiwanesa Gold Apollo descreve como "único fabricante" do modelo de *pagers* AR-924 (e com a qual diz negociar desde 2002), será, afinal, uma empresa de fachada criada por Israel para permitir aos seus serviços secretos produzirem estes bipes.

De acordo com estes responsáveis, pelo menos outras duas empresas de fachada foram fundadas para pôr em marcha este plano e criar "um cavalo de Tróia dos tempos modernos".

A BAC, escreve o jornal, "aceitou clientes comuns, para os quais produziu uma série de *pagers* comuns". "Mas o único cliente que realmente importava era o Hezbollah, e os seus *pagers* estavam longe de ser vulgares. Produzidos separadamente, continham baterias com o explosivo PETN [tetranitrato de pentaeritritol]", continua.

A ideia terá começado a ser desenvolvida há vários anos, desde que Nassan Nasrallah, o líder da milícia xiita, começou a defender que o grupo tinha de investir em bipes, que considerava capazes de "receber dados sem dar a localização do utilizador ou outras informações comprometedoras".

Depois das explosões simultâneas, o principal analista em serviços secretos da CNN, John Miller, sugeria que Israel tivesse planeado piratear os bipes depois de Nasrallah ter ordenado aos seus combatentes que deixassem de usar telemóveis, em Fevereiro. "Isto, do ponto de vista de um operacional dos serviços secretos, é uma oportunidade: se eles estão a deixar de usar telemóveis, vão passar a usar o quê?", explicou.

"Imagino que, depois de terem percebido que iam usar *pagers*, tenham pensado: será que conseguimos chegar a esta cadeia de fornecimento em algum momento e fazer destes os nossos *pagers*?", afirmou, entrevistado no canal de notícias.

A operação foi mais sofisticada do que Miller imaginou. Para os serviços secretos israelitas, o mero conhecimento de que Nasrallah queria passar a usar bipes foi considerado "uma oportunidade".

Verão de 2022

Ainda segundo as pessoas que falaram ao *NY Times*, os *pagers* começaram a chegar ao Líbano no Verão de 2022, "em pequenas quantidades" (subentende-se que na sequência de encomendas do Hezbollah). Mas só este ano a produção começou a ser aumentada, logo depois de um discurso de Nasrallah aos seus seguidores que tem sido citado nos últimos dias.

Os *pagers* começaram a chegar ao Líbano no Verão de 2022 "em pequenas quantidades"

"Perguntam-me onde está o agente. Eu digo-vos que o telefone que está nas vossas mãos, nas mãos da vossa mulher e nas mãos dos vossos filhos é o agente", afirmou o xeque, numa altura em que Israel já tinha conseguido matar vários comandantes importantes do grupo em "assassínios selectivos" (ainda antes da morte do mais importante chefe militar do Hezbollah visado por Israel nesta guerra, Fuad Shukr, descrito como "braço direito" de Nasrallah e assassinado a 30 de Julho em Beirute, na véspera do assassínio do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, num ataque em Teerão).

"Enterrem-nos", disse Nasrallah sobre os *smartphones*. "Ponham-nos numa caixa de ferro e tranquem-nos."

Membros da milícia apoiada pelo Irão que falaram sob anonimato às agências Reuters e AFP referem uma encomenda de mil bipes e outra de três mil feitas nos últimos meses.

A possibilidade de a BAC Consulting ser uma empresa de fachada bate certo com as conclusões publicadas pela BBC a partir das pesquisas da equipa de investigação BBC Verify. Os registos da empresa indicam que foi constituída inicialmente em 2022 e que tem um único accionista, mas os jornalistas não conseguiram encontrar qualquer informação comercial sobre a BAC, nomeadamente "registos de transferências entre esta e quaisquer outras empresas".

No seu *site*, que está indisponível desde quarta-feira, explica-se que se trata de uma empresa que oferece como principais serviços consultadoria de "desenvolvimento industrial", "gestão", "estratégia" e "planeamento de parcerias". "Ajudamo-lo, por exemplo, a contactar investidores privados/fundos comunitários e a encontrar ideias inovadoras", pode



A Gold Apollo assegura que não fabrica estes bipes, mas que cedeu a sua r

Líder do Hezbollah admite "golpe duro" e promete "re

Na sua primeira declaração após a série de explosões de *pagers* e *walkie-talkies* no Líbano — uma operação atribuída a Israel e que fez pelo menos 37 mortos —, o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, acusou as autoridades israelitas de terem cometido um "massacre" e um "acto de guerra" contra o povo libanês, no que considerou como um "golpe duro", e prometeu "uma punição à altura".

"Não vou falar sobre a hora, a forma ou o lugar, mas a resposta chegará", afirmou ontem Nasrallah.

Numa declaração muito aguardada, Nasrallah falou sobre os acontecimentos dos últimos dias ao mesmo tempo que três caças israelitas sobrevoavam a baixa altitude a capital libanesa, Beirute, e que a aviação israelita realizava uma série de bombardeamentos contra posições do Hezbollah no Sul do país. Na mesma região, mas no Norte de Israel, pelo menos dois soldados israelitas — um major de 43 anos e um sargento de 20 — foram mortos em ataques com drones e mísseis lançados do lado libanês, avançou o canal N12 News.

Na sua declaração, o líder do Hezbollah reafirmou que os ataques contra Israel vão continuar até que o Exército israelita cesse a incursão no território palestiniano — o que dificilmente acontecerá, numa altura em que o cenário mais temido é o alargamento do conflito a outras regiões do Médio Oriente, com o

RITCHIE B. TONGO/EPA



marca à empresa húngara BAC

esposta à altura"

possível envolvimento do Irão (o principal financiador do Hezbollah e do Hamas) e dos EUA (principal aliado de Israel).

"A resistência no Líbano não irá deixar de apoiar a resistência em Gaza e na Cisjordânia", disse Nasrallah. Segundo o dirigente do movimento libanês, a série de explosões de terça e quarta-feira, no Líbano, foi uma tentativa israelita de levar o Hezbollah a pôr fim aos ataques no Norte de Israel — o que, garante, não irá acontecer.

"Posso garantir que a nossa infra-estrutura não foi afectada", disse Nasrallah, assegurando que a liderança do Hezbollah não usa o tipo de *pagers* e *walkie-talkies* que explodiram nas mãos de milhares de libaneses nos últimos dias, a maioria ligados ao movimento xiita. **A.M.**

ler-se ainda na página de LinkedIn de Cristiana Bársony-Arcidiacono, que no *site* surge como fundadora e presidente da empresa.

Contactada pela NBC, que lhe perguntou sobre os *pagers* e as explosões, Bársony-Arcidiacono respondeu apenas: "Não sou eu que faço os *pagers*. Sou apenas a intermediária. Acho que perceberam mal."

Agentes à paisana

Numa brochura que a BBC encontrou no LinkedIn há uma lista de oito organizações com as quais a BAC diz ter trabalhado, incluindo a Comissão Europeia. Na sua própria página, Bársony-Arcidiacono diz que ainda trabalha para a Comissão, como "perita em avaliação". Em Bruxelas, o porta-voz de Ursula von der Leyen desmentiu que ela tenha integrado o pessoal da Comissão, admitindo que pode ter trabalhado com o executivo europeu através de "fornecedores e consultores externos".

Na morada oficial da empresa, em Budapeste, um edifício onde estão registadas mais 13 empresas e onde a Reuters encontrou uma folha de papel A4 com o nome da empresa, uma pessoa que ali trabalha disse à agência que a BAC não está "fisicamente presente no edifício, apesar de estar ali registada". Um jornalista da Sky News na capital húngara relatou na quarta-feira que viu pessoas a entrar no edifício que se "identificaram como agentes à paisana e pediram para não ser filmadas".

Tinham passado quase 24 horas desde as explosões dos bipes – que fizeram pelo menos 12 mortos, incluindo duas crianças, e 2800 feridos – quando uma nova série explosões (agora em *walkie-talkies* usados pelo Hezbollah) fez 25 mortos (dois deles crianças pequenas) e mais de 400 feridos em várias cidades do Líbano.

O fabricante japonês dos rádios que se vêem nas imagens, a empresa Icom, disse ontem que descontinuou o modelo há uma década e que está a tentar perceber o que aconteceu. A Icom esclareceu ainda que tem alertado para a venda de várias falsificações (com defeito) destes *walkie-talkies* nos últimos anos.

Governo francês mais próximo após Barnier propor nomes a Macron

André Certã

Depois de se reunir com os partidos que fazem parte da base do executivo, Barnier apresentou 38 nomes ao Presidente

O novo primeiro-ministro francês, Michel Barnier, indigitado por Emmanuel Macron em Agosto, propôs ontem ao Presidente os nomes que farão parte do seu governo, formado por ministros de partidos da coligação centrista pró-Macron, o partido de centro-direita Os Republicanos e um grupo parlamentar de pequenos partidos que vão do centro à direita. A lista definitiva deverá ser apresentada antes de domingo.

O governo proposto numa reunião de Barnier com Macron será composto por 38 membros: 16 ministros e 22 secretários de Estado. Entre os ministros, estão dez figuras dos partidos do campo macronista – sete do Juntos pela República, dois do Movimento Democrático (MoDem) e um do Horizontes. Os Republicanos, partido de centro-direita de Michel Barnier, terá apenas três ministros, e um de um partido do grupo parlamentar de pequenos partidos de centro e direita Liberdades, Independentes, Ultramar e Territórios (conhecido somente pela sigla francesa LIOT). Segundo o *Le Monde*, um dos ministros virá ainda da esquerda, sendo um antigo membro do Partido Socialista (PS).

A lista de ministros ainda não é conhecida oficialmente nem está completa, só devendo ser apresentada "antes de domingo, sob reserva dos habituais controlos éticos", segundo um comunicado do gabinete do primeiro-ministro. Porém,



O Governo de Barnier será apresentado antes de domingo

segundo a France Info, permanecem nos mesmos cargos duas pessoas do campo macronista: a ministra da Cultura, Rachida Dati, e o ministro das Forças Armadas, Sebastien Lecornu.

Para o Ministério do Interior, o nome proposto é o do senador republicano Bruno Retallieu. Laurent Wauquiez, líder parlamentar d'Os Republicanos, que foi apontado a um cargo ministerial no Governo Barnier, anunciou que tinha recusado um convite para assumir essa pasta numa reunião dos deputados do partido, preferindo manter-se à frente do grupo na Assembleia Nacional. Já na Saúde, a deputada do MoDem Geneviève Darrieussecq terá sido proposta pelo primeiro-ministro.

A figura que vem da esquerda, segundo o jornal francês *Le Parisien*, será Didier Migaud, presidente da Alta Autoridade para a Transparência da Vida Pública. Migaud é um antigo membro do PS, tendo sido deputado dos socialistas até 2010, ano em que abandonou a vida política e o partido.

Os partidos que apoiam o executivo são os que foram recebidos ontem à tarde na residência oficial do líder do Governo, o Hotel de Matignon (conhecido somente por Matignon).

De fora ficou só o Partido Comunista Francês (PCF), que nunca tinha sido considerado realisticamente como uma possibilidade para a formação deste governo, dada a lealdade que tem demonstrado à coligação de esquerda da Nova Frente Popular, que se opõe fervorosamente à nomeação do antigo comissário europeu que Macron escolheu. Ao todo, as forças reunidas por Barnier, e que fariam parte da base parlamentar de um eventual governo, reúnem 235 deputados na Assembleia Nacional, faltando 54 para terem maioria – 289 dos 577 deputados eleitos.

A Nova Frente Popular já tinha anunciado que iria propor uma moção de censura a Barnier, mas os 193 deputados que os grupos parlamentares dos partidos que a compõem têm na Assembleia Nacional também não são suficientes para derrubar um governo minoritário.

A chave para a sobrevivência do Governo está então na União Nacional, partido de extrema-direita liderado por Marine Le Pen e Jordan Bardella. Se a União Nacional (em conjunto com os aliados da facção dissidente pró-Le Pen d'Os Republicanos) assim o entender, poderá derrubar o Governo liderado por Michel Barnier.

PPE e direita radical europeia reconhecem González como Presidente eleito da Venezuela

Leonete Botelho

Parlamento Europeu contraria estratégia da Comissão e governos da UE. Caracas emite mandado de prisão contra Milei

O Parlamento Europeu aprovou ontem, com os votos de menos de metade dos seus 720 eurodeputados, uma resolução conjunta do PPE, Patriotas e Conservadores e Reformistas na qual é reconhecido que Edmundo González Urrutia é o Presidente eleito da Venezuela e "insta a UE e os seus Estados-membros" a reconhecê-lo como tal.

A resolução não-vinculativa – que neste ponto contraria a estratégia da Comissão Europeia e de todos os Estados-membros, já que nenhum deles reconheceu oficialmente a vitória de González – foi aprovada com 309 votos a favor, 201 contra e 12 abstenções, sendo que quase 200 eurodeputados estiveram ausentes da votação. Socialistas e liberais afastaram-se das negociações, não só por discordarem do reconhecimento da vitória de González neste momento, mas sobretudo por considerarem que o PPE violou o "cordão sanitário" ao juntar-se à direita radical numa das primeiras votações da legislatura.

"O PPE decidiu construir um acordo sobre a Venezuela com Meloni, Orbán e Le Pen, juntamente com o apoio da extrema-direita alemã, em vez de o fazer com os grupos pró-europeus", afirmou Javi López, vice-presidente do Parlamento Europeu e negociador do S&D para a resolução sobre a situação da Venezuela.

No mesmo sentido, Valérie Hayer, a presidente da Renew Europe, disse que os liberais não participavam na votação por se oporem ao facto de os Patriotas serem co-autores da resolução: "A Renew Europe apoia totalmente o líder da oposição venezuelana, mas não vai assinar acordos políticos com os chamados 'Patriotas'".

Ao PÚBLICO, o deputado português do PPE Sebastião Bugalho negou ter havido qualquer cedência dos populares à direita radical, pois o texto votado em plenário "é exactamente o mesmo que foi apresentado" na reunião com todos os grupos parlamentares, "sem adicionar nem retirar qualquer alínea por cedência a qualquer outro grupo". "A resolução foi conjunta [com os Patriotas e Conservadores] porque [estes] grupos não se manifestaram contra o texto apresentado pelo PPE".

LEONARDO FERNANDEZ VILORIA/REUTERS



Edmundo González reconheceu "sob coacção" a vitória de Maduro

Sobre a posição dos socialistas e liberais, Bugalho sublinha que "o ponto de divergência resumiu-se, em exclusivo, ao reconhecimento de Edmundo González como presidente legítimo e democraticamente eleito" da Venezuela. Esse, porém, é exactamente o ponto fulcral que a diplomacia europeia, tanto a nível da Comissão como dos Governos, tem evitado tocar, para evitar repetir a crise diplomática que se seguiu ao reconhecimento de Juan Guaidó como Presidente da Venezuela em 2019.

Com a aprovação desta resolução, o Parlamento Europeu segue os passos do Congresso de Deputados e do Senado espanhol, que ontem aprovou, com a maioria de votos da direita, a recomendação do PP no mesmo sentido. Em reacção, a Assembleia Nacional da Venezuela iria votar ontem (à noite, em Portugal) uma recomendação ao Governo de Nicolás Maduro para que avalie o corte total de relações com Espanha.

González diz-se coagido

A partir de Madrid, onde se encontra exilado, Edmundo González publicou na rede social X um comunicado onde conta "toda a verdade" sobre os bastidores da sua saída da Venezuela, confessando ter assinado um documento em que reconhece a vitória de Maduro nas eleições de 28 de Julho, mas sob "coacção, chantagem e pressões": "Ou assinava, ou sofreria as consequências". "Naquele momento considerei que podia ser mais útil livre do que preso e incapacitado para cumprir as tarefas que me encomendou o povo soberano", diz, acrescentando que "um documento produzido sob coacção está ferido de nulidade absoluta por um vício grave no consentimento".

Socialistas e liberais europeus acusam PPE de preferir Meloni, Órban e Le Pen aos democratas

Em Caracas, Jorge Rodríguez, o presidente da Assembleia Nacional e um dos homens fortes do regime chavista, respondeu na televisão negando ter havido qualquer coacção e divulgou o documento e as fotos do momento da assinatura. Na carta, citada pelo *Noticiero Digital*, González diz que decidiu sair da Venezuela "com o objectivo de consolidar a pacificação e o diálogo político" e compromete-se a que suas acções públicas no exterior seriam "limitadas": "Não pretendo em nenhum caso exercer representação formal ou informal alguma de poderes públicos do Estado venezuelano".

Rodríguez divulgou o documento para chamar "mentiroso" a González, uma vez que este tem tido contactos de alto nível tanto com as autoridades espanholas, como com o secretário de Estado dos EUA, Anthony Blinken. Ontem, agradeceu ao Parlamento Europeu a resolução que o reconhece como Presidente eleito.

No meio da tempestade diplomática, o chavismo moveu mais uma peça de combate, ao emitir um mandado de detenção contra o Presidente da Argentina, Javier Milei, e pessoas da sua confiança, com o pretexto da retenção de um avião em 2022. É a resposta a Milei que, na semana passada, pedira ao Tribunal Penal Internacional que emitisse um mandato de captura contra Maduro.

Influente sindicato dos EUA não consegue escolher entre Kamala Harris e Donald Trump

Alexandre Martins

Direcção nacional do Teamsters, um sindicato com muitos sócios no estado da Pensilvânia, optou pela neutralidade

A direcção de um dos maiores sindicatos norte-americanos – o Teamsters, com mais de um milhão de associados nos Estados Unidos e no Canadá, a maioria camionistas e empregados de armazém – decidiu não apoiar nenhum candidato na próxima eleição presidencial nos EUA, após seis eleições consecutivas a recomendar o voto em candidatos do Partido Democrata.

A notícia foi mal recebida na campanha de Kamala Harris, e foi conhecida quase em simultâneo com a divulgação das primeiras sondagens dos jornais *New York Times* e *Washington Post* após o debate de 10 de Setembro, cujos resultados são agridoces para a candidata do Partido Democrata. Apesar de uma maioria dos inquiridos afirmar que Harris venceu o debate, a corrida continua empatada a nível nacional e muito renhida nos sete estados que vão ser decisivos – incluindo na Pensilvânia, onde o Teamsters tem grande influência.



O sindicato não declarava neutralidade desde 1996, na eleição disputada por Bill Clinton e Bob Dole

O sindicato não declarava neutralidade desde 1996, quando decidiu não tomar partido entre o democrata Bill Clinton e o republicano Bob Dole, no meio de uma luta interna de poder. Desde a eleição de 2000, entre George W. Bush e Al Gore, o sindicato apoiou sempre os candidatos do Partido Democrata, incluindo em 2016 e 2020, quando Hillary Clinton e Joe Biden enfrentaram Trump.

A decisão, aprovada por uma maioria do conselho de administração do sindicato, está em linha com a opção estratégica do novo líder, Sean O'Brien, de aproximação à corrente populista e antiglobalização do Partido Republicano, representada pelo senador J.D. Vance, do Ohio, escolhido por Trump para ser candidato a vice-presidente dos EUA.

Apesar de a neutralidade do Teamsters não representar um golpe mortal para a campanha de Harris, a decisão é vista como uma traição ao Partido Democrata. Em Setembro de 2023, o Presidente dos EUA, Joe Biden, chegou a juntar-se a um piquete de greve de trabalhadores do sector automóvel no Michigan, o que nenhum Presidente tinha feito antes dele.

A decisão da liderança do Teamsters não impediu várias delegações estaduais do sindicato – na Califórnia, mas também em estados que podem ser decisivos na eleição presidencial, como o Michigan, o Wisconsin e o Nevada – de declararem apoio a Harris, à semelhança do que aconteceu com a maioria dos sindicatos nos EUA, incluindo os dois maiores no sector da educação.

A neutralidade dos líderes nacionais foi criticada pelos representantes de várias delegações, que dizem não ter acesso à metodologia de uma sondagem interna em que Trump terá surgido como o candidato preferido dos associados.

Tudo empatado

Mais de uma semana depois do debate entre Harris e Trump, a corrida mantém-se tão renhida como antes. Segundo uma nova sondagem do *New York Times*, os dois candidatos seguem empatados a nível nacional (47%-47%), e Harris alargou ligeiramente a liderança na Pensilvânia, onde surge agora com quatro pontos de vantagem sobre Trump (50%-46%). Numa outra sondagem, do *Washington Post*, Harris e Trump surgem praticamente empatados na Pensilvânia, com ligeira vantagem para a candidata do Partido Democrata (48%-47%).

De certa forma, o que estas sondagens vêm confirmar é que uma significativa percentagem do eleitorado dos EUA não mostra abertura para ser influenciada a mudar o seu sentido de voto, por mais atentados ou debates que aconteçam nas próximas semanas. Resta aos candidatos esperar que um número suficiente de indecisos e de eleitores que costumam ficar em casa em outras eleições os ajude a obter vitórias decisivas numa combinação de entre um grupo de sete estados.

No caso de Harris, o caminho menos difícil passa por vencer na Pensilvânia, no Michigan e no Wisconsin; se não vencer na Pensilvânia, terá de compensar essa perda com vitórias na Georgia ou na Carolina do Norte, onde Trump tem mais hipóteses de triunfar.

4 esquinas

O mundo que se conta a partir do que se diz

Por António Rodrigues
Jornalista. Escreve à sexta-feira





O discurso de ódio tem o poder de despertar o pior não só naqueles que corroboram com ele, mas também naqueles que discordam veementemente e que, de tão ultrajados, acabam por também cair na barbárie
Gabriella Florenzano
Cantora, realizadora, jornalista e escritora brasileira, no *site* Buala



Margem de erro

1. Ele "estava a pedi-las" foi o que muita gente pensou quando, no domingo, no debate dos candidatos à prefeitura de São Paulo na TV Cultura, José Luiz Datena agarrou numa cadeira vazia no cenário e atacou Pablo Marçal com ela. E se, por um lado, é realmente verdade, o autodenominado ex-*coach* (que terrível deve ser o currículo de um candidato para escolher ex-*coach* para se identificar!) convidou o seu adversário a ir das palavras aos actos e agredi-lo. Por outro, o que diz de nós, defensores da democracia, se achamos razoável que passar das palavras aos actos se enquadra realmente nas regras admissíveis de um debate político?

Estes não são tempos auspiciosos. A política está entregue, em muitos casos, aos piores, e como os políticos não são mais do que uma expressão daquilo que somos (escolhemos aqueles que melhor nos representam), isto só quer dizer que nós, como sociedade, estamos piores, entregues aos instintos mais básicos, incapazes de compreender que o nosso argumentário se desmorona assim que a única base de sustentação da nossa retórica é uma cadeira arremessada.

Perder a razão é uma expressão vulgar para definir o estado de alguém que se deixa (mal) levar pelas emoções e agride, fere, mata. Ou manda agredir, ferir ou matar. O mesmo se aplica à política, numa dimensão ainda mais aguda: vencer pela força em vez do argumento é comum nas ditaduras, não pode ser a arma das democracias. E o político que cede à cadeira para agredir um candidato que lhe está a pedir que o faça demonstra a sua incapacidade para exercer o poder: se não consegue conter-se perante a provocação mais básica, como será ele capaz de gerir a pressão do quotidiano complexo de liderar uma vila, uma cidade, uma província, um país?

Nas suas declarações posteriores, Datena pediu desculpa por perder as estribeiras, sem se arrepender dos seus actos. E se a sondagem da Quest para a Globo, feita após o debate, o mostra a subir dois pontos percentuais, os 10% de hoje seguem dentro da margem de erro dos 8% de ontem, lugar para onde os democratas o devem enviar como exemplo.

Deixem Trump viver

2. Manter Donald Trump vivo é a melhor maneira de derrotar a mentalidade violenta de muitos que o apoiam. Atentar contra a sua vida só aumenta a sua aura e empresta-lhe uma coragem que ele realmente não tem. Por isso, é imperioso que todos os americanos se unam como escudo para que nenhuma bala atinja o ex-Presidente.

Trump lembra o ufano namorado da que termina por ser a apaixonada do herói nos filmes-catástrofe de Hollywood: um galã, senhor de si, muito bem penteado que cede ao pânico à primeira ameaça e desata a fugir, largando tudo e todos para salvar a própria pele. Por isso, não devemos ceder ao típico cliché dos argumentistas desses filmes, que acabam sempre a dar-lhes a devida correcção pela cobardia: esmagados por uma estrutura pesada quando a catástrofe é natural, devorados por monstros gigantes ou abatidos durante a primeira vaga da invasão alienígena – sempre com direito a grande plano vingativo.

Ao contrário dos filmes que os americanos (e o mundo) tanto gostam, a cobardia de Trump tem sido recompensada. Mesmo quando escarneceu do senador John McCain por ter sido um prisioneiro de guerra, ou quando decidiu, em 2018, não ir ao cemitério de Aisne-Marne prestar homenagem aos soldados mortos na I Guerra Mundial – na sua visão do mundo, quem se sacrifica pelo bem dos outros é um fraco e, se morre ao fazê-lo, um perdedor –, os seus apoiantes não lhe aplicaram a mesma lógica argumentativa que Hollywood dá aos cobardes.

No entanto, combater o divisionismo da América e salvar a sua democracia não pode ser entregue a guionistas sem talento. Nem a tresloucados como Ryan Wesley Routh, detido esta semana depois de passar horas à espera de Trump com uma arma. O ex-Presidente tem de sentir na pele a marca dos votos, tem de ser novamente despedido por 81 milhões ou mais de norte-americanos. Essa derrota não tornará a América grandiosa, mas, pelo menos, evitará um pouco a sua decadência.

Os mais oprimidos

3. O Partido Libertário do New Hampshire (LPNH) defende que matar a vice-presidente dos Estados Unidos e candidata do Partido Democrata à presidência seria um acto de heroísmo. Foi isso que escreveu numa publicação na rede social X, posteriormente apagada depois das muitas críticas e da pressão do partido e do seu candidato à presidência dos Estados Unidos, escreveu a ABC News. A mensagem era simples e directa: "Quem assassinar Kamala Harris será um herói nacional."

Chase Oliver, o candidato do Partido Libertário à presidência dos Estados Unidos, condenou de forma veemente a afirmação da delegação estadual do New Hampshire do seu partido, também no X: "Condeno a 100% a declaração da LPNH sobre Kamala Harris. É abominável e nunca deveria ter sido publicada." Para Oliver, o seu partido defende o "princípio da não-agressão" e "as soluções pacíficas para os conflitos", e condena "o uso da força".

A delegação do partido no New Hampshire parece, no entanto, pouco convencida dessa visão, como escreveu no X: "Os libertários não são pacifistas. Não somos 'não-violentos'. Os libertários são contra o uso da força, mas as ameaças aos direitos de propriedade e à autodeterminação existem em todo o lado. É moralmente correcto usar a violência para parar a agressão."

Terá sido apenas pela pressão que acabaram por apagar o post a justificar a sua *fatwa* libertária contra a vice-presidente dos EUA, como aliás ficou bem expresso na forma como se justificaram: "Apagámos um *tweet* porque não queremos violar os termos deste site com os quais concordámos. É uma pena que, mesmo num site de 'liberdade de expressão', os libertários não possam falar livremente. Os libertários são realmente a minoria mais oprimida."

Insultos

4. Mais de um terço dos políticos dos cerca de dois mil municípios autónomos da Suíça foi insultado nos últimos 12 meses, sendo que as mulheres são as mais afectadas pelas ofensas. Este é o primeiro estudo do género feito no país e, para isso, o Centro Aarau para a Democracia inquiriu mil parlamentares locais no Outono do ano passado, tendo chegado à conclusão de que, embora a violência física (3%) e patrimonial (6,4%) seja reduzida, a violência digital é bem mais comum, com 31% dos inquiridos a relatar que já foram vítimas de linguagem agressiva e ameaças *online*.

Sendo um estudo inédito, e não podendo, por isso, comparar-se com outros para aferir se o fenómeno está ou não a aumentar, os 36% de políticos alvos de insultos verbais não deixam de ser "surpreendentes", como afirmou, citado pela agência de notícias Swiss Info, um dos autores do estudo, Stefan Kalberer.

O estudo está longe de dar um retrato sombrio da política local suíça, até porque a grande maioria dos deputados municipais está satisfeita com os seus mandatos. No entanto, os insultos, a violência e o sentimento da falta de influência não deixam de ter "um impacto particularmente negativo" nessa mesma satisfação.

"A violência sofrida tem também repercussões no trabalho dos deputados. Quase metade dos que foram vítimas de violência afirma que esta experiência os influenciou no exercício do seu mandato parlamentar", conclui o estudo. "A violência tem maior impacto no comportamento comunicativo dos deputados, mas também não deixa de afectar o trabalho real nas assembleias [locais]."

Cerca de um quarto dos deputados actuais não deseja continuar o seu trabalho na próxima legislatura. É certo que 15% o afirmam por aspirar a patamares mais elevados na carreira, mas há 14% que estão fartos da política e querem encerrar esse capítulo de vez.

Novas medidas no OE podem pôr país em colisão com regras europeias

Com a economia a crescer mais, o Conselho das Finanças Públicas prevê que, sem novas medidas, os excedentes orçamentais se podem prolongar. Mas o cumprimento das regras europeias pode ser difícil

Sérgio Aníbal

Mesmo sem novas medidas, a variação da despesa pública líquida – o indicador de referência das novas regras orçamentais europeias – deverá ficar nos próximos anos acima do crescimento potencial previsto para a economia portuguesa. Um resultado que, alerta o Conselho das Finanças Públicas (CFP), limita fortemente a margem disponível para a adopção nos próximos orçamentos do Estado de novas medidas sem que seja garantida uma compensação.

A três semanas da data prevista para a entrega pelo Governo da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2025, a entidade encarregada de acompanhar o andamento das finanças públicas em Portugal deixou, sob a forma de números, diversos avisos.

E aquele cujas consequências podem vir a ser sentidas de modo mais imediato tem a ver com as dificuldades que o país irá ter para cumprir as exigências das novas regras orçamentais europeias, que entraram em vigor este ano e que introduzem já limites àquilo que os governos da União Europeia (UE) podem fazer nos seus orçamentos para o próximo ano.

De acordo com as novas regras, cada governo irá, em acordo com a Comissão Europeia, definir uma trajectória orçamental para os próximos quatro anos que terá como referência a variação da despesa líquida, um indicador que exclui os encargos com juros e tem em conta as decisões discricionárias do lado da receita. Se ultrapassar o valor de referência acordado, quer num determinado ano, quer na média dos quatro anos, entra em situação de incumprimento e pode ver-se sujeito à abertura de um procedimento por défices excessivos.

Ainda não se sabe qual será a variação de referência assumida no plano português (as negociações com Bruxelas ainda decorrem e a apresentação prevista para hoje foi adiada pelo Governo para uma data mais próxima da entrega da proposta de OE), mas as características do exercício apontam para que não fiquem longe daquela que é a previsão de Bruxelas de crescimento potencial nominal do país, um valor que actualmente é, para o período de 2025 a 2028, de 3,6%.

TIAGO PETINGA/LUSA



MIGUEL A. LOPES/LUSA



Entidade liderada por Nazaré da Costa Cabral deixou, sob a forma de números, diversos avisos em vésperas de OE2025

IRS Jovem pode ser, alerta o CFP, a diferença entre excedentes orçamentais ou regresso a défice

O problema, alerta agora o Conselho das Finanças Públicas nas suas projecções, é que, mesmo num cenário de políticas invariantes (isto é, em que não fossem tomadas quaisquer outras medidas), a taxa de crescimento média da despesa líquida entre 2025 e 2028 já é estimada em 4,2%. E, ainda mais preocupante, o CFP projecta igualmente que, em 2025, a variação da despesa líquida se situe em 6%.

Isto significa que, ou das negociações com a Comissão sai uma trajectória de referência para a despesa líquida menos exigente do que a que resultaria da utilização do crescimento potencial da economia, ou nos OE dos próximos anos, incluindo o de 2025, o espaço para novas medidas, se não compensadas por outras de impacto orçamental inverso, já praticamente não existe.

No relatório, a entidade liderada por Nazaré da Costa Cabral, embora sublinhando que "o ponto de comparação relevante [deve ser feito] com a trajectória que venha a ser aprovada", faz questão de salientar que o facto de o crescimento da despesa líquida apresentar num cenário de políticas invariantes um valor superior ao do crescimento potencial previsto para a economia "limita o escopo para aumentos superiores da despesa ou reduções de receita sem medidas compensatórias".

E, para tornar ainda mais claro o risco de a adopção de novas medidas colidir com a capacidade do país de cumprir as regras orçamentais europeias, o Conselho das Finanças Públicas dá o exemplo do IRS Jovem, uma medida proposta pelo Governo mas ainda não votada pelo Parlamento.

De acordo com as projecções apresentadas, diz o relatório, a aplicação do IRS Jovem sem que fosse feita qualquer compensação levaria a que a variação da despesa líquida fosse, em 2025, não de 6% mas sim de 7%, ao passo que a taxa de crescimento médio no período de 2025 a 2028 passaria de 4,2% para 4,4%.

Este aviso do CFP em relação ao curto espaço de manobra de que Portugal dispõe para cumprir as novas regras orçamentais europeias segue-se a alertas semelhantes realizados nos últimos meses por outras entidades, como o *think tank* Bruegel ou o Banco de Portugal.

Excedentes ameaçados

Para além deste efeito no indicador de referência das novas regras europeias, a aplicação ou não do IRS Jovem pode ser, alerta o CFP, a diferença entre o país continuar a registar excedentes orçamentais ou regressar a um défice.

Enquanto num cenário de políticas invariantes se projecta a manutenção em Portugal durante todo o período de 2024 a 2028 de um excedente orçamental (0,7% do PIB este ano, 0,4% em 2025 e 0,1% em 2026), com o prolongamento da tendência de redução significativa do rácio da dívida pública no produto interno bruto (PIB), caso seja efectivamente aprovada a medida do IRS Jovem tal como está proposta, o excedente orçamental em 2025 cairá para 0,1% do PIB, ao passo que em 2026 passará mesmo a verificar-se um défice orçamental de 0,2% do PIB. Em 2027 e 2028, atingir excedentes continuará a ser possível.

Como seria de esperar, o impacto da aplicação dessa medida também se faz sentir no ritmo de redução da dívida pública. Em vez de passar de 92,4% do PIB este ano para 78,3% em 2028, o rácio da dívida pública terá, com o IRS Jovem, uma redução mais moderada, mas ainda assim significativa, para 79,4% do PIB.

Na conferência de imprensa de apresentação das projecções, a presidente do Conselho das Finanças Públicas fez questão de assinalar que as decisões que se tomem no OE para 2025 "têm impactos na trajectória da dívida pública", apelando a que haja "responsabilidade" nas propostas feitas.

"Para lá do efeito económico e das dinâmicas e interacções económicas que possam surgir, qualquer medida tem impacto orçamental e na trajectória da dívida" disse, citada pela Lusa, Nazaré da Costa Cabral.

Tupperware avança para a insolvência e quer "proteger a sua marca icónica"

Ana Brito

Empresa quer continuar em operações enquanto prepara processo de venda para "proteger a sua marca icónica"

Já era um desfecho anunciado, mas nem por isso deixa de surpreender quem se habituou à presença das caixas plásticas coloridas para armazenamento de alimentos e bebidas nas mais diversas formas e feitios, nos mais diversos momentos do quotidiano: a Tupperware Brands avançou esta semana com o processo formal de insolvência nos Estados Unidos e vai tentar encontrar um comprador para impedir o fim da empresa.

A gestão quer iniciar um processo de venda da empresa, "a fim de proteger a sua marca icónica" e transformar esta companhia com cerca 80 anos de história "numa empresa digital e tecnológica". Em comunicado, a empresa presidida por Laurie Ann Goldman explica que "procurará obter a aprovação do tribunal para continuar a operar durante o processo" e garante que "continua concentrada em fornecer aos seus clientes os seus produtos premiados e inovadores através de consultores de vendas Tupperware, parceiros retalhistas e *online*".


MIGUEL MANSO

Futuro da fábrica de Constância ainda é incerto

De acordo com a informação enviada ao regulador do mercado norte-americano (SEC) as empresas do universo Tupperware (um nome que passou a usar-se de forma generalizada para identificar qualquer recipiente de plástico destinado a guardar alimentos) procurarão "continuar a operar os seus negócios" e a "pagar salários aos trabalhadores" e bens e serviços a vendedores e fornecedores, enquanto, em simultâneo, se inicia "um processo de venda", acompanhado por um administrador judicial.

Em Portugal, a notícia tem mantido em sobressalto os cerca de 200 trabalhadores da fábrica que a empresa tem em Montalvo, Constância. O presidente da Câmara de Constância, Sérgio Oliveira, disse à Lusa que já pediu à empresa informações sobre o futuro da unidade de Montalvo (a Tupperware - Indústria Lusitana de Artigos Domésticos, Lda), em funcionamento desde 1980.

O Ministério da Economia adianta que "o Governo está a acompanhar o desenvolvimento da situação da empresa nos EUA e não deixará de o fazer relativamente à situação da empresa em Portugal".

Em Novembro de 2022, o site Mediotejo.net já dava conta da dispensa de cerca de 100 trabalhadores temporários na fábrica de Montalvo e da abertura de um processo de rescisões amigáveis, na sequência de uma "quebra muito acentuada" de encomendas.

Desde a semana passada, quando se tornou evidente o sufoco financeiro da Tupperware, as acções caíram a pique na praça norte-americana. Passaram dos 1,20 dólares do fecho na sexta-feira 13 de Setembro, para 0,51 dólares na segunda-feira, 16 de Setembro, data em que foram suspensas. Neste momento, a empresa tem um valor de mercado próximo de 23 milhões de dólares (cerca de 20,6 milhões de euros).

Segundo a Reuters, a Tupperware, que tem uma dívida de 812 milhões de dólares, reportou ao tribunal de insolvência activos num valor entre 500 milhões e mil milhões de dólares e passivos estimados entre mil e dez mil milhões de dólares. O número de credores situa-se entre os 50 mil e os 100 mil.

Com um modelo de negócio que ainda assenta, em boa parte, em vendas feitas por representantes individuais da marca nas chamadas "festas Tupperware", que se popularizaram a partir da década de 50 do século passado, a empresa foi confrontada nos últimos anos com quebras de vendas, das quais não conseguiu recuperar. As contas de 2022 (as últimas divulgadas no *site* do grupo) demonstram uma quebra de 18% das vendas, para 1,305 mil milhões de dólares, e um prejuízo de 28,4 milhões de dólares.

"Nos últimos anos, a posição financeira da empresa foi severamente afectada por um ambiente macroeconómico difícil. Como resultado, explorámos várias opções estratégicas e determinámos que este [da insolvência] é o melhor caminho a seguir", refere o comunicado da Tupperware, citando a presidente executiva, Laurie Ann Goldman, em funções desde Outubro de 2023.

"Este processo destina-se a proporcionar-nos a flexibilidade essencial à medida que procuramos alternativas estratégicas para apoiar a nossa transformação numa empresa digital e tecnológica mais bem posicionada para servir os nossos accionistas", acrescentou a nota.

Criada nos anos 40 pelo químico Earl S. Tupper, a empresa, com sede em Orlando, na Florida, tem hoje "mais de 8500 patentes registadas de produtos para cozinha e uso doméstico" e produtos à venda em 70 países.

Nova convenção fiscal complementa IRC mínimo de 15%

Pedro Crisóstomo

Um ano depois da conclusão das negociações, uma série de países assinaram ontem uma nova convenção fiscal que vai complementar a aplicação do IRC mínimo de 15% sobre os lucros das grandes multinacionais. As regras serão sobretudo favoráveis aos países em desenvolvimento, para garantir que conseguem tributar uma parte dos lucros gerados nos seus territórios, diz a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Embora a redacção do texto já tenha sido concluída em Setembro de 2023 entre as 142 jurisdições que neste momento integram o "Quadro Inclusivo" da OCDE e do G20 sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros (BEPS), só agora o documento será subscrito formalmente pelos países que o querem aplicar. Para já, só 19 países assinaram ou manifestaram intenção de o fazer.

Portugal será um dos subscritores, mas não o foi na cerimónia de ontem. Questionado pelo PÚBLICO, o Ministério das Finanças esclareceu que o Governo "confirma o seu interesse em ser subscritor". No entanto, como não pôde fazer-se representar em Paris, "irá enviar uma declaração confirmando esta intenção de assinar" o texto num "momento posterior."

A proposta de lei que o executivo de Luís Montenegro entregou na semana passada no Parlamento para implementar o IRC mínimo já faz referência à futura aplicação destas novas normas, o que significa que a legislação portuguesa está a pressupor a sua conciliação em território nacional.

O novo instrumento chama-se, numa tradução livre, "convenção multilateral para facilitar a aplicação da regra de sujeição à tributação" (STTR MLI, no acrónimo em língua inglesa) e pretende ajudar as administrações tributárias dos diferentes países a implementarem as regras do IRC mínimo sobre os lucros das grandes multinacionais (com receitas consolidadas de pelo menos 750 milhões de euros por ano) quando surgirem disputas de tributação sobre determinados rendimentos entre duas jurisdições.



Multinacionais são as visadas

A nova convenção multilateral vem aditar regras às convenções fiscais bilaterais já existentes (às que foram celebradas entre dois países por mútuo acordo para evitar casos de dupla tributação e dupla não tributação). O texto jurídico permitirá que os territórios onde as multinacionais estão presentes e onde geram lucros cobrem imposto sobre determinados pagamentos intragrupo (efectuados no interior de uma multinacional) se os valores em causa tiverem sido tributados abaixo de um determinado patamar.

"Quando, ao abrigo de uma convenção fiscal, um Estado da fonte [do rendimento] cedeu direitos de tributação sobre determinados pagamentos intragrupo, deve poder recuperar alguns desses direitos quando o rendimento em causa é tributado (se for o caso) no Estado do pagamento (ou seja, o Estado de residência) a uma taxa inferior a 9%", explica a OCDE num documento com perguntas e respostas sobre este instrumento.

O tratado fixa normas que pretendem simplificar a implementação das novas regras entre dois países, através das convenções fiscais bilaterais já em vigor. Esse cálculo vai aplicar-se antes de serem accionadas as chamadas "regras globais de combate à erosão da base tributária", isto é, a jusante do momento em que se verifica se uma multinacional é tributada pelo patamar mínimo dos 15% sobre os seus lucros e se aplica ou não a regra de inclusão de rendimentos ou a regra dos lucros subtributados.

Primeiro, aplica-se a regra do STTR MLI e, depois, esse valor é considerado no cálculo da taxa de imposto efectiva.

ERC dá luz verde à compra da Nowo pela Digi

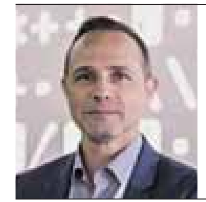
Ana Brito

A romena Digi ultrapassou mais uma etapa na operação de compra da Nowo, por 150 milhões de euros, depois de a entidade reguladora para a comunicação social ter concluído que o negócio não põe em causa valores como a liberdade de expressão ou o pluralismo.

"O conselho regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social aprovou, em reunião de dia 18 de Setembro, um parecer de não oposição à operação de concentração que consiste na aquisição do controlo exclusivo da Cabonitel, S.A., pela Digi Portugal, Lda", anunciou a entidade presidida por Helena Sousa.

A operação que permitirá à Digi entrar no mercado português já com uma carteira de clientes de televisão por subscrição (a Nowo tem 270 mil clientes móveis e 130 mil fixos), ainda que sem cobertura nacional, "não coloca em causa os valores da liberdade de expressão, do pluralismo e da diversidade de opiniões, a par da livre difusão de – e acesso a – conteúdos", adiantou a ERC em comunicado.

Com a emissão deste parecer, pedido pela Autoridade da Concorrência (AdC), a empresa romena dá mais um passo na conclusão de um negócio que manterá em quatro o número de operadores presentes em Portugal,



Valentin Popoviciu, vice-presidente da Digi, espera que aprovação da Adc venha nos próximos meses

mas que do ponto de vista do funcionamento do mercado não deverá suscitar questões que levem o regulador da concorrência a colocar entraves (ao contrário do que sucedeu com a tentativa de compra da Nowo pela Vodafone).

Isso mesmo disse esperar o vice-presidente da Digi, Valentim Popovici, que esteve recentemente em Lisboa numa conferência sobre 5G organizada pela Anacom. O gestor espera que a conclusão da análise do regulador da concorrência "ocorra nos próximos meses, visto que se trata de um processo de aprovação simples, tendo em conta as quotas de mercado das duas empresas envolvidas". Popovici disse estar confiante que a empresa vai iniciar operações em Portugal antes do final de Novembro.

Juiz critica acções de estafetas "totalmente infundadas" que "entopem" os tribunais

Raquel Martins

Tribunal do Trabalho de Lisboa dá razão à Uber Eats e alerta para "enchentes de acções a reboque da ACT", que "nem fumo tinham"

Numa sentença proferida a 10 de Setembro, em que os indícios da existência de um contrato de trabalho entre um estafeta e a Uber Eats não foram dados como provados, um juiz do Tribunal do Trabalho de Lisboa tece críticas às "centenas de acções judiciais" que "entupiram o andamento dos tribunais de trabalho em Portugal" e cujas alegações "nem fumo tinham, quanto mais fogo".

"Não é aceitável que quem trabalha quando quer, onde quer, como quer, quanto quer e sem consequências possa ter uma realidade de contrato de trabalho", lê-se na sentença, "mas, ainda assim, foram intentadas centenas de acções judiciais e entupiram o andamento dos tribunais de trabalho em Portugal".

Numa tomada de posição pouco comum, o juiz alerta para as consequências desta avalanche de processos decorrentes da entrada em vigor, em Maio de 2023, da norma que estabelece os indícios para a presunção de contrato de trabalho no sector das plataformas digitais.

"As demais acções pararam em virtude de alegações que nem fumo tinham, quanto mais fogo", o "trabalhador que não o das plataformas saiu prejudicado pela demora no andamento da justiça" e os contribuintes "pagaram com os seus impostos todos os custos inerentes a estas acções judiciais totalmente infundadas", considera.

"Ao longo de vários anos no tribunal de trabalho, assisti a algumas enchentes de colocação de acções a reboque da ACT [Autoridade para as Condições do Trabalho]. Nenhuma tão infundada quanto esta, pois nem o menor indício da existência de algum vínculo laboral existe nesta acção", conclui.

Tendo como referência o artigo 12.-A do Código do Trabalho, destinado a aferir a existência de um contrato de trabalho na área das plataforma, o tribunal conclui que, no caso concreto, os indícios aí previstos não se verificam.

No que respeita à fixação da retribuição, o juiz entende que não é a plataforma que estabelece o limite mínimo de cada entrega, "mas sim o próprio estafeta que o faz". "É, diga-

MANUEL ROBERTO



Indícios da existência de contrato não foram dados como provados



Este [o estafeta] escolhe onde, quando, quanto e como quer trabalhar. Se o quer fazer ou não. E como quer fazer e por que preço

Sentença do Tribunal do Trabalho de Lisboa

se com esta simplicidade, o estafeta que escolhe quanto quer receber", refere o juiz.

Também a alegação do Ministério Público quanto ao poder de direcção por parte da Uber é, na perspectiva do tribunal, "uma mão cheia de nada". "O estafeta não tem qualquer indumentária, qualquer código e conduta, e nem a sua mochila térmica tem de obedecer a algo que a relacione com a Uber. Tem apenas de ser térmica, ter determinada dimensão (até para permitir o transporte de determinadas encomendas maiores ou menores) e na fase da atribuição da licença tem de estar limpa e ser exibida para confirmação", diz.

Afasta-se ainda que haja supervisão e controle da tarefa desempenhada pelo estafeta, alegando-se que "em momento algum a ré vai ver à plataforma onde anda o estafeta ou sequer pode alertá-lo para mudar de itinerário".

O tribunal considera ainda que a "autonomia do estafeta é total". "Este escolhe onde, quando, quanto e como quer trabalhar. Se o quer fazer ou não. E como quer fazer e por que preço" e é por isso que a realidade em cima da mesa não tem proximidade com a de um contrato de trabalho, diz o juiz.

Acresce ainda que, na perspectiva do tribunal, "não existe poder disciplinar". "Se o estafeta fizer um mau trabalho porque decidiu a meio do caminho parar para beber uma cerveja e chegar com um atraso grande e a comida fria, nenhuma consequência existe", garante.

Quanto à pertença dos instrumentos de trabalho, o tribunal deu como provado que o veículo, a mochila térmica e o telemóvel são do estafeta e nem a plataforma é da Uber Eats que opera em Portugal, "mas sim da Uber dos Estados Unidos".

"De todos estes indícios mencionados não decorre a prova da existência de um contrato de trabalho, mas antes a convicção de existir uma prestação de serviços", conclui.

As mais de 800 acções de reconhecimento de contrato que entraram, pela mão do Ministério Público, nos tribunais do trabalho decorrem da campanha de inspecção lançada pela ACT no ano passado para o sector das plataformas.

Tal como o PÚBLICO noticiou, a maioria das sentenças já conhecidas, e que envolvem a Glovo, a Uber Eats e outras plataformas mais pequenas, foram favoráveis às empresas e só uma minoria reconheceu a existência de contrato de trabalho.

As plataformas têm vindo a apresentar recurso sempre que a sentença lhes é desfavorável, enquanto o Ministério Público tem contestado as decisões contrárias aos estafetas.

DIREITO DE RESPOSTA

Esclarecimentos sobre o serviço *prime* da eDreams

Este jornal publicou um artigo na sua versão impressa com o título "Serviço *prime* da eDreams alvo de centenas de queixas de clientes" e um artigo na sua edição *online* com o título "Descontos *prime* da eDreams podem sair caros. Queixas de clientes estão a aumentar".

Os referidos artigos induzem o leitor em erro, apresentando afirmações imprecisas e descontextualizadas sobre o serviço "*Prime*".

Embora se espere que o PÚBLICO forneça informações precisas e contextualizadas, a verdade é que o referido periódico publicou uma matéria ignorando factos fundamentais e recusou-se repetidamente a corrigir os erros factuais, mesmo quando foram apresentados os dados corretos.

Estamos diante de um flagrante desrespeito das obrigações jornalísticas e dos regulamentos aplicáveis na atividade jornalística. O jornal PÚBLICO optou por distorcer os factos, ignorando o crescimento exponencial da eDreams Prime – que já conta com mais de 6,2 milhões de membros, dos quais, só nos últimos 24 meses, se juntaram três milhões de novos assinantes.

Além disso, o jornal rejeitou a inclusão de dados auditados externamente que demonstram o aumento da satisfação dos nossos clientes.

A satisfação dos clientes tem aumentado continuamente entre os nossos membros *Prime*, como demonstrado pelo nosso Net Promoter Score (NPS) – uma medida amplamente reconhecida de defesa do consumidor –, que melhorou em +52% desde 2021.

Os membros "*Prime*" estão cada vez mais envolvidos, fazendo reservas 3,8 vezes mais frequentemente do que os não membros, e as reservas repetidas cresceram +41% nos últimos três anos, refletindo uma forte lealdade e apreciação do nosso modelo de subscrição de viagens.

Neste sentido, é essencial que a verdade seja resposta. O jornal deve cumprir as suas obrigações jornalísticas, corrigindo os erros e fornecendo aos leitores informações exatas e totalmente contextualizadas.

Vacaciones Edreams SL, por procuração a advogado Domingos Cruz



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 29/95

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 29/95 para o lote n.º9, requerido em nome de JÚLIO MANUEL ALVES TAVARES, que tem como objetivo a alteração e ampliação do polígono e área de implantação; o aumento da área de construção; a definição de um piso recuado.---
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 6036/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 66/82

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 66/82 para o lote n.º40, requerido em nome de CANALIZAÇÕES LOPEZ - UNIPESSOAL, LDA, que tem como objetivo a ampliação das áreas de implantação e construção do anexo.--
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 5956/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



ANÚNCIO

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 45/96

(Notificação aos proprietários das parcelas constantes da licença de reparcelamento ao abrigo da alínea e) do n.º1 do Código do Procedimento Administrativo)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 45/96 para o lote n.º145, requerido em nome de GILBERTO ANDRÉ MARQUES MESQUITA, que tem como objetivo o aumento da área de implantação da edificação principal e anexo; o aumento da área de construção da edificação principal e do anexo.---
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 2897/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 129/83

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 129/83 para o lote n.º37, requerido em nome de CUSTODIA MARIA MARTINS RODRIGUES FREITAS, que tem como objetivo alteração da cobertura de telhado de 2 águas por telhado de 3 águas; alteração do polígono de implantação com consequente aumento da área de implantação.--
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 8146/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 04/95

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 04/95 para os lotes n.º149 e 150, requerido em nome de CONSTRUÇÕES COUTO MONTEIRO, UNIPESSOAL LDª, que tem como objetivo a alteração do uso das ocupações dos lotes 149 e 150 de uni/bifamiliar para multifamiliar, pela conversão do uso de estabelecimento existente nos pisos de r/chão em habitação.----------------------------------
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 3956/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 05/03

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 05/03 para o lote n.º25, requerido em nome de JOAQUIM MANUEL WELO LUPETA, que tem como objetivo construção de anexo no logradouro posterior; redução da área de construção; supressão do piso de cave; definição de piscina no logradouro lateral nascente; alteração dos acessos ao interior do lote; alteração do desenho dos alçados.---
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 3648/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 11/2002

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 11/2002 para os lotes 21 e 26, requerido em nome de DAAC - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS LDA, que tem como objetivo:--
a) Actualização de área de lote 21 de 850,00m2 para 877,m2 resultante de levantamento topográfico;--
b) Actualização de área de lote 26 de 1009,10m2 para 970,m2 resultante de levantamento topográfico.--
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 3515/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



Universidade de Aveiro
Processo de Seleção e Recrutamento (M/F)

Publicita-se a abertura do seguinte processo de seleção e recrutamento no sítio dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Universidade de Aveiro: https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-tag-novos-concursos-e-ofertas: Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 23.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, na versão homologada pelo Despacho Normativo n.º 1-C/2017, publicados na 2ª Série do *Diário da República*, de 24 de abril de 2017, e do Regulamento de Carreiras, Retribuições e Contratação do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão em regime de contrato de trabalho da Universidade de Aveiro publicado na 2ª Série do *Diário da República* n.º 173, de 4 de setembro de 2020, alterado pelo Despacho n.º 8321/2023, publicado na 2.ª Série do *Diário da República* n.º 158, de 16 de agosto de 2023, pretende-se contratar em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, com fundamento no disposto na alínea g) do n.º 2 no artigo 140.º do Código do Trabalho, aprovado e publicado em anexo, pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro:

Ref.ª CND-CTTRI-156-SGRH/2024 – Um (1) Técnico Superior, na 2ª posição remuneratória, nível 16 (1.439,31€), acrescido do direito a subsídios de refeição, de férias e de Natal, no âmbito do contrato de prestação de serviço designado por "Plano de Monitorização do Lobo a sul do rio Douro – zona oeste", para exercer as atribuições inerentes ao posto de trabalho de **Técnico de Laboratório**, e neste caso específico com as seguintes funções:

- Apoio à gestão/execução de trabalhos de campo e laboratoriais;
- Apoio técnico a equipamento de campo e laboratorial;
- Acompanhamento das reuniões do projeto;
- Análise dos dados gerados e suporte à escrita dos relatórios dos projetos e de artigos científicos;
- Gestão de dados, material e logística do projeto.

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:
HABILITAÇÕES:
- Licenciatura em Biologia ou área afins.
- Caso a habilitação académica tenha sido obtida no estrangeiro, exige-se reconhecimento, equivalência ou registo do grau nos termos da legislação aplicável.

OUTROS REQUISITOS:
- Experiência em trabalho de campo, preferencialmente com monitorização de populações de carnívoros e ungulados silvestres;
- Experiência em recolha de amostras biológicas de carnívoros;
- Experiência com armadilhagem fotográfica;
- Experiência com análise de dados provenientes de armadilhagem fotográfica, nomeadamente cálculo de abundância e densidade;
- Experiência na escrita de relatórios técnicos e outros textos científicos e gestão de coleção de amostras.

O prazo de candidatura é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do anúncio no jornal.

Universidade de Aveiro, em 12 de setembro de 2024
O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*



AVISO
AUTO-ESTRADA A15

Devido a trabalhos a decorrer na A15, informa-se que, até ao dia 18 outubro de 2024, existirão condicionamentos na circulação entre o Nó da Arnoia na A8 e o Nó de Malaqueijo na A15, em ambos os sentidos. Para minimizar os eventuais incómodos os trabalhos decorrerão maioritariamente em período noturno. Todos os trabalhos estarão devidamente sinalizados.

Respeite a sinalização, viaje em segurança.

Auto-Estradas do Atlântico, SA



Aviso DRH – 08/2024
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal para recrutamento de 1 (um) Técnico Superior, em regime de contrato de trabalho ao abrigo do Código do Trabalho a termo incerto, para exercer funções na Escola Técnica Superior Profissional do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, relativo ao Aviso DRH n.º 08/2024 publicado na página https://ipca.pt/procedimentos-concursais/pessoal-nao-docente/, com a referência: **TS – Técnico Superior ETESP.**

O prazo para a apresentação de candidaturas é fixado em 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

Barcelos, 13 de setembro de 2024

A Presidente do IPCA,
Professora Doutora Maria José Fernandes

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa
Juízo Administrativo Social - Unidade Orgânica 5

Processo: 3236/24.5BELSB
ANÚNCIO

Ação Administrativa
Autor: Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
Réu: Ministério das Finanças (e Outros)

FAZ-SE SABER que corre neste Juízo termos a Ação Popular acima identificada, nos termos e ao abrigo da Lei de Ação Popular (Lei n.º 83/95, de 31 de agosto), em que é Autor o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos e são Réus o Estado Português e o Ministério das Finanças, na qual são formulados os seguintes pedidos:

- *Seja reconhecido aos trabalhadores da AT o direito fundamental à medicina no trabalho, devendo o Estado e, em concreto, o Ministério das Finanças, implementar tais serviços para que os profissionais da AT passem a ter acesso a consultas de medicina do trabalho;*
- *Seja reconhecido aos trabalhadores da AT o direito ao reembolso dos valores gastos com consultas da especialidade (medicina no trabalho) que tenham tido que suportar, por sua conta, face à ausência de serviços desta especialidade na AT, a apresentar em sede de execução de sentença;*

Conforme consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra neste Tribunal para consulta dos interessados.

FAZ AINDA SABER às pessoas a quem possa diretamente interessar, que dispõem do PRAZO de 15 (quinze) dias, que começa a correr depois de finda a DILAÇÃO de 30 dias, para se constituírem como interessados no processo, no qual poderão passar a intervir a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e poderão declarar se aceitam ou não ser representados pelo Autor ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 15.º/1/LAP – Lei de Acão Popular (Lei n.º 83/95, de 31 de agosto), sem prejuízo do disposto no art.º 15.º/4 da citada LAP, isto é, da faculdade de recusar a representação até ao termo da prova ou fase equivalente, mediante declaração expressa nos autos.

FAZ-SE AINDA SABER a quem pretenda constituir-se como interessado no processo, que, nos termos do n.º 1 do art.º 11.º do CPTA e do n.º 1 do art.º 40.º do Código de Processo Civil (CPC), é obrigatória a constituição de Mandatário: a) Nas causas de competência de tribunais com alçada, em que seja admissível recurso ordinário; b) Nas causas em que seja sempre admissível recurso, independentemente do valor; c) Nos recursos e nas causas propostas nos tribunais superiores. As entidades públicas podem fazer-se patrocinar em todos os processos por advogado, solicitador ou licenciado em direito ou em solicitadoria com funções de apoio jurídico, sem prejuízo da representação do Estado pelo Ministério Público.

N/ Referência: CAMPO RESERVADO

Lisboa, 06-09-2024

A Juíza de Direito,
Inês Maria Martins Santos

O Oficial de Justiça,
António Manuel Pinto Meireles

Público, 20/09/2024



DMGT - DIREÇAO MUNICIPAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

EDITAL N.º 594/2024

Alteração N.º 10 à Licença da Operação de Loteamento Titulada pelo Alvará de Loteamento N.º 32/2001 – Processo 1/2000/19755/0 – E/52219/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga:

Faz saber que, nos termos do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo de 2024/07/06, praticado no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 2021/10/18, são alteradas as prescrições do **Alvará de Loteamento N.º 32/2001**, em nome de Fernando Augusto da Costa Ferreira LDA, respeitante ao prédio sito no lugar da Foz, da freguesia de Arcos, atualmente integrada na União das Freguesias de Lomar e arcos deste concelho, alterações essas que cumprem o PDM e constam do seguinte:

Mantém-se a área total a lotear; alterando a área total de implantação para 6.256,24m2; a área total de construção para 16.221,37m2 e o volume total de construção para 48.777,15m3 e o número total de fogos para 50.

A presente alteração refere-se aos **lotes 28 e 29** e estabelece o seguinte: Supressão dos lotes 28 e 29 e constituição do Lote 28/29; habitação unifamiliar isolada; o número de pisos: passa para 2 (1 piso acima da cota de soleira para habitação e 1 piso abaixo da cota de soleira para garagem); a área do lote passa a ser de 651,50m2; a área máxima de implantação passa a ser de 367,40m2; a área máxima de construção destinada a garagem passa para 52,50m2; a área máxima de construção destinada a habitação passa para 314,90m2; a área máxima total de construção passa para 367,40m2; o volume máximo de construção passa para 1.102,20m3; número de fogos, 1. Em todo o restante, mantém-se as prescrições do alvará em vigor. Não há lugar à execução de obras de urbanização.

Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município e publicado num jornal de âmbito nacional.

Braga e Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), 20 de setembro de 2024

O VEREADOR, *João Vasconcelos Barros Rodrigues*



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal
Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro
Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimeportugal.org

Animais do mercado de Wuhan terão estado mesmo na origem da covid-19

Estudo publicado na revista *Cell* enumera as espécies de animais selvagens presentes no mercado de Wuhan, na China, a partir das quais o coronavírus SARS-CoV-2 provavelmente surgiu no final de 2019

Filipa Almeida Mendes

Novas provas apontam para uma origem animal da covid-19, segundo um estudo de uma equipa internacional que efectuou o rastreio genético de amostras recolhidas do mercado em Wuhan, na China – onde foram, aliás, identificados muitos dos primeiros casos de covid-19 em humanos.

O estudo, publicado ontem na revista *Cell*, revela as espécies de animais selvagens presentes no mercado a partir das quais o SARS-CoV-2, o coronavírus responsável pela pandemia de covid-19, provavelmente surgiu no final de 2019. Ou seja, os investigadores indicam que os animais selvagens vendidos ilegalmente naquele mercado terão sido provavelmente o ponto de partida da pandemia, embora não provem de forma conclusiva a origem da covid-19.

A equipa analisou dados genéticos divulgados pelo Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) da China, provenientes de mais de 800 amostras recolhidas dentro e nos arredores do Mercado de Marisco e Vida Selvagem em Wuhan, desde 1 de Janeiro de 2020, e de genomas de vírus de alguns dos primeiros doentes com covid-19.

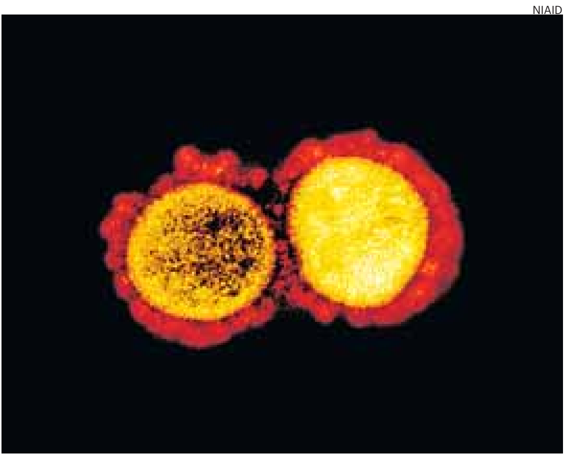
A Universidade do Arizona (EUA), da qual faz parte um dos autores do estudo, destaca, em comunicado, que no dia 1 de Janeiro de 2020, poucas horas depois de o mercado ter sido encerrado, investigadores do CDC da China se deslocaram ao local para recolher amostras.

Embora tenham encontrado poucos animais selvagens vivos (a maior parte já tinha sido retirada), recolheram amostras do chão, das paredes e de outras superfícies de muitas bancas do mercado, tendo voltado dias mais tarde para se concentrarem nas bancas onde se vendiam animais selvagens – nessa altura, examinaram gaiolas e carrinhos utilizados para transportar os animais e recolheram também amostras dos esgotos.

Depois, os investigadores realizaram a sequenciação metatranscriptómica das amostras, uma técnica utilizada para obter sequências de ARN (podendo também obter ADN) de todos os organismos presentes nas amostras – incluindo vírus, bactérias, plantas, animais e seres humanos. Em 2023, estes dados foram publicados por outra equipa na revista *Nature*, mas os cientistas não conseguiram identificar exactamente as espécies de animais em questão. Foi então que o CDC da China partilhou estes dados de sequenciação em repositórios públicos – daí os autores do estudo agora publicado na revista *Cell* terem tido acesso aos dados.



EDWARD C. HOLMES



NIAID

Em cima, várias imagens do Mercado de Marisco e Vida Selvagem de Wuhan (China) em 2014; ao lado, o coronavírus SARS-CoV-2

Cães-guaxinim e gatos-civeta

O estudo agora publicado mostra que o vírus SARS-CoV-2 estava presente em alguns locais onde se vendiam animais selvagens no mercado, entre os quais cães-guaxinim e gatos-civeta. Em alguns casos, o material genético do SARS-CoV-2 e destes animais foi encontrado nas mesmas zaragatoas.

"Muitas das espécies de animais já tinham sido retiradas antes da chegada das equipas do CDC da China, pelo que não podemos ter provas directas de que os animais estavam infectados", diz, em comunicado, a co-autora Florence Débarre, do Centro Nacional de Investigação Científica de França (CNRS, na sigla francesa). "O que observamos são os fantasmas de ADN e ARN destes animais nas amostras ambientais, e alguns estão em bancas onde o SARS-CoV-2 também foi encontrado. Isto é o que seria de esperar num cenário em que houvesse animais infectados no mercado."

Ou seja, embora não haja provas concretas de que os animais estavam infectados (não sendo possível provar se havia, aliás, um ou mais animais infectados) – e esta é uma das limitações do artigo –, foram recolhidas amostras com material genético de animais e também do vírus, nomeadamente numa secção do mercado e numa banca em particular.

Mais de 800 amostras foram recolhidas dentro e nos arredores do mercado de Wuhan

No artigo, os autores salientam que, embora a identidade do primeiro hospedeiro intermediário entre o morcego-de-ferradura (o provável reservatório do SARS-CoV-2) e os humanos permaneça desconhecida, este estudo contribui para "esta questão em aberto, determinando as espécies de mamíferos presentes no mercado". Os resultados "mostram que múltiplos hospedeiros intermediários plausíveis do SARS-CoV-2 estavam presentes no local exacto de Wuhan ao qual a covid-19 foi ligada epidemiologicamente pela primeira vez".

Os autores referem ainda que, entre os potenciais hospedeiros intermediários presentes no mercado de Wuhan, "sabe-se que os cães-guaxinim são susceptíveis ao SARS-CoV-2 e que são capazes de o transmitir". "O cão-guaxinim [espécie que transportou o SARS-CoV-1 em 2003] foi a espécie animal mais abundantemente detectada nas bancas de animais selvagens do mercado amostradas a 12 de Janeiro [de 2020] e na banca de animais selvagens com mais amostras positivas para SARS-CoV-2", escrevem os cientistas.

O estudo conclui que há várias provas "consistentes com a infecção de animais selvagens com o SARS-CoV-2 no mercado" de Wuhan. "Os carrinhos de [transporte de] animais, uma gaiola, um carrinho do lixo e uma máquina de remoção de pêlos e penas de uma banca de animais selvagens testaram positivo para o SARS-CoV-2 e havia mais ADN de espécies de mamíferos selvagens nestas amostras do que ADN humano", sublinha o estudo. Além disso, os esgotos do mercado apresentaram resultados positivos para o SARS-CoV-2.

Os investigadores efectuaram também uma análise evolutiva dos genomas de vírus dos primeiros humanos infectados, com os resultados a indicarem que havia muito poucos, ou nenhuns, seres humanos infectados antes do surto no mercado. Um facto que, dizem, é consistente com a transmissão de animais para seres humanos no mercado e a subsequente disseminação por Wuhan e, por fim, por todo o mundo.

Ainda assim, os autores notam que "os dados genómicos e epidemiológicos publicamente disponíveis desde o início da pandemia de covid-19 permanecem incompletos, pelo que futuros dados desta época poderão esclarecer melhor as hipóteses relativas ao seu aparecimento".

"Brincar com o fogo"

Michael Worobey, especialista em vírus da Universidade do Arizona e co-autor do estudo, destaca, em comunicado, que colocar animais selvagens infectados com vírus em contacto com seres humanos no coração de grandes cidades, onde a densidade populacional facilita a propagação destes vírus, é uma das coisas mais arriscadas que se podem fazer (embora nem todos os vírus tenham potencial para dar origem a uma pandemia). "É brincar com o fogo", diz.

O investigador salienta ainda que, embora tenha havido uma maior atenção à segurança dos laboratórios desde o início da pandemia, "surpreendentemente pouco foi feito para diminuir o risco de um vírus passar novamente da vida selvagem para os seres humanos". Por isso, diz, é necessário tomar "medidas sérias e concretas para acabar com a prática perigosa de trazer animais vivos com potenciais agentes patogénicos para zonas urbanas densamente povoadas" – o que significa que é imperativo acabar com o comércio ilegal de animais selvagens.

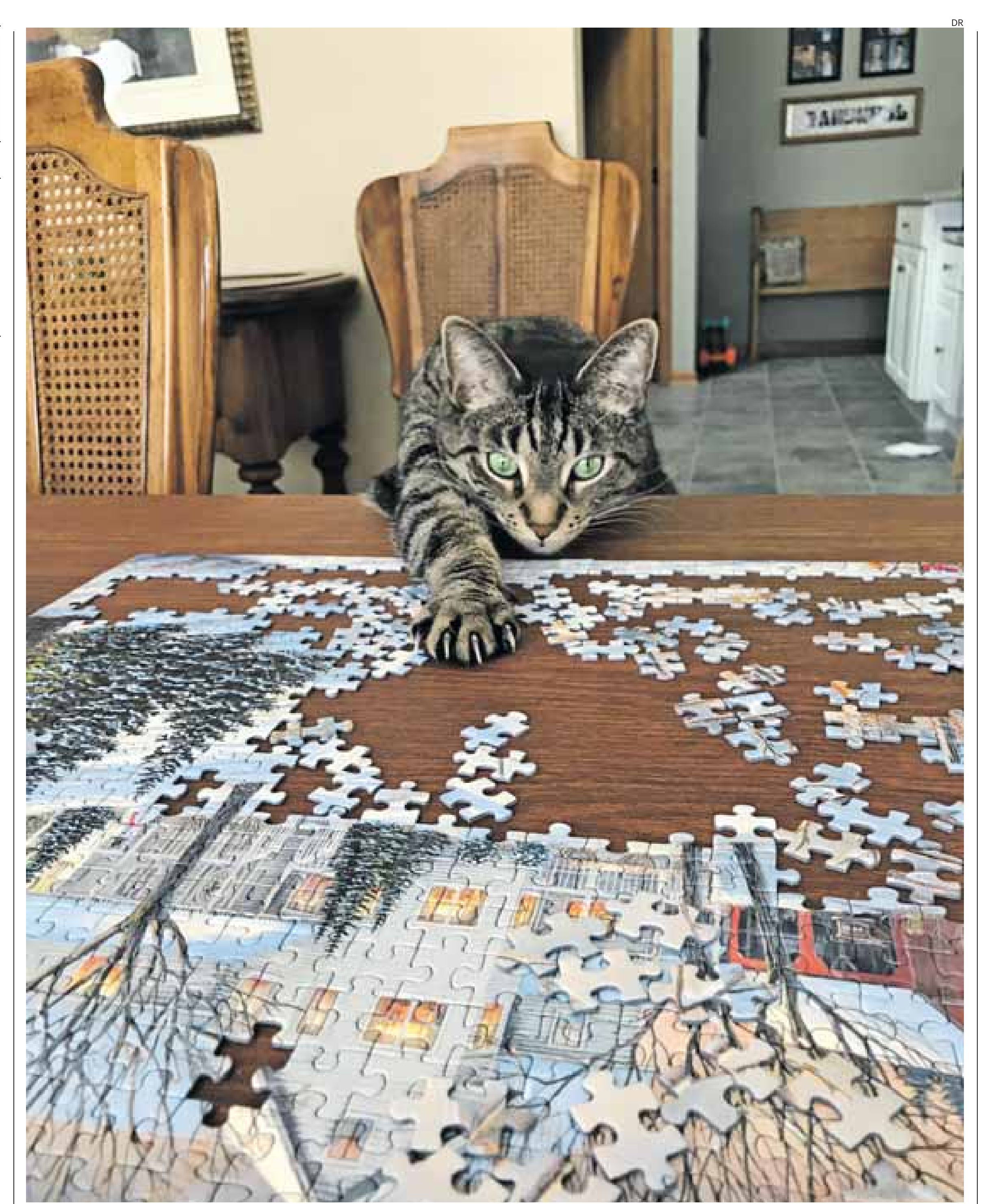
O gato mais citado do mundo

Ensaio



David Marçal

O gato do aluno de doutoramento Reese Richardson tornou-se, em Julho, o mais influente intelectual felino do mundo



DR

O gato *Larry Richardson* é agora o felino mais influente a nível intelectual em todo o mundo

Como poderemos saber se um determinado artigo científico é relevante? Afinal, há milhares de revistas científicas de qualidades muito distintas, incluindo as chamadas "revistas predatórias" – que publicam qualquer coisa a troco de umas poucas centenas de dólares. Há outras que, não sendo falsas, são irrelevantes: praticamente ninguém as lê e uma grande asneira lá publicada pode passar inteiramente despercebida.

Um critério muito útil para nos guiar é o número de citações de um artigo científico – ou seja, quantas vezes outros autores referenciam um determinado artigo nas suas próprias publicações. Um artigo será citado se for útil, por apresentar resultados relevantes para o avanço da ciência ou por descrever um método que passa a ser utilizado por outros cientistas.

A influência de uma revista científica pode estimar-se pelo número médio de citações obtido pelos artigos lá publicados. Para progredirem na carreira, os investigadores precisam de publicar em revistas muito influentes, o que, pelo menos em princípio, aumenta o número de citações dos seus trabalhos. Acontece que tudo isto pode ser facilmente manipulado, numa fraude que transparece num exame mais cuidado, mas que, ainda assim, pode criar confusão nos mais incautos. É o que irei contar, neste texto que faz parte da série "Como perder amigos rapidamente".

Não, o gato mais citado do mundo não é o de Schrödinger, pois este físico nunca incluiu o seu gato como co-autor! Durante muito tempo foi *Felis Domesticus Chester Willard*, que "assinava" de modo insuspeito como F.D.C. Willard. A história é simples: em 1975 o físico Jack H. Hetherington queria publicar os resultados da sua investigação individual na conceituada revista científica *Physical Review Letters*, tendo usado na escrita a primeira pessoa do plural. Um colega fez-lhe notar que o artigo poderia ser recusado, por ele ser o único autor. Como reescrever o artigo usando o singular lhe dava algum trabalho, o autor decidiu colocar o seu gato siamês como autor.

F D.C. Willard assinou mais três trabalhos, incluindo um como autor único na revista francesa de divulgação científica *La Recherche*, em 1980. Nessa altura o logro já tinha sido revelado, pois, dois anos antes, Hetherington tinha enviado a alguns colegas um artigo assinado com a pata do siamês. Os artigos de *F.D.C. Willard* acumularam até à data um total de 109 citações.

O caso anterior foi uma brincadeira que não prejudicou nem beneficiou ninguém.

Mas existe hoje uma indústria de falsificação de citações, verdadeiras "fábricas de artigos" que se oferecem para aumentar as citações de um investigador desde que este pague. A marosca tira partido do sistema de indexação automática do Google Scholar, que é uma base de dados de artigos académicos. Funciona assim: os vigaristas criam falsos artigos científicos, com a ajuda de ferramentas de inteligência artificial generativa, como o ChatGPT. Neles incluem citações para os artigos científicos verdadeiros do cliente. Depois carregam-nos para um repositório de artigos chamado "ResearchGate".

O único requisito para o fazer é possuir um endereço de *email* de uma instituição académica, o que é bastante fácil (se for preciso também isso se vende). De resto, não há qualquer processo editorial ou revisão pelos pares, pois este é simplesmente um método para partilhar artigos científicos.

O algoritmo da Google, porque é cego, indexa estes artigos falsos, aumentando artificialmente no Google Scholar as citações do falsificador. Há até o caso de um menu de cantina que foi indexado pelo Google Scholar (tendo como autores C.S. Salad, C. Fajitas, *et al.*, que significa "e outros").

Reese Richardson, um aluno de doutoramento da Northwestern University, Illinois, nos Estados Unidos, resolveu usar este sistema para bater o recorde de *F.D.C. Willard* e expor a fragilidade e as limitações do sistema de indexação Google Scholar. Assim, o seu gato *Larry Richardson* atingiu em Julho de 2024 a marca de 132 citações no Google Scholar. Tendo-se tornado o mais influente intelectual felino do mundo, a sua glória durou, porém, apenas uma semana. Na sequência da divulgação feita pelo humano Reese Richardson, a Google retirou as citações do gato com o mesmo apelido.

Num caso de um cliente das empresas que fazem falcatruas deste tipo, não haveria lugar a gabarolice e as citações persistiriam. Aqui há gato! Não há dúvida de que estamos perante casos de má conduta científica, pois há uma manipulação óbvia dos indicadores de impacto do trabalho de um investigador.

Claro que uma análise minimamente atenta permite descobrir maroscas. Há outras bases de dados, como o Scopus ou a Web of Science, que indexam apenas verdadeiras revistas científicas (que podem também ter algumas falhas pontuais). E estão disponíveis listas de revistas predatórias. Mas é um lembrete de que brandir no ar um artigo científico em apoio de qualquer posição argumentativa, como é prática comum, não basta. É preciso saber consultar a literatura científica. Se não o soubermos fazer, poderemos até estar a citar um gato, fazendo ecoar um miau...

Bioquímico e divulgador de ciência



Como perder amigos rapidamente

Sobre aqueles casos em que ciência e os dados contrariam muitos dos *influencers* e *opinion makers*

Acompanhe em publico.pt

Lançamento do PÚBLICO Brasil juntou intelectuais, políticos e empresários

A Brotéria, em Lisboa, recebeu mais de 120 pessoas, no final da tarde de quarta-feira, para a apresentação do projecto de informação para brasileiros que vivem ou querem viver em Portugal

Reportagem

Os brasileiros em Portugal, a maior comunidade estrangeira do país, com mais de 400 mil pessoas legalizadas, passa a ter um meio informativo. Foi criado o PÚBLICO Brasil, um projecto que tem como objectivo dar à comunidade brasileira notícias, informações úteis e histórias sobre a vida em Portugal. No evento, que decorreu na Brotéria, em Lisboa, o secretário de Estado Adjunto e da Presidência do Conselho de Ministros, Rui Armindo Freitas, louvou a iniciativa.

"Acredito que seja um projecto não só para a informação, mas para a integração. A comunidade brasileira é a mais expressiva em número em Portugal, e essa iniciativa facilitará, com certeza, essa integração, que será muito positiva para a construção de uma sociedade mais coesa e, também, multicultural", declarou. Freitas, que tem a tutela das migrações, lembrou o caso do brasileiro que foi vítima do incêndio em Albergaria-a-Velha. "Apesar de ser um dia de alegria, eu não poderia deixar de assinalar as vítimas dos incêndios em Portugal, em especial o Carlos Eduardo Neves, o cidadão brasileiro que estava em Portugal a lutar por uma vida melhor e que morreu ao lado dos portugueses a lutar por Portugal", enfatizou.

Para Carlos Abreu Amorim, secretário de Estado Adjunto e de Assuntos Parlamentares, com a pasta da comunicação social, o lançamento do PÚBLICO Brasil significa um avanço para as relações entre os dois países. "É uma das iniciativas mais meritórias na área de comunicação social o surgimento de um veículo dedicado à comunidade brasileira em Portugal. Uma das funções mais importantes da imprensa é reportar a verdade. Isso é importante para a defesa do Estado de direito", afirmou.

Cristina Soares, administradora do PÚBLICO, apresentou as características do novo veículo informativo. "É um projecto inovador e 100% digital, concebido com o compromisso de oferecer jornalismo relevante e de qualidade, aproximando as realidades e diálogos entre os nossos dois países irmãos", descreveu Cristina, no evento.

A responsável acredita que a nova publicação do grupo vai aproximar portugueses e brasileiros. "A realização dos objectivos do PÚBLICO Brasil significará também acréscimos e melhorias na relação e integração entre as nossas duas comunidades, papel que a comunicação social pode ajudar a cumprir", sublinhou.

Na sua intervenção, o director do PÚBLICO, David Pontes, ressaltou o papel do jornal na sociedade. "Somos um jornal empenhado no serviço público. Empenhado na causa pública, em manter com rigor aquilo que achamos que é importante para a democracia. Buscamos uma sociedade inclusiva e mais aberta. Temos, no PÚBLICO Brasil, uma força muito grande contra a xenofobia, contra o preconceito", definiu.

Entre os patrocinadores destacam-se a Confederação Nacional das Seguradoras do Brasil (CNSeg) e a Febraban. "Não parece ser a decisão mais óbvia a CNSeg investir num meio em Portugal. Mas nós acreditamos que essa parceria pode render boas histórias de planeamento financeiro, de educação financeira e democratização no acesso a produtos de seguros e previdência para os brasileiros e para a comunidade brasileira que está em Portugal", observou Carla Simões, superintendente executiva de comunicação e marketing da CNSeg.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, explicou como a sua entidade vê a nova publicação. "Representa mais um elo de aproximação entre brasileiros e portugueses, que vão ter acesso a informação de qualidade. Os brasileiros fazem negócios aqui. Nós acreditamos que o PÚBLICO Brasil vai gerar e fomentar informação de qualidade para que os brasileiros possam fazer os seus negócios aqui", disse.

Para o embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro, o lançamento foi um espaço de celebração. "É o nascimento de um meio de comunicação ligado ao PÚBLICO, que é um jornal altamente confiável de Portugal. É um momento que devemos comemorar e também aplaudir, por criar um espaço de comunicação directa com os brasileiros", acrescentou.

Para o escritor, jornalista e cineasta Jorge Oliveira, o que o PÚBLICO Brasil vai trazer de mais importante será estreitar os laços entre os que atravessaram o Atlântico e a terra em que escolheram viver. "Representa um avanço para o jornalismo brasileiro termos um jornal que defenda a comunidade brasileira que a cada dia cresce em Portugal. Considero um porta-voz da comunidade brasileira que vai ajudar a entender o Brasil em Portugal", observa.

O PÚBLICO Brasil resulta de uma parceria entre o PÚBLICO e um conjunto de seis experientes jornalistas brasileiros que vivem em Portugal. Por se dirigir a esta comunidade, os textos publicados no site (https://www.publico.pt/publico-brasil) e na app que pode ser descarregada no telemóvel estão escritos em português do Brasil. **PÚBLICO Brasil**

FOTOS: JOSÉ FONSECA FERNANDES







Em cima: David Pontes, director do PÚBLICO (à esquerda), e Vicente Nunes, editor-chefe do PÚBLICO Brasil (à direita)

Cerca de 120 pessoas estiveram no evento de lançamento do PÚBLICO Brasil

A peça de Ionesco para um casal e um morto que teima em crescer

Em *Amédée ou como Desembaraçar-se*, que hoje se estreia no Teatro São Luiz, em Lisboa, um casal vive com um morto há 15 anos. Ivo Alexandre encena um absurdo que talvez não o seja

Gonçalo Frota

FOTOS: DOIS / TEATRO SÃO LUIZ



Há um elefante na sala. Mas há também um morto no quarto. Pelo menos, no mundo do dramaturgo romeno Eugène Ionesco, um dos grandes mestres do chamado "teatro do absurdo". Não se pense, no entanto, que se trata de um quarto qualquer. Porque Amédée e Madeleine cederam o seu próprio quarto ao morto, permitindo-lhe que "viva" a sua morte no maior conforto possível. Só que o cadáver parece não lhes perdoar ter sido assassinado pelo casal e, num claro gesto de ingratidão, começou a fazer germinar cogumelos à sua volta e – para desconsolo dos dois vivos – começa a expandir a sua acção para a sala de estar.

Além disso, o morto tem-se dedicado também, ao longo destes últimos 15 anos, a crescer. Crescer para fora dos sapatos, para fora das roupas, para fora da janela, para todo o lado. E, de certa maneira, cresce também no espaço que ocupa na vida de Amédée e Madeleine, há década e meia sem saírem de casa – ela trabalhando numa central telefónica instalada na secretária mesmo ao lado da sala, ele tentando escrever uma peça de teatro para a qual, durante esse período, conseguiu teclar duas únicas frases. Mas não estão isolados, claro. Quando é preciso, Amédée assobia, desce um cesto do tecto (ou do céu), faz saber as necessidades da vida doméstica e os bens essenciais são comprados – para que ambos possam continuar os seus dias de guarda ao morto.

No palco de *Amédée ou como Desembaraçar-se*, o texto de Ionesco que Ivo Alexandre dirige no arranque de temporada de teatro no São Luiz, em Lisboa, entre hoje e o dia 29 de Setembro, não há corpo algum. O morto está na cabeça de cada espectador. "Há encenações que levam mais à letra", diz o encenador e actor ao PÚBLICO. "Mas o morto, quando comecei a ler o texto, acho que pode ser uma metáfora também para o desgaste quotidiano destes dois." E daí que o morto no quarto seja também o elefante na sala. Porque Amédée (Ivo Alexandre) e Madeleine (Anabela Faustino), os directores artísticos da companhia DOIS, sozinhos no seu apartamento há 15 anos, vêem a sua relação corroída pela culpa (pelo assassínio, pelo adultério) e passam o tempo a viver sempre em função de um corpo que está no centro da sua atenção. Ou então a culpa é apenas de terem deixado a sua relação chegar ao mesmo estado irreversível do cadáver com que partilham a casa.



Anabela Faustino (Madeleine) e Ivo Alexandre (Amédée)

> **À estranheza de Ionesco, o encenador junta ainda alusões à estranheza de Beckett**

Porque apesar do absurdo em que se inscreve o teatro de Ionesco, tal não significa que as leituras tenham de ser literais e totalmente descabidas. Este corpo a crescer, enquanto Amédée e Madeleine não são capazes de abandonar a sua guarda, defende Ivo Alexandre, "é o lado grotesco desta peça, destas personagens desumanizadas, que têm consigo o amante durante todo este tempo, no quarto ao lado, tendo sido eles, supostamente a assassiná-lo". "E não sabemos até que ponto é que aquilo foi partilhado; é algo completamente inusitado."

Pausas e silêncios

Tal como em *Delírio a Dois*, que a estrutura de Ivo Alexandre e Anabela Faustino abordara já em 2020, *Amédée ou como Desembaraçar-se* comporta uma dimensão "um pouco escura". Sublinhada pelo encenador, no palco da Sala Mário Viegas, a partir do desenho de luzes, de forma a reforçar "o ambiente muito claustrofóbico" que se vai impondo. A luz vai então tornando o espaço do apartamento cada vez mais confinado, os dois com um fosso progressivamente menor entre si, como se não fosse possível escaparem a ter de esbarrar um no outro e, no fundo, na realidade de que tentam escapar-se.

A crueza do cenário leva também a que a encenação e o espectáculo possam focar-se naquilo que mais lhes agrada: o trabalho de actores. "Centrando mais o jogo nos actores, permitimos também que o espectador leve a sua imaginação para outro sítio, talvez até mais interessante do que aconteceria com uma cena mais concreta", argumenta Ivo Alexandre.

Amédée ou como Desembaraçar-se, nesta encenação que chega ao São Luiz, adopta uma das duas versões escritas por Ionesco – "uma versão mais económica", explica o encenador, "para companhias com menos dinheiro". Como a DOIS não foi contemplada nos últimos apoios bienais da Direcção-Geral das Artes (DGArtes), a escolha recaiu nessa alternativa. Porque se Amédée e Madeleine não saem de casa, Ionesco leva-os a receberem várias visitas que lançam o pânico no casal e os coloca sempre com cautelas tão excessivas que traem em permanência o seu insólito segredo. Aqui, há apenas duas visitas, um carteiro e um polícia (João Ribeiro e Tiago da Câmara Pereira), uma pequena amostra das intromissões do mundo exterior que Ionesco vai trazendo para confrontar o casal.

Ao prescindir dos outros visitantes (mesmo a versão económica é, na verdade, mais numerosa), Ivo Alexandre quis centrar a peça nas figuras de Amédée e Madeleine. Uma forma também de controlar melhor os tempos para o efeito desejado pelo encenador. "Para mim", partilha, "a obra do Ionesco tem de ter este lado cru, estes silêncios secos, estas pausas por vezes um bocado dilatadas, porque acho que isso provoca qualquer coisa no espectador, predispõe-no para tudo aquilo que de inusitado e de estranho possa acontecer." À estranheza de Ionesco, o encenador junta ainda alusões à estranheza de Beckett, numa confessada "homenagem à ligação" entre os dois autores. É assim quando Amédée usa o cesto das compras, lembrando os *Actos sem Palavras* do dramaturgo irlandês, ou quando uma Lua entra em cena e traz consigo um rasto de *À Espera de Godot*.

Amédée ou como Desembaraçar-se é, no entanto, sobretudo este enorme corpo invisível a intrometer-se entre Amédée e Madeleine, esta imobilidade a que se entregam enquanto vigiam, assustados, esse antigo amante – ou talvez, num outro sentido, esse antigo amor que jaz morto no quarto ao lado.

A nova peça do Teatro Praga não é nem “sobre” Antígona, nem “anti-sobre” Antígona

Daniel Dias

Um espectáculo “para irritar”, *RE: Antígona* estreia-se hoje no Teatro Carlos Alberto, no Porto

Um *podcast* em que os cinco interlocutores defendem a mesma ideia não tem interesse nenhum, diz Paula Diogo ainda no primeiro quarto de *RE: Antígona*, espectáculo que o Teatro Praga estreia hoje (19h) e apresenta até depois de amanhã no Teatro Carlos Alberto, no Porto. Pode soar algo disparatado, continua a actriz – que ao longo de duas horas partilhará o palco com André e. Teodósio, Inês Vaz, Maria João Vaz e Paulo Pascoal –, mas “viver na esfera é estar dos dois lados”.

“É um bocado esta ideia de que somos multifacetados, contraditórios”, diz Teodósio, criador da peça juntamente com José Maria Vieira Mendes. E no caso de Antígona, heroína da mitologia grega que ousa contornar as leis do tirano Creonte ao procurar despedir-se com dignidade do seu irmão Polinices, falecido em combate, essa complexidade tende a ser encostada para canto, considera o co-fundador do Teatro Praga. “Ela tem sido massacrada por ideias de ‘bem’, ‘justiça’, ‘emancipação’, ‘utopia’ ou ‘desejo’”, escreve a companhia de teatro sediada em Lisboa na sinopse do seu espectáculo. “Quisemos devolver humanidade à figura, desmultiplicá-la, mostrá-la como alguém com erros”, conta Teodósio ao PÚBLICO entre ensaios.

O actor e encenador revela aquilo que conduziu a este espectáculo. “A Escola Superior de Dança convidou-me há uns anos a fazer um exercício e pensei: ‘Quero responder a uma obra de arte.’ Antigamente, havia muitas peças que eram peças de resposta: alguém fazia, suponhamos, *A Lagartixa*, e uma outra companhia, de um teatro mais vernacular, respondia com uma sátira chamada *A Osga*. As obras respondem ao seu tempo, respondem a ideias, mas nós queríamos responder a obras de arte concretas.”

Na altura do convite feito pela Escola Superior de Dança, André e. Teodósio fez *RE: Pneu*, partindo do filme de Quentin Dupieux sobre um pneu psicopata e com poderes psíquicos que inicia uma matança no deserto da Califórnia antes de se apaixonar por uma mulher. A vontade de agora trabalhar, desconstruir, baralhar a *Antígona* de Sófocles prende-se com o facto de o Porto ser a cidade a acolher a estreia desta peça (uma co-produção que junta o Teatro Praga, o Centro Cultural de Belém e o Teatro Nacional São João) e de “uma das obras icónicas” do Teatro Experimental do Porto (TEP) ser “a versão da *Antígona* do António Pedro”, nome histórico não apenas do TEP (do qual foi o seu primeiro director artístico) como do teatro português no geral.

JOÃO TUNA


Inês Vaz e Paula Diogo são duas das actrizes do espectáculo



Quisemos devolver humanidade à figura [Antígona], desmultiplicá-la, mostrá-la como alguém com erros

André e. Teodósio
Encenador e co-fundador do Teatro Praga

Pelo palco, habitado por várias esculturas gregas junto a motos – pares inusitados, pensados pelo artista plástico Tiago Alexandre, que, conforme refere André e. Teodósio, opõem “uma coisa em velocidade a uma coisa estática, uma coisa leve e de fuga a uma coisa pesada” –, passam várias Antígonas, ou, como sugere Inês Vaz ao PÚBLICO, “uma voz única que tem muitas camadas”. Teodósio explica que enquanto uma Antígona é “mais linear” (a de Maria João Vaz, que “insiste” muito para fazer “a versão oficial da coisa”, como conta a actriz), outra (a de Paula Diogo) é “mais contestatária”. Com o avançar do espectáculo, as várias Antígonas vão-se “desmontando”, num espectáculo “feito propositadamente para ser desorientante”.

Não é nem “sobre” Antígona nem “anti-sobre”. Ao mesmo tempo que mete muita coisa na centrifugadora, é ou parece ser sobre nada em particular. É um espectáculo “muito rápido” – “Podia ser uma sucessão de *stories* do Instagram, só que com mais informação, e informação mais pesada”, entende o encenador – e um “espectáculo para irritar”, beliscando a ideia de heroísmo. “A Antígona ser filha de um rei é tu aceitares que ela tem togas feitas por escravos”, diz Teodósio.

RE: Antígona pega em conceitos e analisa os seus contraditórios, procurando sublinhar a importância de “ter paciência, saber dialogar” com o outro lado da barricada. No fim de tudo, fica a “experiência” – uma “*trip*”, como sugere Maria João Vaz, que fala numa “homenagem ao ser humano”. “Não há perfeição, temos todos vários lados diferentes.” É assim, embalado por esta inspiração whitmaniana, que o Teatro Praga, conforme resume na sua sinopse, “mata Antígona, de todas as formas de que se lembra, para lhe dar a morte a que nunca teve direito”.

Isabel Furtado eleita presidente do conselho de administração da Casa da Música

Câmara Municipal do Porto e Área Metropolitana do Porto renovaram ainda Luís Osório como seu representante conjunto

A economista e empresária Isabel Furtado foi anteontem eleita presidente do conselho de administração (CA) da Fundação Casa da Música, para o mandato 2024-2026, à semelhança dos vice-presidentes Álvaro Teixeira Lopes, nomeado pelo Estado, e António Marquez Filipe, pelos fundadores privados.

Confirma-se, assim, a informação veiculada através de um comunicado enviado ao PÚBLICO, em Julho, por um grupo não identificado de trabalhadores da Casa da Música (CdM) que indicava que Isabel Furtado, CEO da TMG Automotive, do grupo TMG – Têxtil Manuel Gonçalves, fora convidada “unilateralmente” pelo presidente cessante do CA, Rui Amorim de Sousa, para lhe suceder no cargo, “numa violação clara dos estatutos”.

Já a CdM destaca em comunicado, divulgado anteontem à noite, que presidente e vice-presidentes do CA desta fundação são eleitos por voto secreto pelos seus pares. Na reunião do conselho de fundadores da instituição, ocorrida a 23 de Julho e na qual foram confirmados quatro elementos da nova administração, o nome de Isabel Furtado ainda não havia sido dado como certo.

A composição deste órgão da


Falta saber quem ocupará cargo de administrador-delegado

Fundação Casa da Música está praticamente fechada: a Câmara Municipal do Porto e a Área Metropolitana do Porto renovaram, no início deste mês, a designação do director comercial Luís Osório como seu representante conjunto no conselho de administração da Casa da Música. Falta, no entanto, distribuir algumas funções, nomeadamente saber quem ocupará o lugar de administrador-delegado. Ao PÚBLICO, o gabinete de comunicação da Fundação Casa da Música afirmou que o “cargo de administrador-delegado irá manter-se” e que “a sua escolha far-se-á oportunamente e em sede própria”.

Para o triénio 2024-2026, a administração integra ainda, como vogais, o arquitecto André Tavares, nomeado pelo Estado, a economista Carla Chousal e o gestor Frederico Silva Pinto, designados pelos fundadores privados.

À nova administração, já em funções, caberá orientar a escolha de uma nova direcção artística, que tem a correr o processo final do concurso, e um modelo de governação, missão e estratégia mais atento à angariação de mecenas e parceiros, segundo as conclusões do grupo de reflexão para a Casa da Música divulgadas no final de 2023.

O Estado é o maior financiador da CdM. Contribui com 10 milhões de euros anuais para a instituição, enquanto a maioria dos administradores é oriunda do sector privado, sendo a gestão também privada.
PÚBLICO/Lusa

Guia

tecnologia

publico.pt/tecnologia

IA da Apple em português em 2025
O português fará parte da lista de idiomas do novo serviço Apple Intelligence em 2025. Fica por esclarecer qual a variante, sendo provável que se trate apenas do português do Brasil — como acontece com o assistente Siri. A UE ainda terá de autorizar a tecnologia no espaço europeu



Instagram cria "contas adolescentes" e dá mais poder de controlo aos pais

Pais vão poder decidir se a conta dos filhos é pública ou privada, vão saber com quem andam a falar e que tipo de conteúdos vêem. "A Meta lava as mãos da sua responsabilidade", critica especialista

RUI GAUDÊNCIO



As medidas para o público mais jovem entrem em vigor nos EUA na próxima semana e na Europa até ao fim do ano

João Pedro Pincha

Todos os utilizadores do Instagram que tenham entre 13 e 17 anos vão começar a ser automaticamente colocados nas novas "contas adolescentes", anunciadas esta semana pela Meta, com o intuito de responder às críticas cada vez mais audíveis sobre os efeitos das redes sociais no bem-estar de crianças e adolescentes.

A empresa garante que as novas contas vão ter várias restrições: no conteúdo que é apresentado, no tempo que os adolescentes passam na aplicação e na interacção com outros utilizadores. A Meta promete que os adolescentes não vão estar expostos a conteúdos sexuais ou que induzam a automutilação ou o suicídio e também garante ter ferramentas para apanhar os utilizadores que mentem na idade para fugir às novas restrições.

Mas a maior novidade é que estas contas dão mais controlo aos pais sobre o que fazem os filhos na rede social. Se um utilizador com menos de 16 anos quiser tornar a sua conta pública, quiser desligar o "modo dormir" ou quiser eliminar as limitações ao conteúdo, terá de ter aprovação parental. Além disso, os pais também vão poder saber com quem é que os filhos andam a trocar mensagens (embora não as possam ler), conhecer o tipo de conteúdos que lhes está a ser apresentado no *feed*, definir um limite para o tempo que se passa na aplicação e até bloquear o uso do Instagram durante certos períodos.

"Estamos a reconfigurar a relação *online* entre pais e filhos em resposta ao que fomos ouvindo dos pais acerca da forma como exercem a paternidade ou querem exercer", disse ao *The Washington Post* a responsável máxima de segurança da Meta, Antigone Davis.

Cristina Ponte, coordenadora do projecto *EU Kids Online*, considera que estas medidas constituem "um retrocesso" face ao caminho que vinha sendo seguido. "A Meta lava as mãos da sua responsabilidade de continuar a trabalhar para a protecção de crianças e adolescentes e põe a carga sobre os pais", critica.

> **"Estamos a reconfigurar a relação online entre pais e filhos em resposta ao que fomos ouvindo dos pais acerca da forma como exercem a paternidade ou querem exercer", diz uma responsável da Meta**

Além disso, não encontra no anúncio do Instagram "uma única linha sobre auto-regulação e auto-responsabilização" dos adolescentes, mas antes o reforço da ideia de que os pais devem ser "cada vez mais vigilantes, cada vez mais controladores". Cristina Ponte faz notar que a adolescência "é um período decisivo para a construção da personalidade" e que, a partir de agora, "os adolescentes são subalternizados" na forma como lidam com a aplicação. Pelo contrário, argumenta, o que a indústria devia fazer era pensar "como desenhar as plataformas àqueles que se destinam" e como "poderiam contribuir para a auto-regulação" dos jovens.

Os dados actualmente disponíveis dizem que à volta de 8% dos utilizadores do Instagram são pessoas com entre 13 e 17 anos, e que a maior fatia das contas está na faixa etária dos 18 aos 24 anos. Mas um dos problemas há muito identificados pela plataforma é que os utilizadores mentem na idade para se poderem inscrever (supostamente, só a partir dos 13 anos poderiam fazê-lo). Em ocasiões anteriores, e também agora, a empresa anunciou a utilização de algoritmos capazes de determinar a idade real das pessoas. Estava já em vigor a impossibilidade de adultos enviarem mensagens a jovens que não os seguem, a apresentação de alertas sobre o tempo passado a fazer *scroll* e o reencaminhamento para outros assuntos sempre que se detectava que um adolescente estava a ver repetidamente o mesmo tipo de conteúdos.

A necessidade de medidas específicas para o público mais jovem do Instagram é há muito uma reivindicação de associações de pais e de defesa dos direitos das crianças. O tema ganhou tracção pública desde que, em 2021, uma antiga gestora de produto da Meta divulgou documentos internos que mostraram que a companhia estava a ocultar efeitos nefastos da plataforma sobre a auto-estima e a imagem corporal das raparigas adolescentes. Mas a rede social também foi responsabilizada por em casos de suicídio e automutilação, de assédio e abuso sexual e de *bullying*. Nos Estados Unidos, por exemplo, há dezenas de acções judiciais em curso contra a Meta.

De acordo com a empresa, as novas "contas adolescentes" começam a chegar aos utilizadores dos Estados Unidos na próxima semana e devem entrar em vigor na Europa até ao fim do ano.

Cinema


Iris e os Homens

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt



Porto

Batalha Centro de Cinema
Praça da Batalha 47.
Brisa de Mudança M16. 21h15
Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Geração Low-cost M14. 15h, 19h30; **Motel Destino** M14. 19h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h45; **A Pedra Sonha dar Flor** 16h; **Reality** 14h30, 18h; **Grand Tour** 17h15, 21h30
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h (VP); **Oh Lá Lá!** M12. 13h20, 15h40; **Iris e os Homens** M14. 18h50, 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h30 ; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h10, 21h40 ; **Não Fales do Mal** 18h20, 21h30 ; **Grand Tour** 14h, 17h, 20h30; **Transformers: O Início** 13h50, 16h30 (VP) 19h20, 21h50 (VO); **Um Ano Difícil** 13h10, 15h50
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Grand Tour 21h30

Amarante

Cinema Teixeira de Pascoaes
Largo de Santa Luzia. T. 255431084
One From The Heart - Do Fundo do Coração M12. 21h30

Castelo Branco

Cinebox
C.C. Alegro Castelo Branco. Av. General Humberto Delgado. T. 760789789
Beetlejuice Beetlejuice M12. 16h40, 19h; **Não Fales do Mal** 16h30, 21h40; **Grand Tour** 14h, 19h, 21h35; **Transformers: O Início** 14h, 16h30 (VP) 19h, 21h30 (VO); **Jogo de Assassinos** 14h

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Ubu 19h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h30; **Grand Tour** 21h30; **Ó Manel! Há Uma Revolução em Lisboa** 18h
Cinemas Nos Alma Shopping
R. Gen. Humberto Delgado. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 14h30, 17h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h, 17h50, 20h40; **Oh Lá Lá!** M12. 21h10; **Iris e os Homens** M14. 13h40, 16h20, 18h40, 21h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h, 17h10, 20h50; **Alien: Romulus** M16. 20h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 19h20, 22h; **Um Gato Com Sorte** M6. 13h50, 16h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h30, 16h10, 18h50, 21h30; **100% Lobo** 14h10, 16h40 (VP); **Grand Tour** 14h20, 18h20, 21h20; **Casa Sinistra** 19h, 21h40; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 19h10, 21h50; **Um Ano Difícil** 14h40, 17h30

Figueira da Foz

Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz
R. Abade Pedro. T. 233407200
Grand Tour 21h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 20h50, 23h40; **Iris e os Homens** M14. 12h20, 15h, 17h35, 20h30, 23h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h50, 18h10, 21h20, 23h50;

Estreias

Amarrados
De Alexandre Aja. Com Halle Berry, Matthew Kevin Anderson, Christin Park, Stephanie Lavigne. EUA. 2024. m. Drama, Terror.
Num mundo pós-apocalíptico, uma mãe vive com os dois filhos gémeos numa casa isolada. São protegidos por uma corda que os une uns aos outros e à casa em que vivem. Um dos miúdos começa a duvidar da existência de forças do mal, o que traz consequências desastrosas.

Casa Sinistra
De Matthias Hoene. Com Joely Richardson, Sadie Soverall, Neil Linpow, Harry Cadby. GB. 2023. 93m. Thriller.
Apanhados numa violenta tempestade, dois criminosos abrigam-se numa quinta isolada. Ao fazerem refém a família que ali vive, eles depressa se dão conta de que ali se guardam segredos terríveis.

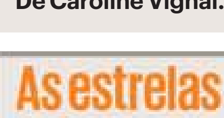
Grand Tour
De Miguel Gomes. Com Gonçalo Waddington, Crista Alfaiate, Cláudio da Silva, Lang Khê Tran, Jorge Andrade. ITA/ALE/China/POR/FRA/JAP. 2024. m. Drama, Histórico.
Em 1918, um funcionário público em Rangum, na Birmânia, abandona a noiva no dia do casamento para partir numa viagem pela Ásia. Ela segue atrás dele.

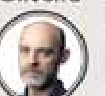
Iris e os Homens
De Caroline Vignal. Com Laure Calamy, Vincent Elbaz, Suzanne De Baecque, Sylvain Katan. FRA. 2023. 98m. Comédia Dramática. M14.
À beira de fazer 50 anos, Iris (Laure Calamy) é uma dentista bem-sucedida, com o seu próprio consultório, um casamento e duas filhas. Um dia, percebe que já não tem relações sexuais com o marido há anos e decide tentar o adultério.

Transformers: O Início
De Josh Cooley. Com Brian Tyree Henry (Voz), Scarlett Johansson (Voz), Keegan-Michael Key (Voz), Jon Hamm (Voz), Chris Hemsworth (Voz), Laurence Fishburne (Voz), Steve Buscemi (Voz). EUA. 2024. 104m. Animação, Aventura.
Antes de serem rivais cujas querelas se transformam em guerras de grande escala, Optimus Prime e Megatron eram amigos em Cybertron. Esta prequela da saga "Transformers" conta a história do herói e do vilão.

Um Ano Difícil
De Éric Toledano, Olivier Nakache. Com Pio Marmaï, Jonathan Cohen, Noémie Merlant, Mathieu Amalric. FRA. 2023. 120m. Animação.
Dois amigos dados à vigarice e muito endividados decidem juntar-se a um grupo de activistas ambientais. Não por acreditarem na causa, mas mais porque querem comer e beber de graça.

As estrelas




	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Amarrados	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
Grand Tour	★★☆☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Não Fales do Mal	—	★☆☆☆☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
A Pedra Sonha Dar Flor	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Rei Ubu	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Alien: Romulus M16. 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 15h10, 18h, 21h, 24h; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50, 22h; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h40, 17h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h15; **Zona de Risco** M14. 19h, 22h10; **Não Fales do Mal** 13h30, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20; **Casa Sinistra** 19h40, 22h05, 00h35; **Transformers: O Início** 13h05, 15h45, 18h25 (VP) 21h10, 00h30 (VO); **Um Ano Difícil** 12h50, 15h35, 18h20, 21h15, 0h05; **Amarrados** 13h, 15h30, 17h55, 20h45

Guarda

Cineplace La Vie - Guarda
C.C. La Vie, Av. dos Bombeiros Voluntários Egitanienses. T. 271212140
Divertida-Mente 2 M6. 15h (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Um Gato Com Sorte** M6. 15h, 16h50 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 17h10, 19h20, 21h30; **100% Lobo** 15h (VP); **Não Fales do Mal** 19h10; **Grand Tour** 18h40; **Transformers: O Início** 15h, 17h10, 19h20 (VP) 21h30 (VO); **Amarrados** 17h, 21h30

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Mira Maia Shopping, Estrada Real nº 95 - Lugar das Guardeiras. T. 229419241
Isto Acaba Aqui M12. 16h, 18h40, 21h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h35; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h45, 17h, 19h15, 21h30 ; **Grand Tour** 13h25, 16h05, 18h45, 21h25; **Amarrados** 13h10, 15h15, 17h20, 19h25, 21h35
Cinemas Nos MaiaShopping
C.C. Maiashoping, Lj 2.43. T. 16996
Isto Acaba Aqui M12. 13h, 15h50, 21h10 ; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h30, 16h10, 18h50, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h, 21h40; **Não Fales do Mal** 18h40; **Transformers: O Início** 13h10, 15h40 (VP) 18h20, 21h (VO); **Amarrados** 13h20, 16h, 18h30, 21h30

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes, Leça da Palmeira. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h30, 17h45 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 20h45; **Deadpool & Wolverine** M12. 21h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h, 18h, 21h20, 00h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h40, 15h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h10, 17h50, 20h50, 23h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h50, 15h50, 18h30, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h10, 18h40, 21h50, 00h30; **Não Fales do Mal** 18h40, 21h10; **Não Fales do Mal** 19h, 22h; **Grand Tour** 12h30, 15h40, 18h50; **Transformers: O Início** 13h10, 15h40 (VP) 18h20, 21h (VO); **Transformers: O Início** 12h50, 15h20 (VP) 18h20, 21h30, 24h (VO); **Amarrados** 18h30, 21h10, 00h10; **Amarrados** 13h20, 16h, 18h50, 21h40; **Não Apagues a Luz** 00h25; **Transformers: O Início** 12h40, 15h30, 18h10, 21h, 23h40 (VO/IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
A Menina da Comunhão 00h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h40, 13h15, 15h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h, 14h20, 16h50, 19h20 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 21h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h25, 16h10, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Um Gato Com Sorte** M6. 10h30, 12h50, 15h20; **Não Fales do Mal** 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Grand Tour** 15h40, 18h20, 21h10, 24h; **Transformers: O Início** 14h, 16h30 (VP/2D) 19h, 21h45 (VO/2D) 13h10 (VO/3D); **Amarrados** 17h40, 20h50, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 19h40, 22h20 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 23h50 (NOSXVISION)

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
C.C. Gaiashoping, Lj 2.25. T. 16996
Divertida-Mente 2 M6. 13h, 14h, 16h, 16h30, 18h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h20, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 16h10, 19h, 21h50, 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h50, 18h10, 20h50, 23h40; **Não Fales do Mal** 21h30, 00h20; **Grand Tour** 12h50, 15h40, 18h30; **Casa Sinistra** 21h40, 00h10; **Transformers: O Início** 12h40, 15h10 (VP) 17h50, 20h30, 23h (VO); **Amarrados** 13h40, 16h20, 18h50, 21h20, 23h50; **Transformers: O Início** 13h10, 15h30, 18h, 21h, 23h20 (VO/4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Ubu 14h30, 19h20; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h40, 16h05, 18h35 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h55, 16h20, 18h45, 21h15 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h45, 23h45; **Oh Lá Lá!** M12. 14h20, 16h45, 19h05, 21h25; **Iris e os Homens** M14. 13h55, 16h20, 18h45, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25, 23h55; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 16h25, 19h10, 22h, 24h; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h35, 16h10, 18h55, 21h40, 00h10; **Zona de Risco** M14. 13h50, 16h30, 19h10, 21h50; **100% Lobo** 14h25, 16h50 (VP); **A Pedra Sonha dar Flor** 13h50, 21h05; **Não Fales do Mal** 14h15, 16h50, 19h25, 22h, 24h; **Reality** 16h55, 21h20; **Grand Tour** 13h30, 16h15, 19h0h5, 21h55; **Casa Sinistra** 14h25, 16h25, 18h50, 21h45; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h05, 16h35, 19h15, 21h30; **Transformers: O Início** 14h, 16h30, 19h (VP/2D) 21h30 (VO/2D) 16h45 (VP/3D) 19h15 (VO/3D); **Um Ano Difícil** 13h25, 16h10, 18h55, 21h40; **Amarrados** 14h10, 16h40, 19h20, 21h50, 00h15; **Jogo de Assassinos** 19h, 21h20; **Ardaas Sarbat De Bhalle Di** 21h

Vila Real

Cinemas Nos Nosso Shopping
C. C. Dolce Vita Douro, Alameda de Grasse 244. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 15h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h50; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h50, 15h30, 18h30, 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 16h, 21h40, 23h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h20 (VP) 18h, 20h40, 23h50 (VO) 13h50 (VP/3D); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h40, 18h20, 21h10; **Não Fales do Mal** 13h50, 16h20, 19h10, 22h; **Grand Tour** 18h10, 21h, 23h10; **Amarrados** 16h20, 19h, 21h30, 24h

Viseu

Cinemas Nos Fórum Viseu
Fórum Viseu.
T. 16996
Divertida-Mente 2 M6. 13h45, 16h15 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h15, 17h15, 20h15; **Iris e os Homens** M14. 13h30, 15h50, 18h10, 20h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h, 17h, 20h; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h30, 17h30; **Grand Tour** 14h45, 17h45, 20h40; **Casa Sinistra** 18h45, 21h; **Um Ano Difícil** 20h50

Guia

Lazer

TEATRO

Re: Antígona
PORTO Teatro Carlos Alberto. De 19/9 a 22/9. Quinta e sábado, às 19h; sexta, às 21h; domingo, às 16h. M/16. 10€
André e. Teodósio, Inês Vaz, Maria João Vaz, Paula Diogo e Paulo Pascoal dão vida a esta nova peça do Teatro Praga, que "mata Antígona de todas as formas que se lembrar, para lhe dar a morte a que nunca teve direito", anunciam na sinopse. Num desafio ao presente, apresenta-se como uma resposta às inspirações, apropriações e actualizações de que a figura mitológica foi alvo desde que Sófocles a inscreveu no imaginário colectivo.

MÚSICA

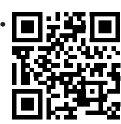
Ricardo Ribeiro
PONTE DE LIMA Teatro Diogo Bernardes. Dia 19/9, às 21h30. M/6. 8€
De voz afinada com a liberdade e a rebeldia, Ricardo Ribeiro tem cantado fados novos e antigos, mas também se tem passeado por diferentes registos, sempre apoiado na ligação entre a música e a poesia. Vai da *world music* às colaborações com nomes como Rabih Abou-Khalil, Rão Kyao, Rui Veloso, Carlos do Carmo ou João Paulo Esteves da Silva, tendo com este último partilhado a autoria de *Respeitosa Mente*, álbum lançado em 2019 e gravado em trio com o percussionista Jarrod Cagwin. Neste concerto, as pautas dedicam-se a *Terra Que Vale o Céu*, disco lançado em 2023 e apresentado como um "regresso às origens" e ao fado tradicional, "que conhece como ninguém".

FESTIVAL

Circular — Festival de Artes Performativas
VILA DO CONDE Vários locais. De 19/9 a 29/9. Grátis a 5€
A 20.ª edição do festival vem com sentido de "encontro, partilha e reflexão". Entre música, teatro, dança, *performance*, conversas, oficinas, festas e exposições, o cartaz alinha 20 eventos e as criações de Daniel Moreira, Rita Castro Neves, Soa Ratsifandrihana, Mette Ingvartsen, Joclécio Azevedo, Sónia Baptista, Ana Vaz, Drumming, Supernova Ensemble e Silvestre Pestana, entre outros. Mapa em circularfestival.com.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



EuroDreams     
1 3 25 27 30 35 3

1.º Prémio 20.000€/mês x 30 anos

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria Popular   
9 1 0 0 6

1.º Prémio 75.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.559

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais: 1. Serviço lançado pelo Banco de Portugal que permite realizar transferências através do número de telemóvel. Demorar. **2.** Casa de esquimós. Diga-se de passagem. **3.** Promete continuar luta contra Israel depois das explosões de pagers. **4.** Dar forma de balão a. Viagem. **5.** Lutécio (s.q.). Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de ovo. Desordem. **6.** Símbolo de centilitro. Ligação (fig.). Canal televisivo estatal russo. **7.** Responsabiliza empresas de fabrico de papel pelos incêndios em Portugal. **8.** Associação de Estudantes. Eles. Abertura para escoamento de águas. **9.** Identidade Digital. Alvura imaculada. **10.** Uma das quatro luas do planeta Júpiter conhecidas como luas de Galileu. Decana. **11.** Cláusula. Alternativa.

Verticais: 1. Indício. Poder estar dentro. **2.** Progressão geométrica (sigla). Anel ou caracol de cabelo. União Europeia. **3.** Ínsula. Decifrei. Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. **4.** Implume. Maneiras. **5.** Prefixo (animal). Pessoa notável na sua especialidade. Símbolo de Pascal. **6.** Pequena povoação de indígenas do Brasil. Prefixo (separação). Óxido de cálcio. **7.** Impulso. "Barriga (...) não quer camisa". **8.** Dança de origem escocesa. Lidera. **9.** Nome de flor. No qual lugar. **10.** O que faz asas. (...) Ferreira, volta a ser o candidato da CDU a Lisboa. **11.** Elevar ou prender ao cimo de uma haste.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1					■						
2					■						■
3		■									
4								■			
5			■			■	■				
6	■			■	■				■		
7										■	
8			■			■					
9		■			■						
10							■				■
11									■		

Solução do problema anterior
Horizontais: 1. Azambuja. AL. **2.** Pi. Mi. Uluru. **3.** Amado. Renal. **4.** BP. Vítima. **5.** Calamidade. **6.** Aba. Ali. **7.** Swing. Ca. Go. **8.** Cena. Jovens. **9.** Adio. Evoé. **10.** Ucranianos. **11.** SA. Goma. EP.
Verticais: 1. APA. Cascou. **2.** Zimbabwe. Cs. **3.** Aplainara. **4.** MMD. Nada. **5.** Bio. Mag. Ing. **6.** Vil. Joio. **7.** Jurídico. AM. **8.** Aleta. Avena. **9.** Unido. Evo. **10.** Arame. Gnose. **11.** Lula. José.

Bridge

João Fanha
bridgepublico@gmail.com

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠A95
♥J73
♦J1032
♣752

OESTE
♠QJ102
♥2
♦8654
♣K1043

ESTE
♠K7643
♥1096
♦97
♣J96

SUL
♠8
♥AKQ854
♦AKQ
♣AQ8

Oeste	Norte	Este	Sul
			2♦[1]
passo	2♠[2]	passo	3♥
passo	4♥	passo	6♥
Todos passam			

Leilão: Equipas ou partida livre. 1 - *Forcing* de partida; 2 - Um Ás, de um naipe rico

Carteio: Saída: Q♠. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: Em resposta à sua abertura de 2 ouros *forcing* de partida, o parceiro mostrou um Ás rico e *fit* a copas sem mais-valia particular. Mas isso não o impediu de anunciar o pequeno cheleme.
A mão que Norte apresenta no morto depois da saída a espadas corresponde às suas expectativas. Isso não é razão para jogar de forma negligente e cabidar este cheleme "sobre a mesa".
As 12 vazas estão lá, mas encontra-se confrontado com um sério problema de bloqueio para as encaixar. Com efeito, se os trunfos se encontrarem pelo menos 3-1, não poderá retardar a eliminação dos mesmos sem correr o risco de vir a ser cortado na terceira volta de ouros. Uma catástrofe natural, dado que as distribuições mais frequentes são precisamente os trunfos 3-1 e os ouros 4-2.
Como contornar esse risco de corte? Pura e simplesmente preparando a balda do terceiro ouro sobre o Ás de espadas: deixe passar a saída a espadas!
Seja o que for que a defesa venha a jogar de seguida, poderá sempre tirar Ás e Rei de copas, Ás e Rei de ouros e ir ao morto no Valete de copas para baldar a Dama de ouros no Ás de espadas. Graças a este desbloqueio precavido, evitará que lhe cortem a Dama de ouros e de fazer depender este cheleme da passagem ao Rei de paus.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♣
1♠	X	passo	2♥
passo	3♥	passo	?

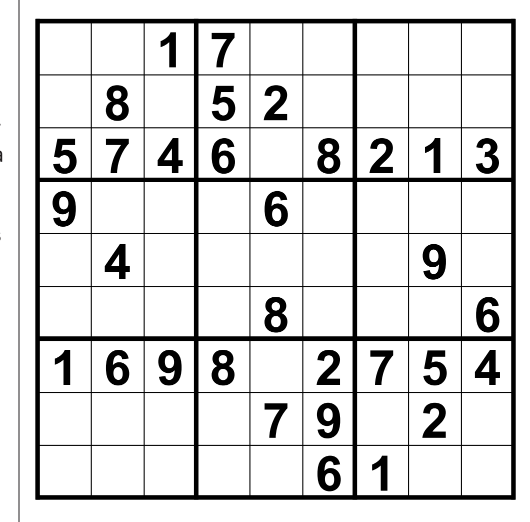
O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠QJ84 ♥Q952 ♦A10 ♣AJ9

Resposta: Marque 3ST. Vamos propor jogar este contrato, possivelmente o melhor, caso a mão do parceiro seja regular.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.882 (Fácil)

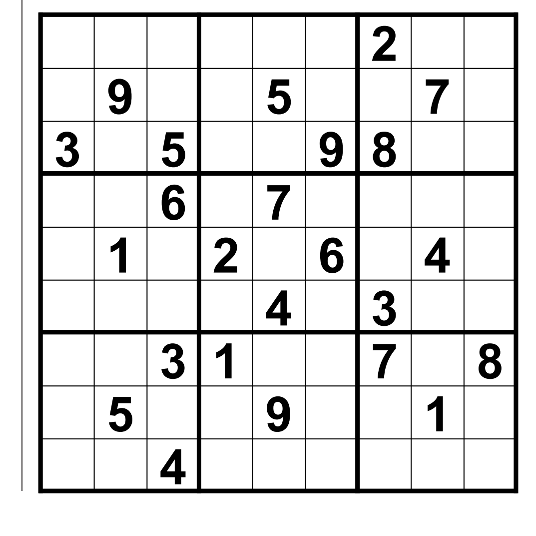


		1	7					
	8		5	2				
5	7	4	6		8	2	1	3
9				6				
	4						9	
				8				6
1	6	9	8		2	7	5	4
				7	9		2	
					6	1		

Solução 12.880

1	7	2	5	6	3	4	9	8
3	8	6	4	9	1	7	2	5
9	5	4	2	8	7	6	3	1
4	9	7	8	3	5	1	6	2
5	2	8	9	1	6	3	4	7
6	1	3	7	4	2	8	5	9
2	3	5	6	7	8	9	1	4
7	4	1	3	5	9	2	8	6
8	6	9	1	2	4	5	7	3

Problema 12.883 (Muito Difícil)



						2		
	9			5			7	
3		5			9	8		
		6		7				
	1		2		6		4	
				4		3		
		3	1			7		8
	5			9			1	
		4						

Solução 12.881

5	9	8	6	7	2	1	4	3
2	1	4	3	8	5	9	6	7
6	3	7	4	1	9	5	2	8
9	7	5	8	4	6	2	3	1
3	4	2	5	9	1	8	7	6
1	8	6	7	2	3	4	5	9
8	2	3	1	6	4	7	9	5
7	6	9	2	5	8	3	1	4
4	5	1	9	3	7	6	8	2

CINEMA

Flor do Deserto
Cinemundo, 15h
Realizado por Sherry Horman, é um relato impressionante do percurso da supermodelo Waris Dirie, interpretada por Liya Kebede. Nascida na Somália, em 1965, aos 13 anos é vendida para se casar com um homem de 60. Ela foge, percorre o deserto sozinha e chega a Mogadíscio, de onde é enviada para Londres, para trabalhar como empregada. É descoberta pelo fotógrafo Terry Donaldson (Timothy Spall) e é no auge da sua carreira como modelo que revela que foi vítima de excisão feminina aos cinco anos e inicia uma luta contra esta prática, tornando-se embaixadora da ONU.

Memória
RTP2, 22h59
Tudo se passa em Bogotá, na Colômbia. Jessica (Tilda Swinton) percorre o país a ouvir um barulho insistente na sua cabeça, "como se fosse uma bola de cimento a cair num poço de metal rodeado de água do mar". Acorda com esse barulho na primeira sequência do filme, que é magistral: em poucos minutos, cruza o ecrã e vai ocupando todos os cantos, silenciosa e na penumbra. O realizador Apichatpong Weerasethakul continua assim a sua indagação e experiência sobre a comunicação, a memória e as imagens.

SÉRIES

The Penguin
Max, *streaming*
Estreia. Colin Farrell retorna ao papel de Oz "The Penguin" Cobb que ocupou no filme *The Batman* (2022) e rouba o protagonismo ao homem-morcego neste *spin-off*/sequela que narra a sua ascensão aos píncaros da vilania de Gotham City. Inspirada nas personagens da DC Comics, a minissérie tem Lauren LeFranc como *showrunner* e é composta por oito episódios. O primeiro chega hoje; os seguintes, à segunda-feira, a partir de dia 30.

Legado de Sangue
Netflix, *streaming*
Também em estreia está esta produção sul-africana cuja trama, a fazer lembrar *Succession*, envolve o império de uma família e lutas de poder entre herdeiros. É com corrupção e ganância, testes à lealdade ou às capacidades estratégicas, além de alianças e tradições familiares, que se constrói este *Legado de Sangue* em 20 episódios, com Xolile Tshabalala, Buyile Mdladla e Treasure Nkosi no elenco.

Televisão

Os mais vistos da TV
Quarta-feira, 1

		% Aud.	Share
Jornal da Noite	SIC	8,8	16,7
Festa é Festa VIII	TVI	8,7	18,6
O Preço Certo	RTP1	8,6	16,6
Jornal Nacional	TVI	7,6	14,3
Big Brother - Diario	TVI	7,4	14,2

FONTE: CAEM

RTP1	9,6%
RTP2	1,1
SIC	13,4
TVI	12,8
Cabo	43,2

RTP1
6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.38** Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins **16.33** A Nossa Tarde **17.45** Portugal em Directo **19.07** O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 A Prova dos Factos

21.39 Joker

22.40 Alguém Tem de o Fazer

23.40 Luís Trigacheiro & Buba Espinho ao Vivo no Hipódromo de Cascais



0.36 Anatomia de Grey **2.04** Um Ano de Gorongosa

RTP2
6.32 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **10.33** As Novas Viagens Philosophicas **11.09** Espaços Incríveis de George Clarke **11.57** O Mundo em Chamas **12.59** Esec Tv **13.27** Conversas Abertas na Universidade **14.00** Sociedade Civil **15.04** A Fé dos Homens **15.38** Loucos Anos Verdes? **16.16** Sobreviver à Estufa na Terra **17.10** Espaço Zig Zag **20.39** Engenharia Antiga **21.30** Jornal 2 **22.01** O Escândalo dos Correios

22.52 Folha de Sala

22.59 Memória



1.13 Sociedade Civil

2.15 Folha de Sala **2.21** Juro Que Aconteceu **3.06** O Canto da Casa **4.03** A Fábrica das Pandemias **4.57** Céu em Chamas **5.50** A Fé dos Homens

SIC
6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.30** Querida Filha **16.10** Linha Aberta **16.55** Júlia

18.25 Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.15 Nazaré

0.55 Papel Principal - A Vingança

1.25 Passadeira Vermelha

TVI
6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.35** A Sentença **16.35** Goucha

17.45 Secret Story

19.57 Jornal Nacional

21.20 Secret Story

22.10 Cacau

23.10 Festa É Festa

0.00 Secret Story

2.00 O Beijo do Escorpião

2.30 Sedução

TVCINE TOP
17.35 O Lobo e o Leão **19.15** A Guerra do Amanhã **21.30** Batem à Porta **23.10** Magic Mike - A Última Dança **1.00** Forças do Mal

STAR MOVIES
17.33 Duelo ao Sol **19.42** O Regresso de Shangai Joe **21.15** Duelo de Fogo **23.25** Sabata **1.16** O Homem de Canyon City

HOLLYWOOD
17.45 Imparável **19.25** Alita: Anjo de Combate **21.30** Belleville Cop - O Super Agente **23.25** Blade Trinity - A Perseguição Final

AXN
17.35 The Rookie **21.05** Hudson & Rex **22.00** Entre Inimigos **0.43** A Rapariga do Capuz Vermelho

STAR CHANNEL
17.09 Investigação Criminal: Los Angeles **18.50** FBI **20.29** Hawai Força Especial **22.15** Correio de Risco 2 **23.58** 13 Horas: Os Soldados Secretos de Benghazi

DISNEY CHANNEL
17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **17.15** Primos **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Cantar! 2

DISCOVERY
17.00 Mestres do Restauro **19.00** Aventura à Flor da Pele **21.00** Controlo de Fronteiras: Suécia **22.46** Controlo de Fronteiras: Polónia **0.35** Controlo de Fronteiras: Suécia

HISTÓRIA
17.24 Top 10 da Antiguidade **18.06** Antigo Egipto: Crónicas de Um Império **19.59** A Comida Que Mudou o Mundo **22.16** História Express **23.37** Antigo Egipto: Crónicas de Um Império **1.30** A Comida Que Mudou o Mundo

ODISSEIA
17.30 Resgate de Animais Bebés **17.57** Salvar o Paraíso **18.53** A Terra: Ser Vivo em Evolução **20.45** Viver em Território Extremo **21.34** Parques Naturais de Portugal **22.31** Serenguéti **23.28** Uma Quinta, 9 Filhos e 1.000 Ovelhas **1.08** Parques Naturais de Portugal

A Very Royal Scandal
Max, *streaming*
Durante anos considerado o "menino de ouro" da família real britânica, André caiu em desgraça quando o seu nome surgiu ligado à rede de crimes sexuais chefiada pelo magnata e seu amigo Jeffrey Epstein. Mas o maior golpe foi auto-infligido: em 2019, deu uma entrevista desastrosa ao programa *Newsnight*, da BBC, em que negou ter violado uma menor e em que só mostrou arrependimento por ter envergonhado a família ao ficar na mansão de Epstein já depois de ele ter sido condenado. Essa entrevista é confrangedora – e respectivos "antes" e "depois" – é recriada nesta série em três partes. Cabe a Michael Sheen encarnar André, enquanto Ruth Wilson assume o papel da jornalista e entrevistadora Emily Maitlis.

DOCUMENTÁRIOS

Courtois: The Return of the Number 1
Prime Video, *streaming*
Estreia-se mais uma série documental sobre um astro do desporto. Esta gravita em torno da "superação épica" do guarda-redes belga Thibaut Courtois depois de uma lesão sofrida num treino ao serviço do Real Madrid.

Clandestina
TVCine Edition, 22h
Com assinatura de Maria Mire, este documentário tem como ponto de partida a obra *Memórias de Uma Falsificadora – A Luta na Clandestinidade pela Liberdade em Portugal*, de Margarida Tengarrinha (1928-2023). Durante o regime salazarista, tornou-se falsificadora de documentos por motivos de militância política e, por causa disso, viveu anos na clandestinidade. A acção é transposta para os nossos dias e, apesar de a voz *off* referir xilogravuras, materiais de fotografia ou selos brancos, vemos os actores a usar computadores, discos rígidos ou passaportes electrónicos. Esse anacronismo tem uma função específica: transportar a dimensão política da clandestinidade das décadas de 1950 e 1960 para um possível equivalente contemporâneo. "O interesse na realização deste filme prende-se assim tanto com a urgência de tirar da sombra a acção das mulheres que de modo revolucionário combateram neste período negro da história contemporânea portuguesa, assim como o de pensar na dimensão política presente nos pequenos gestos da vida quotidiana", afirmou a realizadora.

Guia

Meteorologia

PORTUGAL

Local	Mín.	Máx.
Viana do Castelo	15º	22º
Bragança	12º	25º
Braga	13º	26º
Vila Real	12º	24º
Porto	14º	23º
Aveiro	14º	24º
Viseu	15º	28º
Guarda	13º	24º
Coimbra	15º	27º
Castelo Branco	15º	27º
Leiria	15º	25º
Santarém	16º	29º
Portalegre	14º	24º
Lisboa	17º	25º
Évora	15º	26º
Setúbal	17º	25º
Sines	17º	21º
Beja	15º	26º
Sagres	18º	21º
Faro	18º	23º

Mar: 14º 0,8m; 17º 0,8m; 21º 0,5m

Açores

Local	Mín.	Máx.
Corvo / Flores	21º	24º
Graciosa / São Jorge / Terceira / Faial / Pico	19º	23º
São Miguel / Ponta Delgada / Sta Maria	20º	23º

Mar: 25º 1,2m; 24º 1,2m; 24º 1,0m

Madeira

Local	Mín.	Máx.
Madeira / Funchal	17º	23º
Porto Santo	20º	24º

Mar: 24º 0,5m; 24º 1,2m

PRÓXIMOS DIAS PORTO

	Sábado, 21	Domingo, 22	Segunda-feira, 23
Mín. / Máx.	14º / 21º	12º / 20º	13º / 20º
Índice UV	Baixo	Baixo	Baixo
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	88%	82%	78%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai
Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 8 Set.	422,06
Há um ano	418,52
Há dez anos	395,09
Semana de 1 Set.	422,33
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal
Excelente · Razoável · Mau · Não é saudável · Nada saudável · Perigoso

Porto · Coimbra · Lisboa · Évora · Faro

SOL

Nascente 07h23 · Poente 19h36

LUA

24 Set. 18h50
2 Out. 18h49
10 Out. 18h55
17 Out. 11h26

Nascente 20h56 · Poente 11h28*
*de amanhã

EUROPA

Oslo · Estocolmo · Helsínquia · Talin · Riga · Copenhaga · Vilnius · Dublin · Londres · Amesterdão · Berlim · Varsóvia · Bruxelas · Praga · Paris · Viena · Budapeste · Genebra · Milão · Roma · Istambul · Madrid · Lisboa · Atenas

MARÉS

Preia-mar · Baixa-mar · *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
11h02	0,2	10h35	0,4	10h31	0,2
17h19	3,8	16h54	3,8	17h03	3,7
23h27	0,3	23h01	0,5	22h55	0,3
05h39*	3,6	05h15*	3,6	05h24*	3,5

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.
Amesterdão	12	22
Atenas	20	26
Berlim	10	24
Bruxelas	12	22
Bucareste	11	25
Budapeste	10	24
Copenhaga	11	22
Dublin	13	17
Estocolmo	11	21
Frankfurt	12	24
Genebra	11	23
Istambul	18	24
Kiev	13	25
Londres	14	23
Madrid	15	24
Milão	14	24
Moscovo	12	21
Oslo	12	19
Paris	13	24
Praga	9	22

	Mín.	Máx.
Roma	14	26
Viena	9	21
Bissau	25	30
Buenos Aires	16	23
Cairo	24	38
Caracas	20	30
Cid. do Cabo	9	19
Cid. do México	14	25
Dili	24	32
Hong Kong	26	33
Jerusalém	19	29
Los Angeles	16	23
Luanda	22	27
Nova Deli	26	33
Nova Iorque	16	24
Pequim	14	19
Praia	25	30
Rio de Janeiro	21	30
Riga	11	20
Singapura	26	33

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

MARKO DJURICA/REUTERS



Bruno Lage rodeado pelos jogadores do Benfica após a vitória em Belgrado, contra o Estrela Vermelha

Na Champions, o Benfica decidiu que queria sofrer

Os “encarnados” puseram-se a jeito e o Estrela Vermelha esteve mais vezes perto da baliza “encarnada” do que seria suposto e ainda assustou com um golo aos 87’

Crónica de jogo

Diogo Cardoso Oliveira

Não é preciso chamar um génio do futebol para nos dizer que o Benfica é muito superior ao Estrela Vermelha. E isso ficou claro desde o primeiro minuto do jogo de ontem, na Liga dos Campeões, que deu triunfo português por 2-1.

Por que motivo houve, então, tanto sofrimento do Benfica, que foi “apertado” minutos a fio? A explicação não é evidente.

Por um lado, uma equipa como o Benfica poderia ter tido facilidade em controlar, com bola, uma equipa como esta sérvia. Por outro, a postura mais expectante poderá ter sido a que sugeria ao Benfica maior probabilidade de “matar” um jogo que estava em 2-0. Os “encarnados” optaram pela segunda via e, com isso, sofreram mais do que seria necessário.

Os sérvios foram muito perigosos? Não foram. Mas marcaram um golo e estiveram mais vezes perto da baliza do que seria suposto – e só a falta de engenho técnico impediu mais problemas para Trubin e o Benfica.

Bruno Lage lançou, como se esperava, o mesmo “onze” que defrontou o Santa Clara, com Rollheiser mais como segundo avançado do 4x4x2 do que médio-interior do 4x3x3. E a presença de Rollheiser foi muito relevante neste jogo, por boas e más razões.

Ofensivamente, a presença na meia-direita mobilizava sempre marcações e será uma sociedade interessante de ver com Di María e Bah. E é daí que poderão vir lances como o do minuto nove.

A equipa do Benfica mobilizou-se ao corredor direito e houve Di María a lançar Bah, Pavlidis e Rollheiser a atraírem marcações e Akturkoglu a finalizar ao segundo poste.

Mas a presença de Rollheiser também prejudicou o Benfica noutro domínio. Após o golo, a equipa recuou as linhas e expôs-se a um problema por resolver: a posição do argentino no momento defensivo.

O Benfica estava sempre em 4x4x2 sem bola, porque o argentino saía sempre na pressão ao central. A posição como terceiro médio seria a grande vantagem de o ter ali, já que daria ajuda aos dois médios, além de compensar a falta de ajuda de Di María, mas Rollheiser não pareceu ver-se como médio.

Recuperou várias vezes a passo, deixando a equipa tão descompensada como na Era Schmidt.

O Estrela Vermelha criou algum perigo aos 14’ e 15’ e, sobretudo, aos 18’, fruto da também já conhecida atracção de Otamendi pelo desarme, mesmo quando deve fazer contenção. E fez o mesmo aos 87’, no golo do Estrela Vermelha.

Apesar da indefinição com Rollheiser, há algo que já parece ser marca de água de Lage neste Benfica: o papel de Kokçu.

O turco pega na bola em construção e aparece também na definição – algo que vai acarretar desgaste (visível neste jogo) e desposicionamento defensivo, mas que, quando resultar, vai promover ocasiões de golo.

Aos 29’, o turco marcou de livre directo, numa falta ganha fruto de aparecer na zona de definição, no corredor central, a fazer uma tabela com Akturgoklu, compatriota com o qual parece estar a fazer uma grande sociedade na meia-esquerda.

O Benfica entrou na segunda parte sem querer ter a bola e foi empurrado pelos sérvios, que tentavam castigar sobretudo o lado direito do Benfica, para onde entrou Kaboré depois de uma lesão de Bah. E os sérvios iam somando lances de perigo, mesmo que não evidente, em lances de bola parada e cruzamentos.

As dificuldades de Rollheiser sem bola também não passaram em claro a Bruno Lage, que lançou Aursnes ainda antes da hora de jogo. A entrada do norueguês colocou Kokçu na posição na qual teoricamente mais rende: como médio-interior do 4x3x3.

O Benfica estava apenas à espera de uma transição que ajudasse a “matar” o jogo, mas ela não surgiu e um erro de Otamendi, mais um, deixou Milson na cara de Trubin, que nada pôde fazer. Pôs-se a jeito o Benfica...


Estrela Vermelha **1**
Milson 86’


Benfica **2**
Akturkoglu 9’, Kokçu 29’

Jogo no Estádio Rajko Mitic, em Belgrado.
Assistência Não disponível.

Estrela Vermelha Glazer, Mimovic (Dálcio Gomes, 26’), Djiga, Spajic, Seol, Krunic (Ilic, 82’), Elsnik, Silas ●25’ ●90’+4’, Ivanic, Olayinka (Milson, 71’) e Bruno Duarte (Ndiaye, 71’). **Treinador** Milojevic.

Benfica Trubin; Bah (Kaboré, 37’ ●26’), Otamendi, António Silva, Carreras ●52’; Florentino, Rollheiser (Aursnes, 56’ ●77’) e Kokçu (Leandro Barreiro, 88’); Di María (Beste, 88’), Pavlidis (Amdouni, 88’) e Akturkoglu. **Treinador** Bruno Lage.

Árbitro Michael Oliver (Inglaterra)
VAR Stuart Attwell (Inglaterra)

Positivo/Negativo

+ **Florentino** Bom jogo do médio, que esteve quase sempre no local certo.

Kokçu Um golo de livre, várias soluções verticais descobertas em construção e muitos duelos ganhos.

− **Kaboré** Entrada muito fraca em jogo. Faltoso e quase sempre infeliz com bola.

Otamendi É bizarro que um jogador com a sua experiência continue a ter uma atracção incontrolável pelo desarme, mesmo quando não é o momento disso.

Barcelona cai no principado e Raya salva Arsenal em Bérgamo

Augusto Bernardino

Atalanta desperdiça penálti e "*gunners*", adversários de Sporting e Benfica, saem com nulo. Atlético Madrid vinga ao cair do pano

O último dia da primeira ronda da Champions provou que Arsenal e Barcelona não terão a vida facilitada nesta fase de Liga, com os catalães a perderem (2-1) no Mónaco e os londrinos a sobreviverem (0-0) à Atalanta graças a dupla defesa de Raya no penálti desperdiçado pelos italianos.

Antes, o Bayer Leverkusen, campeão germânico, defrontara os neerlandeses do Feyenoord – que a 22 de Outubro visitam o Estádio da Luz, para a terceira ronda – e deu um "banho de bola" em pleno De Kuip, a famosa "banheira" de Roterdão. Um bis de Wirtz, um golo de Grimaldo e outro de Wellenreuther, na própria baliza, ditaram o 0-4 final ainda antes do intervalo.

A equipa de Xabi Alonso fez, inclusive, melhor do que o Bayern Munique no arranque da Champions, ao marcar mais um golo do que os obtidos pelos bávaros na primeira parte... mas tirou o pé na segunda e ficou longe dos nove golos com que o Dínamo de Zagreb foi brindado em Munique.

Ainda no que diz respeito a adversários do Benfica, o terceiro dia desta primeira jornada da nova Liga dos Campeões reservou mais três duelos: o tal Mónaco-Barcelona, um Atlético de Madrid-Leipzig (2-1)... com o Arsenal a mostrar fragilidades em Bérgamo, casa dos vencedores da Liga Europa, num duelo com a Atalanta ao cuidado de "águias" e "leões", que terão obrigatoriamente que defrontar os londrinos na corrida aos oitavos-de-final. O Sporting pôde, ainda, perceber melhor do que são capazes os austríacos do Sturm Graz num jogo em que enfrentaram e perderam (2-1) com os franceses do Brest.

Depois dos 28 golos do primeiro dos três "assaltos" da primeira ronda da fase de grupos da Champions, as expectativas caíram com os 13 golos conseguidos nos seis encontros da véspera, em que se registaram os dois primeiros nulos e os 16 de ontem.

Reduzido a 10 por expulsão de Eric García (11'), o Barcelona foi uma das vítimas da noite, ante um Mónaco que aproveitou.

Também o Atlético de Madrid saiu vencedor (2-1), depois de ter começado a perder na recepção ao Leipzig, com José María Giménez, a passe de Griezmann, a resolver a partida aos 90 minutos.

SEBASTIEN NOGIER/EPA



Arsenal não teve um jogo fácil frente à Atalanta

Calendário e resultados

FASE DE LIGA (JORNADA 1)	
Juventus-PSV	3-1
Young Boys-Aston Villa	0-3
AC Milan-Liverpool	1-3
Bayern Munique-Dín. Zagreb	9-2
Real Madrid-Estugarda	3-1
Sporting-Lille	2-0
Bolonha-Shakhtar	0-0
Sparta Praga-Salzburgo	3-0
Celtic-Slovan Bratislava	5-1
Club Brugge-B. Dortmund	0-3
Man. City-Inter Milão	0-0
PSG-Girona	1-0
Feyenoord-B. Leverkusen	0-4
Est. Vermelha-Benfica	1-2
Atalanta-Arsenal	0-0
Atlético de Madrid-RB Leipzig	2-1
Brest-Sturm Graz	2-1
Mónaco-Barcelona	2-1

Na teoria e na prática, Portugal subiu um patamar no Mundial de futsal

Diogo Cardoso Oliveira

Ontem, no Uzbequistão, Portugal subiu mais um patamar no Mundial de futsal. Subiu, na prática, ao patamar dos oitavos-de-final, já que garantiu a presença na próxima fase, mas subiu também a um patamar mais abstracto: o patamar teórico de dificuldade, já que o que se passou em Tashkent, com triunfo (3-2) frente ao Tajiquistão, foi bem diferente do que tinha acontecido com o Panamá.

Na primeira jornada, Portugal defrontou uma equipa que parecia jogar uma modalidade diferente, de tão frágil que era. Ontem, com passagem garantida no Grupo E ainda antes da terceira jornada com Marrocos, não foi bem assim.

O Tajiquistão é bastante mais competente do que o Panamá. A equipa asiática é mais rápida, mais forte e, sobretudo, mais conhecedora do jogo, algo visível na forma mais inteligente com que lê as coberturas defensivas. E também ofensivamente conseguia fazer mais, algo patente no elevado número de faltas que a selecção portuguesa foi obrigada a fazer.

Kutchy em destaque

Portugal abordou este jogo como abordou o último, prolongando os momentos de 4x0. E repetia dois movimentos aparentemente simples.

Um era o trivial toque em apoio frontal e corte nas costas com bola longa – o problema foi que essas bolas longas foram frequentemente transviadas.

O outro era promover isolamentos para Kutchy, com os outros três atacantes do lado oposto da quadra, arrastando os defensores e deixando Kutchy em um contra um.

Com muita rotatividade, o plano de Jorge Braz foi ter sempre jogadores frescos e dinâmicos. E o resultado foi-se construindo. Aos 3', numa bola parada, foi um desenho fácil: reposição de bola pelo chão, recepção de Pany e remate.



Jorge Braz viu a selecção nacional de futsal obter a segunda vitória no Mundial em dois jogos disputados

Aos 11', um golo de Zicky e "à Zicky": recuperou a bola, lutou entre três defensores e ganhou dois ressaltos. Depois, ressalto no guarda-redes, ressalto no poste e ressalto num defensor.

Após o intervalo, Portugal sofreu um golo de Aliev num remate de longe após um canto – Edu pareceu algo mal batido.

Logo a seguir foi reposta a diferença, numa recarga de Erick, depois de mais um lance individual de Kutchy.

Portugal tentou, a seguir, controlar o jogo com bola. Mas um golo atabalhoado a apenas dois segundos do final deu um ar mais equilibrado ao resultado.

Sporting quer abrir capital da SAD a um parceiro minoritário

O fosso do Estádio José Alvalade vai ser fechado antes do início da próxima época, o que vai permitir mais 2000 lugares

O Sporting quer lançar o concurso para a remodelação do Estádio José Alvalade e recomprar o Alvaláxia, onde quer construir um novo museu, de acordo com o plano estratégico 2024-34, apresentado ontem e que revela ainda a vontade dos dirigentes sportinguistas de abrir o capital social da SAD a um parceiro.

"Nos próximos dez anos, queremos abrir concurso para remodelação do estádio", disse o vice-presidente do clube André Bernardo.

Numa apresentação do plano estratégico aos funcionários dos "leões", o dirigente revelou ainda que há um "princípio de acordo para a compra do Alvaláxia", espaço comercial junto ao estádio, alienado em 2007, durante a presidência de Filipe Soares Franco, e onde os actuais dirigentes "leoninos" querem que seja instalado um novo museu do clube.

"Estamos a reconquistar aquilo que era nosso. Esta compra vai permitir dar uma grande volta na experiência do estádio. Vai ser um *hub* de entretenimento. Vai permitir melhor experiência no *match day*, mas também no não *match day*, que praticamente não existe", referiu.

O vice-presidente dos "leões" lembrou que desde 2018, quando Frederico Varandas assumiu a presidência, conseguiu quatro resultados líquidos positivos em cinco temporadas e que bateu recordes de receitas em todas as linhas de negócio.

O Sporting quer, em dez anos, crescer o dobro em termos de receitas operacionais e chegar aos 170,2 milhões de euros em 2034, abrindo a entrada minoritária no capital social da SAD a um parceiro estratégico.

André Bernardo referiu ainda que vão ser feitas várias alterações no Estádio José Alvalade, para proporcionar uma melhor experiência aos adeptos, indo buscar exemplos de sucesso a outros clubes, como um novo *hall vip* com vista para a entrada dos jogadores, ou lugares junto aos bancos, ao estilo da Liga norte-americana de basquetebol (NBA).

O fosso do Estádio José Alvalade vai ser fechado antes do início da próxima época, o que irá permitir a colocação de mais 2000 lugares. **Lusa**

Sporting perdeu mas fez o Real sofrer na Champions feminina

As sportinguistas só cederam com um golo nos descontos. Apesar da derrota, vão a Madrid discutir o apuramento

O Sporting tinha, à partida, uma tarefa complicada no jogo de ontem da primeira mão da segunda ronda de qualificação da Liga dos Campeões feminina de futebol. Apesar de jogar em casa, o opositor era o Real Madrid, equipa que somava duas vitórias em dois jogos na fortíssima Liga espanhola esta época (8 golos marcados, 0 sofridos) e esteve sempre na fase de grupos da Champions desde que essa etapa foi introduzida na prova (há três temporadas). Mas apesar do desnível de forças, as "leoas" venderam cara a derrota por 2-1, que só chegou com um golo nos descontos.

"Não merecíamos. Conseguimos competir contra o Real Madrid, desabafou no final Mariana Cabral. As palavras da treinadora do Sporting espelham o que se passou na partida em que até foi o Sporting a ter a primeira ocasião de golo, por intermédio de Brittany Raphino.

Um erro da guarda-redes sportinguista Hannah Seabert, contudo, permitiu a Athena del Castillo inaugurar o marcador aos 10', mas as sportinguistas não desistiram e beneficiaram de um penálti, ainda no primeiro tempo, convertido por Andreia Bravo.

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



A derrota das "leoas" surgiu em cima do final do jogo

Na segunda parte, o jogo manteve-se idêntico: as espanholas a tentarem romper a coriácea defesa do Sporting, que se defendia de forma organizada. Até que uma falha de comunicação entre Seabert e Alícia, na pequena área, ofereceu a Leupolz o golo da vitória do Real, a poucos segundos do final. Na análise de Mariana Cabral, o desgaste acumulado nos minutos finais ajuda a explicar o sucedido: "Estamos a falar de uma equipa que joga numa Liga profissional e muito mais competitiva do que a nossa, o que faz com que elas tenham outro ritmo. Isso nota-se em algumas acções. Naturalmente, as jogadoras foram ficando com mais dificuldade em algumas decisões. Mas a forma como o jogo termina é bastante injusta."

Apesar do desfecho, Mariana Cabral mostrou-se satisfeita com o desempenho da sua equipa. "Entrámos bem, mas não conseguimos concretizar as oportunidades e o Real Madrid chega a vantagem contra a corrente. Sabemos que é uma equipa excepcional e estamos na UEFA Women's Champions League, tudo tem de ser bem decidido. Fizemos um jogo muito bom, tirando pequenos pormenores. Vamos disputar a eliminatória a Madrid e fico muito satisfeita com isso", disse a treinadora numa referência à partida da segunda mão, que vai jogar-se na próxima quinta-feira, às 19h, no Estádio Alfredo Di Stefano, em Madrid.

Praticantes desportivos e direitos televisivos

Opinião



José Manuel Meirim

1. O Decreto-Lei n.º 22-B/2021, de 22 de Março, veio determinar a titularidade dos direitos de transmissão televisiva e multimédia, e demais conteúdos audiovisuais, relativos aos campeonatos masculinos de futebol das I e II Ligas e estabelecer regras relativas à sua comercialização. Esses direitos pertencem às sociedades desportivas participantes nas respectivas competições. Tais direitos, por outro lado, referentes às épocas desportivas subsequentes à de 2027-2028, serão objecto de comercialização centralizada em termos a definir mediante proposta da Federação Portuguesa de Futebol e da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, sujeita a aprovação da Autoridade da Concorrência, até ao final da época desportiva de 2025-2026.

Há ainda a possibilidade de, por exemplo, perante dificuldades de acordo entre as sociedades desportivas, os termos de o modelo de comercialização centralizada serem definidos por decreto-lei, ouvida a Autoridade da Concorrência. Não tendo acompanhado, de perto, a evolução registada, percepciona-se, contudo, que existem sinais de sentido contrário quanto ao valor a alcançar (para distribuição) no futuro modelo.

2. Que os direitos aqui referidos pertencem às sociedades desportivas participantes nas competições é afirmação indesmentível, pois são elas que protagonizam a aposta – e risco inerente – nos eventos como seus promotores.

Todavia, a lei em causa nada diz sobre a possibilidade de uma parte dos proveitos económicos derivar para os praticantes desportivos, enquanto actores essenciais nesses eventos.

Por exemplo, a lei brasileira há muito estabelece que, "salvo convenção ou acordo colectivo de trabalho em contrário, 5% (cinco por cento) da receita proveniente da exploração de direitos de difusão de imagens de eventos esportivos serão repassados pelas organizações 'esportivas' de que trata o *caput* [parte inicial] deste artigo aos atletas profissionais participantes do evento, proporcionalmente à quantidade de partidas ou provas por estes disputados".

3. Mais próxima no tempo é a solução da lei espanhola – Real Decreto-ley 5/2015, de 30 de Abril, de "*medidas urgentes en relación con la comercialización de los derechos de explotación de contenidos audiovisuales de las competiciones de fútbol profesional*". Em norma típica de solidariedade das competições profissionais com outros sectores e agentes desportivos, prevê-se que cada um dos participantes entregará ao Consejo Superior de Deportes até 0,5% dos valores alcançados, para que este distribua por diversas entidades, entre elas, associações ou sindicatos de futebolistas, árbitros, treinadores e preparadores físicos (artigo 6.º).

4. Para além deste desenho, a verdade é que em 2015, com uma convocatória de greve pelo meio, foi estabelecido um acordo entre La Liga e a AFE (Asociación de Futbolistas Españoles), em que a primeira se obrigou a entregar à segunda 0,5% do total líquido das receitas obtidas pela exploração comercial conjunta dos direitos audiovisuais, para a realização de uma série de actividades. Com o surgimento de outro sindicato de praticantes (Futbolistas ON), o Supremo Tribunal espanhol veio recentemente declarar o direito deste último a uma repartição proporcional dessa percentagem. Veremos, quando lá chegarmos, se algo de semelhante ocorrerá em Portugal.

Professor de Direito do Desporto

Breves

Andebol

"Leões" conseguem segunda vitória na Liga dos Campeões

O Sporting, com os irmãos Costa em destaque, obteve ontem uma expressiva vitória na Liga dos Campeões de andebol frente aos dinamarqueses do Fredericia, por 37-19, continuando a somar triunfos na fase de grupos. Santiago Póvoas, guarda-redes de apenas 16 anos, jogou os últimos 10 minutos, rendendo André Kristensen, que foi o MVP, com 14 defesas, 50% de eficácia. A liderança do grupo é dos "leões", com quatro pontos, os mesmos de Veszprém e Dínamo Bucareste, mas com melhor diferença de golos (71-48) nas partidas já disputadas. O terceiro jogo do Sporting na prova é frente ao Veszprém na próxima quarta-feira, em Lisboa.



Canoagem

Maria Gomes é campeã nos Mundiais de maratonas

Maria Luísa Gomes, de 18 anos, é a nova campeã do mundo de juniores em maratonas K1, depois de ter vencido a prova de 19km na Croácia. A limiana cumpriu a distância em 1h28m37,47s, batendo no *sprint* final a sul-africana Geórgia Singe, por 1,76 segundos, e a alemã Caroline Heuser, por 8,20s. Maria Gomes é a mais recente revelação da canoagem nacional, tendo em dois meses conseguido sagrar-se campeã da Europa e do Mundo em K1, sendo que pelo meio completou 18 anos. Hoje, nos Mundiais de maratonas, entre os portugueses apenas compete Francisco Santos, em K1 sub-23.

BARTOON LUÍS AFONSO









"Vamos lá esvaziar o Chega." Boa sorte

Não é o fim do mundo



Pedro Adão e Silva

Nada como uma crise para testar um político. Depois de a ministra da Saúde ter titubeado em agosto com a pressão nas urgências, de a ministra da Administração Interna continuar a gerir silêncios sucessivos, agora coube ao primeiro-ministro falar durante a primeira dificuldade séria que enfrentou. Com o país de novo a arder, o Governo reuniu-se em Conselho de Ministros extraordinário, convidou o Presidente da República para presidir e, no fim, comunicou as suas deliberações. Tudo aparentemente certo no conteúdo e na forma, não fora o ponto político ao qual Montenegro não resistiu no final da intervenção.

Abandonando o tom sóbrio do início da declaração e assumindo um registo mais adequado a um xerife do faroeste, deixou umas quantas certezas – "Não vamos largar os criminosos." Mais, além dos pirómanos, prometeu combater os "interesses que sobrevoam estas ocorrências" e tudo "fazer para os identificar e levar às mãos da justiça". Pelo caminho, anunciou a criação de equipas para reforçar a investigação criminal dos incêndios – equipas que, no entanto, estão a operar há três anos. Ouvida a declaração, quando se especula sobre o nome do sucessor da atual procuradora-geral da República, fica-se na dúvida se o primeiro-ministro não estará a ponderar autopropor-se para o cargo.

Mas o problema não está, apenas, na contradição entre aquilo que cabe ao Governo e o que, num regime em que impera a separação de poderes, deve ser competência exclusiva da Polícia Judiciária e do Ministério Público. Perante uma questão muito complexa, na qual se cruzam alterações climáticas, a ineficiência económica de uma estrutura de propriedade ultrafragmentada, a incapacidade de ordenar e gerir a floresta e combater a monocultura e a ausência de incentivos económicos para repovoar o mundo outrora rural, Montenegro escolhe a via populista para responder aos incêndios, ao assumir responsabilidades que numa democracia liberal não devem recair sobre o executivo.


TIAGO PETINGA/LUSA

> **Montenegro escolhe a via populista, ao assumir responsabilidades que numa democracia liberal não devem recair sobre o executivo**

Em dez minutos de intervenção, não houve uma palavra sobre factores estruturais. No entanto, o primeiro-ministro não resistiu a subir o tom, mover energicamente os braços e até revelar um certo brilhozinho nos olhos quando chegou a altura de acenar com "os interesses ocultos" e apontar responsabilidades aos criminosos que "serão levados à justiça". Como é óbvio, há ignições que têm mão criminosa (de acordo com as fontes oficiais, cerca de 30% e têm diminuído) e que devem ser investigadas e punidas pelos tribunais (o que acontece – os incendiários detidos mais do que triplicaram na última década), mas, infelizmente, a maioria dos incêndios continua a resultar de negligência.

Temo que o que moveu Montenegro tenha sido mais um episódio da doença política do taticismo. Face a uma tragédia que não tem solução fácil e que gera um justo clamor social, o primeiro-ministro terá pensado, "vamos lá aproveitar para esvaziar o discurso do Chega", mostrar que somos duros com os criminosos e ainda damos um cheirinho às teorias da conspiração, prometendo combater interesses ocultos.

Tem sido revelador o enlevo com que, um pouco por todo o lado, a direita democrática se dedica à tarefa de esvaziar o populismo reproduzindo as suas narrativas. Infelizmente, a apropriação da retórica populista pelos partidos moderados nunca esvazia os partidos populistas. Bem pelo contrário, dá-lhes eco e amplia o impacto daquilo que apregoam. Especialmente em momentos trágicos como aquele que vivemos, quando se devia esperar do primeiro-ministro sobriedade e sensatez.

Colunista